

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	20
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	21
Demonstração do Valor Adicionado	22

Comentário do Desempenho	23
--------------------------	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	111
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	113
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	115
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	116

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	113.450.000
Preferenciais	0
Total	113.450.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Extraordinária	28/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	27/04/2012	Ordinária		0,77126

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	2.988.189	2.516.707
1.01	Ativo Circulante	758.744	471.134
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	148.478	66.582
1.01.03	Contas a Receber	339.748	212.936
1.01.03.01	Clientes	287.888	158.685
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	249.677	136.410
1.01.03.01.02	Contas a receber - partes relacionadas	38.211	22.275
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	51.860	54.251
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	597	181
1.01.03.02.02	Impostos a Recuperar	36.902	47.853
1.01.03.02.04	Outras Contas a Receber-Partes Relacionadas	58	99
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber	14.303	6.118
1.01.04	Estoques	268.040	190.873
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.478	743
1.02	Ativo Não Circulante	2.229.445	2.045.573
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	139.810	114.665
1.02.01.06	Tributos Diferidos	24.685	19.016
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	24.685	19.016
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	115.125	95.649
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Créditos	4.058	5.426
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	35.274	17.894
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	75.793	72.329
1.02.02	Investimentos	1.333.312	1.330.976
1.02.02.01	Participações Societárias	1.333.312	1.330.976
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.333.186	1.330.887
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	126	89
1.02.03	Imobilizado	705.415	590.782
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	616.064	539.490
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	89.351	51.292
1.02.04	Intangível	50.908	6.676
1.02.04.01	Intangíveis	50.908	6.676
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	2.514	1.655
1.02.04.01.03	Software	4.973	5.021
1.02.04.01.05	Goodwill	43.421	0
1.02.05	Diferido	0	2.474

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	2.988.189	2.516.707
2.01	Passivo Circulante	340.582	339.604
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	65.849	39.802
2.01.01.01	Obrigações Sociais	20.146	11.472
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	45.703	28.330
2.01.02	Fornecedores	66.032	40.572
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	66.032	40.572
2.01.02.01.01	Fornecedores	65.185	39.830
2.01.02.01.02	Fornecedores-Partes Relacionadas	847	742
2.01.03	Obrigações Fiscais	35.371	21.436
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	15.478	9.509
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.410	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	9.068	9.509
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	19.704	11.744
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	189	183
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	156.976	134.596
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	156.976	134.596
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	85.166	122.093
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	71.810	12.503
2.01.05	Outras Obrigações	16.354	103.198
2.01.05.02	Outros	16.354	103.198
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	84.178
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	1.289	8.859
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	3.909	2.502
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar - partes relacionadas	1.200	1.274
2.01.05.02.07	Subvenções Governamentais	5.085	6.385
2.01.05.02.08	Debêntures	4.871	0
2.02	Passivo Não Circulante	418.326	168.974
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	185.110	120.660
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	185.110	120.660
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	183.128	118.180
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.982	2.480
2.02.02	Outras Obrigações	156.200	4.374
2.02.02.02	Outros	156.200	4.374
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	1.848	342
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	4.582	4.019
2.02.02.02.05	Contas a Pagar-Partes Relacionadas	3	13
2.02.02.02.07	Debêntures	149.767	0
2.02.03	Tributos Diferidos	31.507	11.526
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.507	11.526
2.02.04	Provisões	45.509	32.414
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	43.992	30.897
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	18.386	18.180
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	21.723	12.119
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.883	598
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.02.04	Outras	1.517	1.517
2.03	Patrimônio Líquido	2.229.281	2.008.129
2.03.01	Capital Social Realizado	801.290	777.796
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	121.985
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	1.084.793	1.108.287
2.03.04.01	Reserva Legal	73.293	73.293
2.03.04.02	Reserva Estatutária	484.931	484.931
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	526.569	550.063
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	221.170	0
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	43	61

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	641.456	1.137.443	443.215	857.235
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	753.299	1.324.121	511.732	987.754
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-6.776	-12.671	-2.984	-5.864
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-93.991	-156.329	-63.270	-120.266
3.01.04	Descontos Incorridos	-11.076	-17.678	-2.263	-4.389
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-376.424	-672.725	-284.420	-547.086
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-404.031	-724.890	-311.628	-596.165
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	27.607	52.165	27.208	49.079
3.03	Resultado Bruto	265.032	464.718	158.795	310.149
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-131.764	-206.056	-74.729	-139.447
3.04.01	Despesas com Vendas	-116.679	-179.536	-60.870	-115.062
3.04.01.01	Com Vendas	-115.605	-177.763	-60.133	-113.556
3.04.01.02	Depreciação e Amortização	-1.074	-1.773	-737	-1.506
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-35.153	-64.808	-25.521	-52.807
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-26.651	-49.427	-19.323	-39.620
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-3.645	-5.805	-1.606	-3.919
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.234	-4.361	-2.009	-3.971
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-2.623	-5.215	-2.583	-5.297
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.265	3.237	1.498	2.964
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.787	-3.414	-859	-5.230
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	20.590	38.465	11.023	30.688
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	133.268	258.662	84.066	170.702
3.06	Resultado Financeiro	-4.455	-7.949	6.373	9.714
3.06.01	Receitas Financeiras	3.315	10.887	10.375	17.266
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.770	-18.836	-4.002	-7.552
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	128.813	250.713	90.439	180.416
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-13.202	-29.543	-8.902	-17.759
3.08.01	Corrente	-11.210	-19.604	-10.194	-14.821

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.08.02	Diferido	-1.992	-9.939	1.292	-2.938
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	115.611	221.170	81.537	162.657
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	115.611	221.170	81.537	162.657
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,01905	1,94950	0,71874	1,43376
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,01905	1,94950	0,71874	1,43376

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	115.611	221.170	81.537	162.657
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-12	-18	-7	-10
4.02.02	Ajustes de Conversão do Período	-12	-18	-7	-10
4.03	Resultado Abrangente do Período	115.599	221.152	81.530	162.647

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	161.593	123.409
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	256.649	170.091
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	250.713	180.416
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	24.928	23.159
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	331	292
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-38.465	-30.688
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	19.142	-3.088
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-89.002	-31.807
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-31.591	-8.538
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-33.094	-33.504
6.01.02.03	(Aumento)nos Impostos a Recuperar	15.121	-1.186
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	-11.372	22.829
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	-16.351	-5.906
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	-14.976	-6.693
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	-1.240	-3.217
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	4.501	4.408
6.01.03	Outros	-6.054	-14.875
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-6.582	-3.566
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-813	-11.309
6.01.03.05	Liberação de incentivos para Reinvestimentos	1.341	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-196.441	-89.723
6.02.01	Aquisição de Imobilizado,Diferido e Intangível	-21.620	-19.511
6.02.02	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	0	-489
6.02.04	Vendas de Ações em Tesouraria	0	277
6.02.05	Vendas de Títulos e Valores Mobiliários	117	0
6.02.06	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-95.000	0
6.02.08	Aplicações em investimentos	-79.938	-70.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	116.744	23.446
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-12.818	-47.745
6.03.04	Financiamentos tomados	213.740	158.683
6.03.05	Lucros distribuídos	-84.178	-87.492
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	81.896	57.132
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	66.582	42.418
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	148.478	99.550

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	777.796	121.985	1.108.287	0	61	2.008.129
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	777.796	121.985	1.108.287	0	61	2.008.129
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.494	0	-23.494	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	23.494	0	-23.494	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	221.170	-18	221.152
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	221.170	0	221.170
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18	-18
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-18	-18
5.07	Saldos Finais	801.290	121.985	1.084.793	221.170	43	2.229.281

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	746.529	123.171	897.049	0	52	1.766.801
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	746.529	123.171	897.049	0	52	1.766.801
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.267	-1.186	-63.878	0	0	-33.797
5.04.01	Aumentos de Capital	31.267	0	-31.267	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-212	0	0	0	-212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-33.585	0	0	-33.585
5.04.09	Opções de Ações Canceladas ou Perdidas	0	-974	974	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	162.657	-10	162.647
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	162.657	0	162.657
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10	-10
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10	-10
5.07	Saldos Finais	777.796	121.985	833.171	162.657	42	1.895.651

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.297.197	981.536
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.293.772	977.501
7.01.02	Outras Receitas	3.225	2.964
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	946	756
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-746	315
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-780.784	-623.245
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-526.015	-442.535
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-253.900	-179.958
7.02.04	Outros	-869	-752
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-869	-752
7.03	Valor Adicionado Bruto	516.413	358.291
7.04	Retenções	-24.928	-23.159
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-24.928	-23.159
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	491.485	335.132
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	49.352	47.954
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	38.465	30.688
7.06.02	Receitas Financeiras	10.887	17.266
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	540.837	383.086
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	540.837	383.086
7.08.01	Pessoal	151.963	107.068
7.08.01.01	Remuneração Direta	101.779	72.506
7.08.01.02	Benefícios	40.962	27.786
7.08.01.03	F.G.T.S.	8.943	6.599
7.08.01.04	Outros	279	177
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	144.064	102.972
7.08.02.01	Federais	91.241	72.997
7.08.02.02	Estaduais	50.180	29.406
7.08.02.03	Municipais	2.643	569
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.640	10.389
7.08.03.01	Juros	18.836	7.552
7.08.03.02	Aluguéis	4.804	2.837
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	125.853	88.759
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	125.853	88.759
7.08.05	Outros	95.317	73.898
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	95.317	73.898

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	3.448.428	3.058.156
1.01	Ativo Circulante	1.056.828	840.652
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214.924	95.323
1.01.03	Contas a Receber	485.311	436.121
1.01.03.01	Clientes	404.781	352.686
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	80.530	83.435
1.01.03.02.01	Adiantamento a Fornecedores	3.377	1.468
1.01.03.02.02	Adiantamento a Fornecedores - Partes Relacionadas	0	126
1.01.03.02.03	Impostos a Recuperar	56.876	71.953
1.01.03.02.05	Outras Contas a Receber - Partes Relacionadas	58	68
1.01.03.02.06	Outras Contas a Receber	20.219	9.820
1.01.04	Estoques	353.300	307.956
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.293	1.252
1.02	Ativo Não Circulante	2.391.600	2.217.504
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	188.432	174.826
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.329	11.792
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	12.329	11.792
1.02.01.06	Tributos Diferidos	31.165	26.036
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	31.165	26.036
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	144.938	136.998
1.02.01.09.03	Incentivos Fiscais / Outros Creditos	13.162	14.827
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	48.304	41.777
1.02.01.09.05	Impostos a Recuperar	83.472	80.394
1.02.02	Investimentos	140	140
1.02.02.01	Participações Societárias	140	140
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	140	140
1.02.03	Imobilizado	1.287.453	1.181.315
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.095.913	984.554
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	191.540	196.761
1.02.04	Intangível	915.575	861.223
1.02.04.01	Intangíveis	226.531	205.085
1.02.04.01.02	Marcas e Patentes	219.341	197.343
1.02.04.01.03	Software	7.190	7.742
1.02.04.02	Goodwill	689.044	656.138

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	3.448.428	3.058.156
2.01	Passivo Circulante	562.688	559.790
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	97.517	77.474
2.01.01.01	Obrigações Sociais	44.416	36.143
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	53.101	41.331
2.01.02	Fornecedores	87.213	92.995
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	87.213	92.995
2.01.02.01.01	Fornecedores	86.572	92.363
2.01.02.01.02	Fornecedores - Partes Relacionadas	641	632
2.01.03	Obrigações Fiscais	51.137	46.054
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.405	16.189
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.900	489
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	14.505	15.700
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	28.390	29.477
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	342	388
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	293.961	227.318
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	293.961	227.318
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	222.151	214.189
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	71.810	13.129
2.01.05	Outras Obrigações	32.860	115.949
2.01.05.02	Outros	32.860	115.949
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	0	84.178
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	3.209	3.197
2.01.05.02.05	Contas a Pagar	19.049	21.452
2.01.05.02.06	Subvenções Governamentais	5.731	7.122
2.01.05.02.08	Debêntures	4.871	0
2.02	Passivo Não Circulante	656.950	492.593
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	306.523	348.209
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	306.523	348.209
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	304.541	345.729
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.982	2.480
2.02.02	Outras Obrigações	160.513	8.588
2.02.02.02	Outros	160.513	8.588
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	1.914	4.349
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	7.737	4.239
2.02.02.02.07	Debêntures	149.767	0
2.02.02.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social	1.095	0
2.02.03	Tributos Diferidos	131.371	78.419
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	131.371	78.419
2.02.04	Provisões	58.543	57.377
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	57.026	55.860
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.346	24.668
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	27.797	27.806
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.883	3.386
2.02.04.02	Outras Provisões	1.517	1.517
2.02.04.02.04	Outros	1.517	1.517

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.228.790	2.005.773
2.03.01	Capital Social Realizado	801.290	777.796
2.03.02	Reservas de Capital	121.985	121.985
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	105.456	105.456
2.03.02.08	Reserva Especial	16.529	16.529
2.03.04	Reservas de Lucros	1.084.793	1.108.287
2.03.04.01	Reserva Legal	73.293	73.293
2.03.04.02	Reserva Estatutária	484.931	484.931
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	526.569	550.063
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	220.679	-2.356
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	43	61

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	877.641	1.688.781	722.366	1.369.534
3.01.01	Receita Bruta de Vendas e/ ou Serviços	1.023.568	1.967.118	854.285	1.617.995
3.01.02	Vendas Canceladas/Devoluções de Vendas	-13.238	-27.303	-7.901	-15.864
3.01.03	Impostos sobre Vendas	-121.614	-232.006	-119.518	-224.681
3.01.04	Descontos Incorridos	-11.075	-19.028	-4.500	-7.916
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-511.776	-991.045	-457.072	-855.225
3.02.01	Custo dos Produtos Vendidos	-545.811	-1.054.785	-489.600	-913.725
3.02.02	Subvenções para investimentos estaduais	34.035	63.740	32.528	58.500
3.03	Resultado Bruto	365.865	697.736	265.294	514.309
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-221.572	-414.047	-171.437	-321.596
3.04.01	Despesas com Vendas	-168.873	-310.854	-134.304	-245.895
3.04.01.01	Com Vendas	-167.044	-308.392	-132.728	-242.771
3.04.01.02	Depreciação Amortização	-1.829	-2.462	-1.576	-3.124
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-53.305	-104.321	-37.536	-74.114
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-43.376	-83.761	-30.124	-59.324
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-4.889	-9.341	-3.911	-7.561
3.04.02.03	Honorários da Administração	-2.234	-4.361	-2.009	-3.971
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-2.806	-6.858	-1.492	-3.258
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.421	7.063	3.154	6.543
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.815	-5.935	-2.751	-8.130
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	144.293	283.689	93.857	192.713
3.06	Resultado Financeiro	-9.026	-17.968	-603	-438
3.06.01	Receitas Financeiras	5.415	15.906	11.895	19.982
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.441	-33.874	-12.498	-20.420
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	135.267	265.721	93.254	192.275
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.736	-42.686	-10.746	-27.586
3.08.01	Corrente	-13.089	-23.805	-9.833	-17.664
3.08.02	Diferido	-5.647	-18.881	-913	-9.922

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	116.531	223.035	82.508	164.689
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	116.531	223.035	82.508	164.689
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	116.531	223.035	82.508	164.689
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,02716	1,96593	0,72730	1,45167
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,02716	1,96593	0,72730	1,45167

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	116.531	223.035	82.508	164.689
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-12	-18	-7	-10
4.02.02	Ajustes de Conversão de Período	-12	-18	-7	-10
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	116.519	223.017	82.501	164.679
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	116.519	223.017	82.501	164.679

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	215.906	162.419
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	335.111	228.435
6.01.01.01	Lucro Líquido Antes do IR e CSLL	265.721	192.275
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	37.968	30.482
6.01.01.03	Custo na Venda de Ativos Permanentes	523	429
6.01.01.05	Atualização Financiamentos/Aplicações Financiam	30.899	5.249
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-100.913	-42.366
6.01.02.01	(Aumento)Redução Contas a Receber Clientes	-43.683	-41.074
6.01.02.02	(Aumento)Redução nos Estoques	-37.124	-21.522
6.01.02.03	(Aumento) nos Impostos a Recuperar	14.290	577
6.01.02.04	Aumento(Redução) em Outras Contas a Receber	-16.700	23.369
6.01.02.05	Aumento(Redução) em Fornecedores	-9.820	4.069
6.01.02.06	Aumento(Redução) nos Impostos e Contribuições	-21.313	-8.448
6.01.02.07	Aumento(Redução) nas Subvenções Governamentais	-1.204	-3.586
6.01.02.08	Aumento(Redução) em Contas a Pagar e Provisões	14.641	4.249
6.01.03	Outros	-18.292	-23.650
6.01.03.02	Juros e Variações Cambiais Pagos	-15.048	-6.956
6.01.03.03	IR e CSLL Pagos	-4.585	-16.694
6.01.03.05	Liberação de incentivos para Reinvestimentos	1.341	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-138.677	-93.178
6.02.01	Aquisição de Imobilizado, Diferido e Intangível	-48.366	-48.126
6.02.02	Aquisição de Ações de Emissão da Cia.	0	-489
6.02.04	Venda de Ações em Tesouraria	0	277
6.02.07	Amortização de dívida da aquisição de empresas	-90.311	-44.840
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	42.372	-7.321
6.03.02	Pagamentos de Financiamentos	-109.095	-82.961
6.03.04	Financiamentos tomados	235.645	163.132
6.03.05	Lucros distribuídos	-84.178	-87.492
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	119.601	61.920
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	95.323	54.372
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214.924	116.292

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	777.796	121.985	1.108.287	-2.356	61	2.005.773	0	2.005.773
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	777.796	121.985	1.108.287	-2.356	61	2.005.773	0	2.005.773
5.04	Transações de Capital com os Sócios	23.494	0	-23.494	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	23.494	0	-23.494	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	223.035	-18	223.017	0	223.017
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	223.035	0	223.035	0	223.035
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-18	-18	0	-18
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-18	-18	0	-18
5.07	Saldos Finais	801.290	121.985	1.084.793	220.679	43	2.228.790	0	2.228.790

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	746.529	123.171	897.049	-6.284	52	1.760.517	0	1.760.517
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	746.529	123.171	897.049	-6.284	52	1.760.517	0	1.760.517
5.04	Transações de Capital com os Sócios	31.267	-1.186	-63.878	0	0	-33.797	0	-33.797
5.04.01	Aumentos de Capital	31.267	0	-31.267	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-212	0	0	0	-212	0	-212
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-33.585	0	0	-33.585	0	-33.585
5.04.09	Opções de ações canceladas ou perdidas	0	-974	974	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	164.689	-10	164.679	0	164.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	164.689	0	164.689	0	164.689
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10	-10	0	-10
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-10	-10	0	-10
5.07	Saldos Finais	777.796	121.985	833.171	158.405	42	1.891.399	0	1.891.399

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	1.930.669	1.606.335
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.920.787	1.594.215
7.01.02	Outras Receitas	5.577	5.172
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	6.282	7.367
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.977	-419
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.160.484	-1.001.279
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-699.603	-648.993
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-455.860	-348.387
7.02.04	Outros	-5.021	-3.899
7.02.04.01	Materiais Relativos à Construção Ativos Próprios	-5.021	-3.899
7.03	Valor Adicionado Bruto	770.185	605.056
7.04	Retenções	-37.968	-30.482
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-37.968	-30.482
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	732.217	574.574
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.906	19.982
7.06.02	Receitas Financeiras	15.906	19.982
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	748.123	594.556
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	748.123	594.556
7.08.01	Pessoal	241.607	195.162
7.08.01.01	Remuneração Direta	167.096	140.120
7.08.01.02	Benefícios	59.734	41.776
7.08.01.03	F.G.T.S.	14.060	12.096
7.08.01.04	Outros	717	1.170
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	242.876	209.366
7.08.02.01	Federais	151.616	139.859
7.08.02.02	Estaduais	87.629	67.910
7.08.02.03	Municipais	3.631	1.597
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.605	25.339
7.08.03.01	Juros	33.874	20.420
7.08.03.02	Aluguéis	6.731	4.919
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	127.718	90.791
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	127.718	90.791
7.08.05	Outros	95.317	73.898
7.08.05.01	Incentivos Fiscais	95.317	73.898

Comentário do Desempenho

Aos Senhores acionistas e à Sociedade,

A Administração da **M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos** anuncia e submete à sua apreciação os resultados do segundo trimestre de 2012 (2T12) e primeiro semestre de 2012 (1S12). As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis internacionais - *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") - emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A M. Dias Branco apresenta ao mercado os seus resultados referentes ao segundo trimestre de 2012 (2T12), ratificando seu compromisso com as melhores práticas de transparência e de divulgação, a fim de permitir aos acionistas e à sociedade a mais ampla e correta interpretação de seu negócio e de seus resultados.

No 2T12 o Grupo obteve R\$ 877,7 milhões de Receita Líquida (+21,5% acima do 2T11), R\$ 163,1 milhões de *EBITDA* (+49,4% acima do 2T11) e R\$ 116,5 milhões de Lucro Líquido (+41,2% acima do 2T11), com volumes de vendas consolidados, líquidos de devoluções, da ordem de 383,6 mil toneladas (+13,2% acima do 2T11). Todos esses resultados e indicadores trimestrais representam os maiores patamares históricos já alcançados pelo Grupo.

Os dados a serem apresentados com mais detalhes ao longo deste documento demonstram que o Grupo prossegue expandindo sua presença nos mercados onde atua, dando continuidade ao processo de elevação de suas receitas, volumes de vendas e resultados, a partir da combinação de crescimento orgânico e por aquisições.

Em 2T12 merece destaque a *performance* da Receita Líquida nas seguintes linhas de produtos: i) biscoitos e massas, que registraram expansão da ordem de 21,8% e 25,1%, respectivamente, em relação ao 2T11; ii) margarinas e gorduras, que apresentaram crescimento de 55,6% em relação ao 2T11 e 23,9% em relação ao 1T12 e, iii) snacks e bolos, novos produtos adicionados ao portfólio de M. Dias Branco após a aquisição da Estrela, com 25,5% de crescimento em relação ao 1T12.

Os repasses de preços realizados no comparativo 2T12 versus 2T11 em função de aumento de custos e o crescimento dos volumes especialmente de biscoitos e massas (efeito mix) no referido período permitiram uma expansão do preço médio consolidado superior a dos custos operacionais por tonelada, possibilitando uma margem bruta de 41,7% no 2T12, acima 5,0 p.p e 0,8 p.p dos níveis obtidos no 2T11 e 1T12, respectivamente.

As despesas operacionais cresceram 29,2% no comparativo 2T12 versus 2T11, principalmente devido aos efeitos das aquisições e do crescimento orgânico, que impactaram as despesas comerciais em função de aumento de volumes de vendas, além da necessidade de realização de campanhas publicitárias para fortalecimento de marcas e lançamento de produtos, que serão comentados em seção específica deste documento.

Como consequência, a margem *EBITDA* do Grupo atingiu 18,6% no 2T12 e 19,0% no 1S12. Vale ressaltar que se excluindo os efeitos das aquisições realizadas desde abril de 2011, a margem *EBITDA* atingiu 19,8% no 2T12, 4,4 p.p. acima da registrada no 2T11.

O Grupo segue com os trabalhos referentes ao processo de consolidação do setor, tendo anunciado recentemente a aquisição do Moinho Santa Lúcia (maio de 2012), e de acordo com dados coletados pela A.C. Nielsen referentes aos meses de maio e junho de 2012, continua na liderança nacional do mercado de biscoitos e massas, com 26,1% e 25,4% de Market-Share, respectivamente. Adicionalmente, prossegue com os trabalhos de integração das empresas adquiridas, em busca de sinergias e maior eficiência operacional, visando reflexos positivos em suas margens.

Comentário do Desempenho

No 2T12 a M. Dias Branco realizou investimentos de R\$ 25,9 milhões, destinados para expansão orgânica, recursos estes necessários para os projetos de ampliação, modernização e manutenção de seu parque industrial, com o propósito de atender ao crescimento da demanda do mercado por seus produtos e da necessidade de matérias-primas para consumo interno (verticalização).

Nos últimos 24 meses foram lançados diversos produtos, principalmente com as marcas Adria, Fortaleza, Richester e Vitarella. A Receita Líquida obtida no 2T12 referente a estes lançamentos respondeu por 4,4% do total da Receita Líquida gerada no referido trimestre, uma expansão de 0,7 p.p. em relação ao 1T12, o que atesta uma expectativa positiva com relação a um possível crescimento deste percentual para o ano de 2012 em comparação a 2011, principalmente considerando que a maior parte dos lançamentos ocorreu ao longo do ano passado.

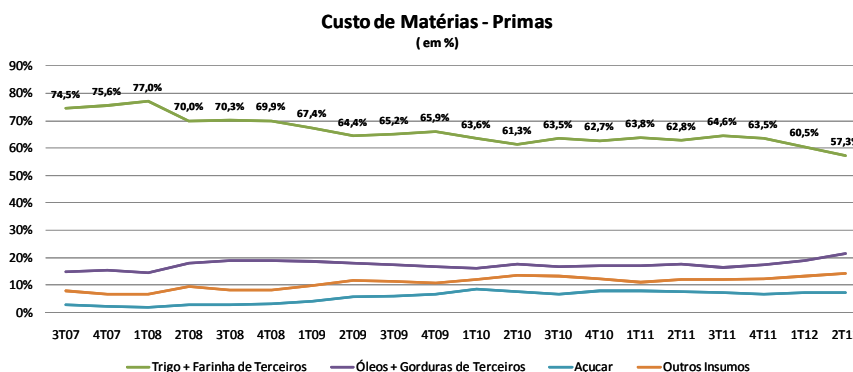
A Administração segue atenta tanto ao cenário global de preços de commodities agrícolas como ao da taxa de câmbio (dólar/real). A ocorrência de eventos climáticos em diversas áreas produtoras das referidas commodities geraram uma expectativa de redução dos estoques globais, tendo como consequência um movimento de elevação de preços nas últimas semanas. Adicionalmente, o cenário referente ao dólar/real, que normalmente apresentava uma correlação negativa aos preços das commodities, passou a apresentar tendência similar, em função do crescimento da demanda por dólar devido ao movimento de aversão a risco nos mercados globais.

Esse cenário atual trouxe os preços de algumas matérias-primas para níveis elevados quando considerada uma série histórica dos últimos 6 anos de preços em reais. No entanto, mesmo diante da representatividade e importância das diversas matérias-primas na estrutura de custos da M. Dias Branco, é importante ressaltar que o Grupo possui um modelo de negócios composto por um conjunto de instrumentos de gestão e de atuação no mercado, que lhe possibilita obter, ao longo do tempo, pouca variação nos patamares de margem bruta mesmo diante de significativas e sucessivas variações nos preços das matérias-primas.

A Administração segue otimista com relação ao desempenho do Grupo, ciente dos desafios referentes à implementação de sua estratégia e expansão de seus resultados, com o propósito de prosseguir com o compromisso de maximização do valor da riqueza de seus acionistas.

PREÇOS DE MATERIAS-PRIMAS E IMPACTOS NA MARGEM BRUTA DO GRUPO

A M. Dias Branco utiliza diversas matérias-primas para fabricação de seus produtos, tais como o trigo, óleos vegetais e açúcar, dentre outros. Ao longo dos últimos trimestres a representatividade destas commodities no custo total de matérias-primas tem se alterado, devido principalmente à mudança de mix de produtos do Grupo, em função notadamente do aumento da relevância de biscoitos no portfólio consolidado, resultado de crescimento orgânico e por aquisições. Apesar da redução de sua representatividade em relação às outras matérias-primas utilizadas no processo produtivo, o trigo continua sendo a principal delas. É importante mencionar que o trigo e a farinha adquirida de terceiros, representaram 57,3% do custo de matérias-primas, 36,7% do CPV e 22,8% de sua Receita Líquida consolidada no 2T12.



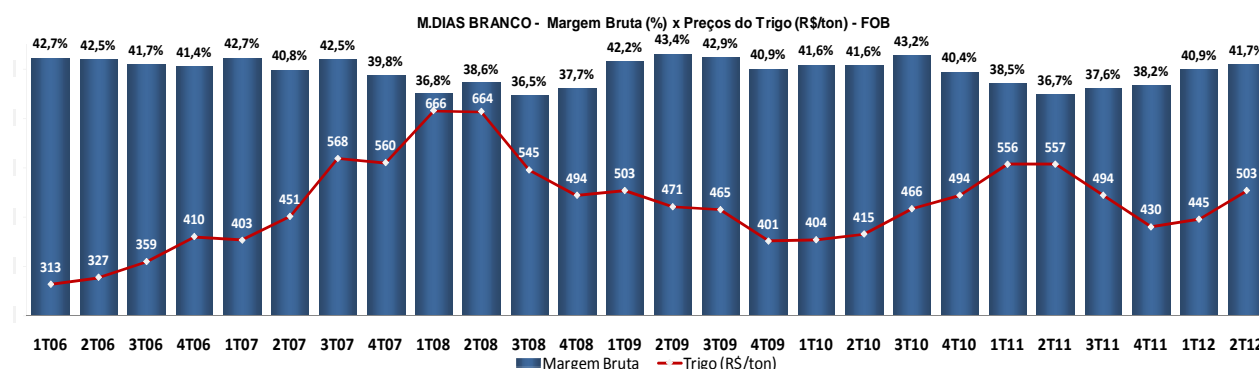
Comentário do Desempenho

O trigo tem apresentado variações de preços (em USD) relevantes ao longo dos últimos 6 anos, seja em função da ocorrência de eventos climáticos, tais como secas ou geadas em importantes áreas produtoras, ou eventos macroeconômicos, tais como períodos de ciclo de crescimento de demanda verificado especialmente nos países emergentes (principalmente China e Índia), a crise do subprime (setembro de 2008) e a crise da zona do Euro, que se iniciou com no segundo semestre de 2011 com a Grécia, com desdobramentos subsequentes para outros países da região.

Adicionalmente, estes eventos também acarretaram impactos na taxa de câmbio (dólar/real) ao longo desse período, sendo que em sua maior parte o efeito do câmbio contribuiu para atenuar variações de preços em reais dado a correlação negativa normalmente verificada na comparação com os preços das commodities.

No entanto, desde meados do primeiro semestre de 2012 temos vivenciado um cenário de elevação tanto de preços de commodities, em função basicamente de expectativa de redução de oferta devido a eventos climáticos (estiagem em diversas áreas produtoras), como de elevação da taxa de câmbio, pelo crescimento da demanda por dólar devido ao movimento de aversão a risco nos mercados globais (em função da continuidade da crise na zona do Euro e da consequente expectativa de desaceleração do crescimento das principais economias do planeta).

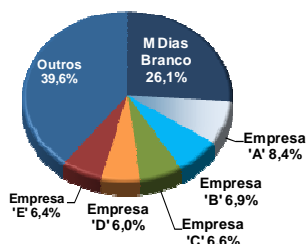
Esse cenário atual trouxe os preços do trigo em reais, em meados de julho, para patamares recordes nos últimos 6 anos. No entanto, mesmo diante da representatividade e importância do trigo e farinha na estrutura de custos da M. Dias Branco, é importante ressaltar que o Grupo possui um modelo de negócios, composto por um conjunto de instrumentos de gestão e de atuação no mercado, tais como a força das marcas da M. Dias Branco, o seu modelo de distribuição, a estratégia de verticalização, a administração do repasse do aumento dos custos de matérias-primas para os preços dos produtos, a amplitude de seu portfólio de produtos, além do processo de integração das empresas adquiridas, que lhe possibilita obter, ao longo do tempo, pouca variação nos patamares de margem bruta mesmo diante de significativas e sucessivas variações nos preços do trigo, conforme apresentado no gráfico a seguir.



DESTAQUES OPERACIONAIS

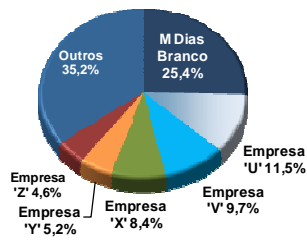
MARKET SHARE E CONCENTRAÇÃO DE VENDAS

Market Share Biscoitos* - Brasil (em % de volume vendido)



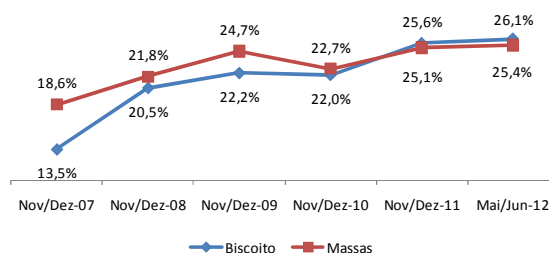
* Dados da AC NIELSEN para os meses de maio e junho de 2012

Market Share Massas* - Brasil (em % de volume vendido)



* Dados da AC NIELSEN para os meses de maio e junho de 2012

Evolução histórica - Market Share* - Brasil (em % de volume vendido)



* Dados da AC NIELSEN.
Obs: Os dados consideram Vitarella a partir de 2008, Pilar e Estrela a partir de 2011 e Moinho Santa Lúcia a partir de 2012.

Comentário do Desempenho

Mix de Clientes	2T12	2T11	Variação	1S12	1S11	Variação
Pequeno Varejo *	38,6%	35,9%	2,7 p.p	38,6%	36,2%	2,4 p.p
Atacado / Distribuidores	46,2%	43,4%	2,8 p.p	46,0%	43,5%	2,5 p.p
Grandes Redes	12,1%	16,9%	-4,8 p.p	12,5%	16,7%	-4,2 p.p
Indústria	2,4%	3,4%	-1,0 p.p	2,2%	3,2%	-1,0 p.p
Outros	0,7%	0,4%	0,3 p.p	0,7%	0,4%	0,3 p.p
TOTAL	100,0%	100,0%		100,0%	100,0%	

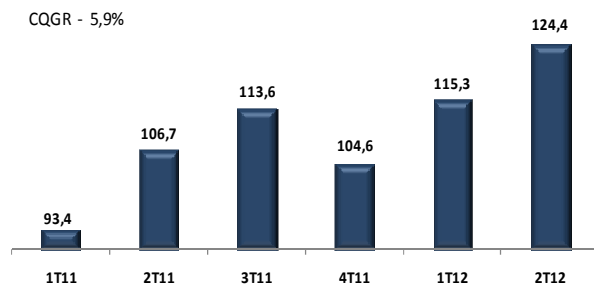
(*) Atendimento direto

Maiores Clientes		Vendas 2T12 (R\$ Milhões) *	Participação na Receita Líquida de Descontos		Vendas 1S12 (R\$ Milhões)	Participação na Receita Líquida de Descontos	
Seqüência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada		Na Faixa	Acumulada
Maior Cliente	1	73,4	7,2%	7,2%	144,0	7,4%	7,4%
49 Subsequentes	50	252,2	24,9%	32,1%	477,3	24,5%	31,9%
50 Subsequentes	100	79,1	7,8%	39,9%	150,7	7,7%	39,6%
900 Subsequentes	1.000	361,3	35,7%	75,6%	682,9	35,1%	74,7%
Demais Clientes	Todos clientes	246,5	24,4%	100,0%	493,2	25,3%	100,0%
TOTAL		1.012,5			1.948,1		

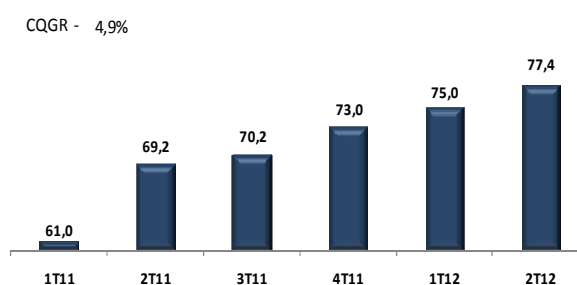
* Receita líquida de descontos

VOLUME DE VENDAS POR LINHA DE PRODUTO

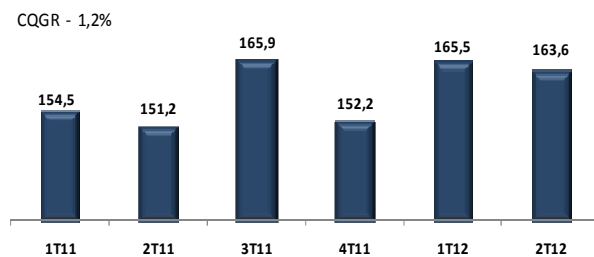
Biscoitos - Volume de Vendas (em mil TON)



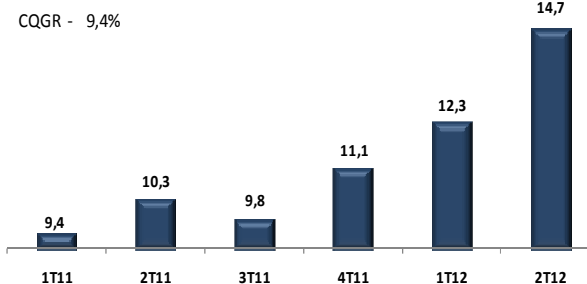
Massas - Volume de Vendas (em mil TON)



Farinha e Farelo - Volume de Vendas (em mil TON)



Marg. e Gorduras - Volume de Vendas (em mil TON)



CQGR - Compounded Quarterly Growth Rate

Comentário do Desempenho

NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Bolos e Snacks		Total	
	2T12	2T11	2T12	2T11	2T12	2T11	2T12	2T11	2T12	2T11	2T12	2T11
Produção Total	126,6	106,7	78,0	73,3	286,4	246,8	29,2	21,3	0,6	-	520,8	448,1
Capacidade Total de Produção	190,6	132,6	119,4	103,8	382,7	302,8	45,0	45,0	1,6	-	739,3	584,2
Nível de Utilização da Capacidade	66,4%	80,5%	65,3%	70,6%	74,8%	81,5%	64,9%	47,3%	37,5%	-	70,4%	76,7%

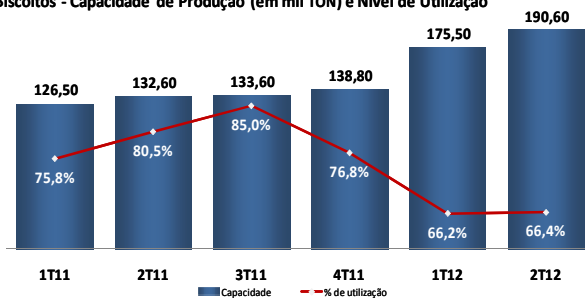
* Em mil toneladas

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Bolos e Snacks		Total	
	2T12	1T12	2T12	1T12	2T12	1T12	2T12	1T12	2T12	1T12	2T12	1T12
Produção Total	126,6	116,2	78,0	79,5	286,4	277,6	29,2	26,3	0,6	0,5	520,8	500,1
Capacidade Total de Produção	190,6	175,5	119,4	119,4	382,7	382,7	45,0	45,0	1,6	1,6	739,3	724,2
Nível de Utilização da Capacidade	66,4%	66,2%	65,3%	66,6%	74,8%	72,5%	64,9%	58,4%	37,5%	0,3	70,4%	69,1%

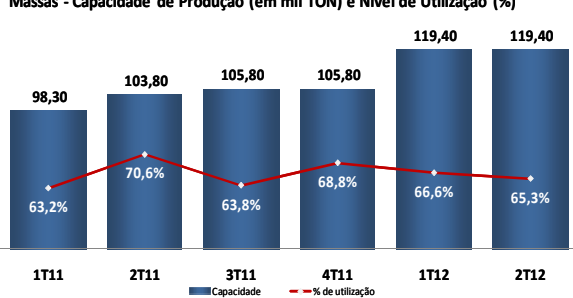
Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Bolos e Snacks		Total	
	1S12	1S11	1S12	1S11	1S12	1S11	1S12	1S11	1S12	1S11	1S12	1S11
Produção Total	242,8	202,6	157,5	135,4	564,0	489,7	55,5	40,6	1,1	-	1.020,9	868,3
Capacidade Total de Produção	366,1	259,1	238,8	202,1	765,4	605,6	90,0	90,0	3,2	-	1.463,5	1.156,8
Nível de Utilização da Capacidade	66,3%	78,2%	66,0%	67,0%	73,7%	80,9%	61,7%	45,1%	34,4%	-	69,8%	75,1%

* Em mil toneladas

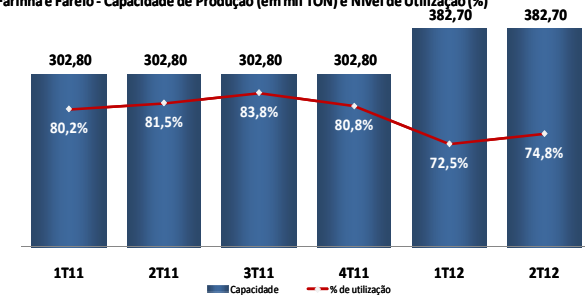
Biscoitos - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização



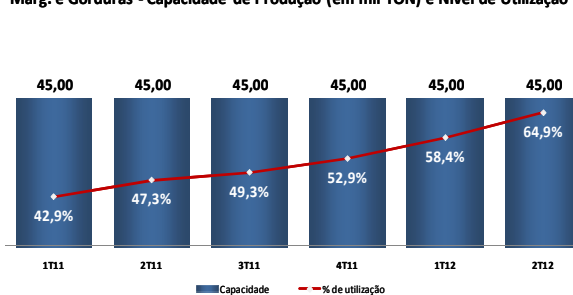
Massas - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



Farinha e Farelo - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



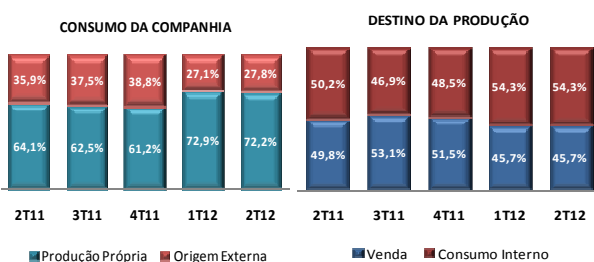
Marg. e Gorduras - Capacidade de Produção (em mil TON) e Nível de Utilização (%)



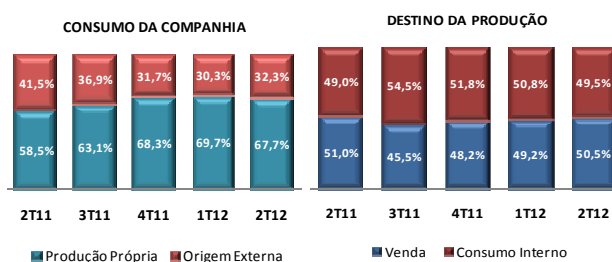
Comentário do Desempenho

VERTICALIZAÇÃO

FARINHA DE TRIGO



GORDURAS



RESULTADOS DO PERÍODO

RECEITA LÍQUIDA

A **Receita Líquida** cresceu **21,5%** no **2T12** frente ao 2T11, em função, principalmente, do crescimento de volume de vendas de 13,2% dos quais 50% decorreram de crescimento orgânico, e cresceu **8,2%** frente ao **1T12**, decorrentes do aumento do preço médio no montante de 5% e de crescimento orgânico no montante de 2,9%.

Linhas de Produto	2T12			2T11			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	485,4	124,4	3,90	398,4	106,7	3,73	21,8%	16,6%	4,6%
Massas	193,7	77,4	2,50	154,8	69,2	2,24	25,1%	11,8%	11,6%
Farinha e Farelo	146,4	163,6	0,89	139,0	151,2	0,92	5,3%	8,2%	-3,3%
Margarinas e Gorduras	43,1	14,7	2,93	27,7	10,3	2,69	55,6%	42,7%	8,9%
Bolos e Snacks	6,9	0,6	11,50	-	-	-	-	-	-
Diversos	2,2	2,9	0,76	2,4	1,4	1,71	-	-	-
TOTAL	877,7	383,6	2,29	722,3	338,8	2,13	21,5%	13,2%	7,5%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Linhas de Produto	2T12			1T12			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	485,4	124,4	3,90	446,4	115,3	3,87	8,7%	7,9%	0,8%
Massas	193,7	77,4	2,50	181,2	75,0	2,42	6,9%	3,2%	3,3%
Farinha e Farelo	146,4	163,6	0,89	141,1	165,5	0,85	3,8%	-1,1%	4,7%
Margarinas e Gorduras	43,1	14,7	2,93	34,8	12,3	2,83	23,9%	19,5%	3,5%
Bolos e Snacks	6,9	0,6	11,50	5,5	0,5	11,00	25,5%	20,0%	4,5%
Diversos	2,2	2,9	0,76	2,1	3,3	0,64	-	-	-
TOTAL	877,7	383,6	2,29	811,1	371,9	2,18	8,2%	3,1%	5,0%

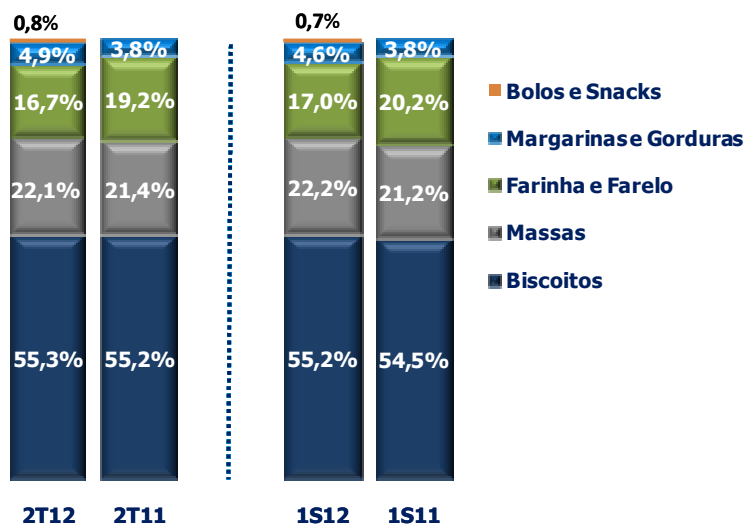
* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Linhas de Produto	1S12			1S11			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	931,8	239,7	3,89	746,3	200,1	3,73	24,9%	19,8%	4,3%
Massas	374,9	152,4	2,46	290,6	130,2	2,23	29,0%	17,1%	10,3%
Farinha e Farelo	287,5	329,1	0,87	276,2	305,7	0,90	4,1%	7,7%	-3,3%
Margarinas e Gorduras	77,9	27,0	2,89	52,4	19,7	2,66	48,7%	37,1%	8,6%
Bolos e Snacks	12,4	1,1	11,27	-	-	-	-	-	-
Diversos	4,3	6,2	0,69	4,0	3,5	1,14	-	-	-
TOTAL	1.688,8	755,5	2,24	1.369,5	659,2	2,08	23,3%	14,6%	7,7%

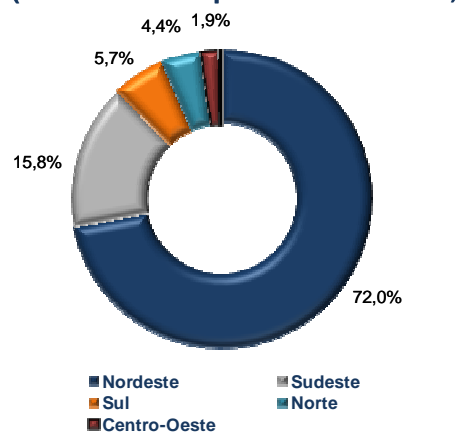
* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Comentário do Desempenho

Composição da Receita Operacional Líquida

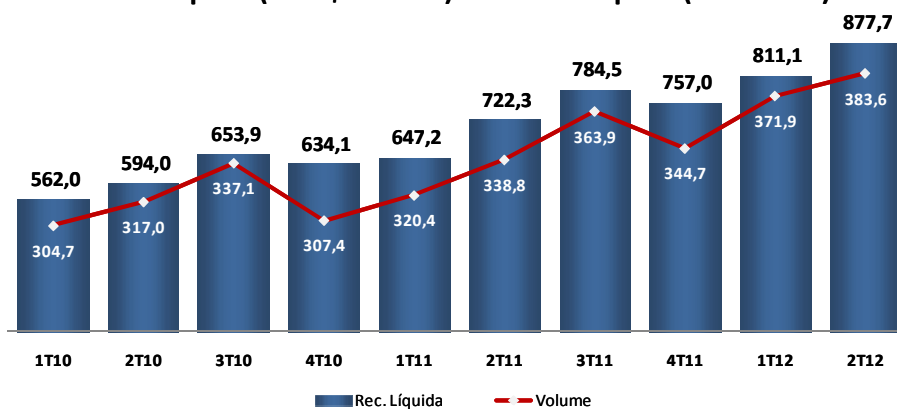


Vendas por Região - 2T12 (% da Receita Líquida de Descontos)



Nota1: Diversos representaram 0,2% da receita operacional líquida do 2T12, 0,4% no 2T11, e 0,3% no 1S12 e 1S11.
 Nota2: As exportações representam 0,2% da receita líquida de descontos.

Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume Líquido (em ton mil)

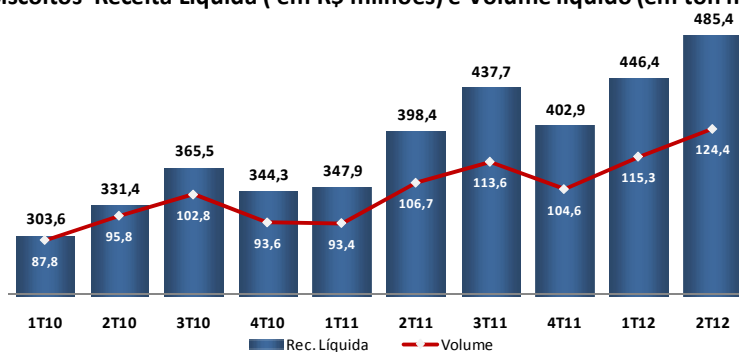


BISCOITOS

O aumento de **21,8%** na **receita líquida** de biscoitos no comparativo entre o **2T12** e o 2T11, decorreu principalmente do crescimento de volume no montante de 16,6%, sendo que 11,4% gerados pelas aquisições da Pilar, Estrela e Moinho Santa Lúcia e de 5,2% de crescimento orgânico principalmente, nos Estados de Pernambuco, São Paulo, Bahia e Minas Gerais, com destaque para as linhas de Cracker, Recheados, Doces, Amanteigados e Maria/Maisena. Em relação ao 1T12 o crescimento foi de 8,7% essencialmente orgânico nos mesmos Estados e nas mesmas linhas mencionadas anteriormente.

Comentário do Desempenho

Biscoitos- Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)

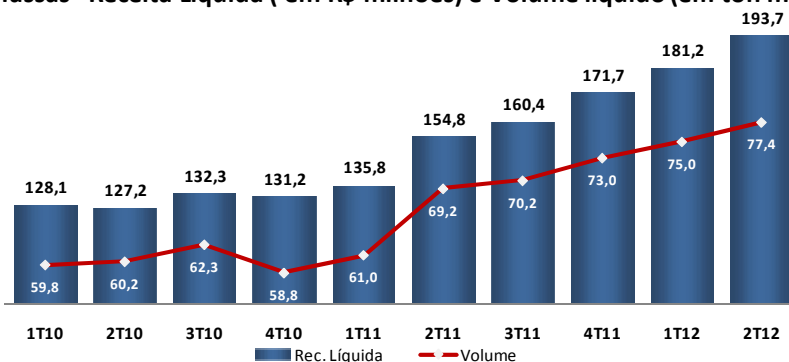


MASSAS

A receita líquida de massas aumentou **25,1%** no **2T12** em relação ao 2T11 e **29,0%** no **1S12** em relação ao 1S11, decorrente, essencialmente, das aquisições da Pilar, Estrela e Moinho Santa Lúcia.

O Grupo teve bom desempenho em algumas categorias, onde podemos destacar o crescimento de vendas das massas populares. Além disso, está investindo em inovações no portfólio de massas, principalmente na linha de instantâneos e massa para microondas, como a linha de massas *Ligero* da marca Adria, lançamento recente alinhado à tendência de praticidade, que já alcança bons resultados ao longo do primeiro semestre de 2012, gerando expectativa de crescimento para os próximos períodos.

Massas - Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)

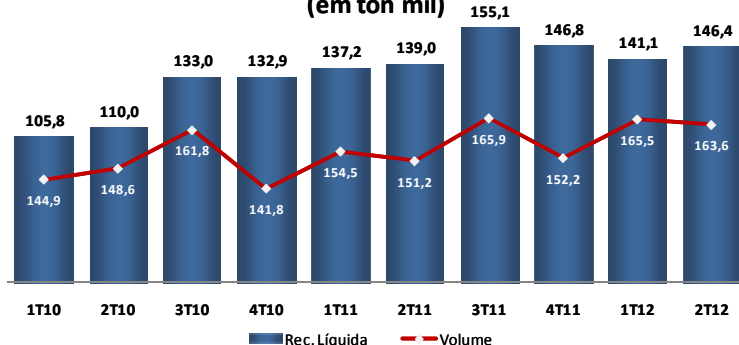


FARINHA E FARELO DE TRIGO

A receita líquida de farinha e farelo de trigo apresentou aumento no volume de vendas de **8,2%** no comparativo do **2T12** com o 2T11 e de **7,7%** na comparação do **1S12** com o 1S11, sendo que nos dois períodos ocorreu uma queda de preço de **3,3%** decorrente da redução nos preços do trigo no mercado. Já no comparativo do **2T12** com o 1T12, ocorreu um aumento no preço médio de **4,7%** em função da variação nos preços do referido insumo.

Comentário do Desempenho

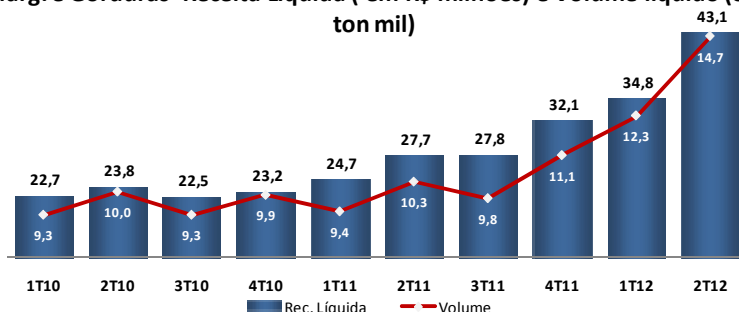
Farinha e Farelo- Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume Líquido (em ton mil)



MARGARINAS E GORDURAS

A receita líquida de margarinas e gorduras apresentou aumento de **55,6%** no comparativo do **2T12** com o **2T11**, e de **23,9%** no comparativo do **2T12** com o **1T12**. No comparativo semestral, a **receita líquida de margarinas e gorduras** apresenta aumento de **48,7%** entre **1S12** x **1S11**. A razão desse crescimento se deve a diversas ações comerciais, busca de novas parcerias, melhor integração dos processos de produção, comercialização e logística, reposicionamento das marcas em seus segmentos e canais com ajustes nos preços, e ações de marketing e trade marketing em datas comemorativas relacionadas ao segmento de margarinas e gorduras, o que impactou no crescimento da linha doméstica com destaque para a marca Puro Sabor.

Marg. e Gorduras- Receita Líquida (em R\$ milhões) e Volume líquido (em ton mil)






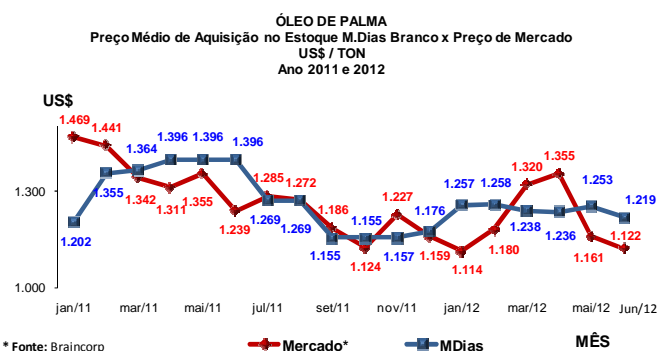
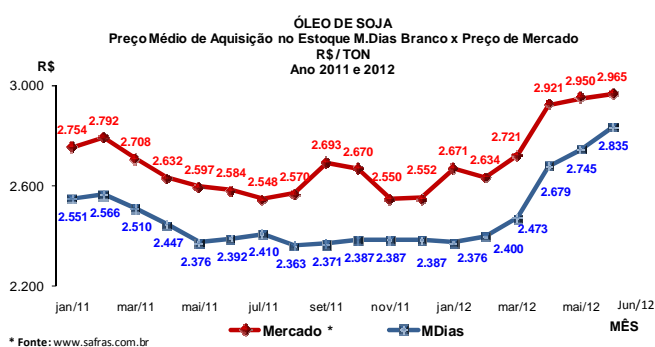
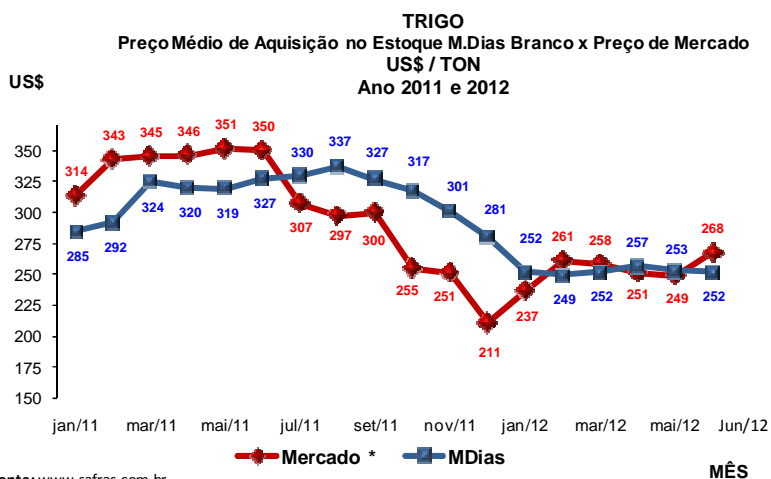
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

Custos Operacionais (R\$ milhões)	2T12	% RL	2T11	% RL	AH% 2T11-2T12	1T12	% RL	AH% 1T12-2T12	1S12	% RL	1S11	% RL	AH% 1S11-1S12
Matéria Prima	349,5	39,8%	329,5	45,6%	6,1%	326,5	40,3%	7,0%	676,0	40,0%	617,6	45,1%	9,5%
Trigo	164,0	18,7%	168,7	23,4%	-2,8%	173,7	21,4%	-5,6%	337,7	20,0%	322,9	23,6%	4,6%
Óleo	59,4	6,8%	38,3	5,3%	55,1%	48,9	6,0%	21,5%	108,3	6,4%	72,0	5,3%	50,4%
Açúcar	24,9	2,8%	24,7	3,4%	0,8%	23,5	2,9%	6,0%	48,4	2,9%	47,7	3,5%	1,5%
Farinha de Terceiros	36,2	4,1%	38,2	5,3%	-5,2%	23,7	2,9%	52,7%	59,9	3,5%	67,7	4,9%	-11,5%
Gordura de Terceiros	15,2	1,7%	20,1	2,8%	-24,4%	13,1	1,6%	16,0%	28,3	1,7%	35,7	2,6%	-20,7%
Outros insumos	49,8	5,7%	39,5	5,5%	26,1%	43,6	5,4%	14,2%	93,4	5,5%	71,6	5,2%	30,4%
Embalagens	62,5	7,1%	51,0	7,1%	22,5%	58,2	7,2%	7,4%	120,7	7,1%	94,6	6,9%	27,6%
Mão-de-obra	72,7	8,3%	55,5	7,7%	31,0%	63,8	7,9%	13,9%	136,5	8,1%	103,0	7,5%	32,5%
Gastos Gerais de Fabricação	47,0	5,4%	38,8	5,4%	21,1%	46,0	5,7%	2,2%	93,0	5,5%	71,1	5,2%	30,8%
Depreciação e Amortização	14,2	1,6%	12,3	1,7%	15,4%	14,4	1,8%	-1,4%	28,6	1,7%	24,1	1,8%	18,7%
Diversos	-	0,0%	2,5	0,3%	-100,0%	-	0,0%	0,0%	-	0,0%	3,3	0,2%	-100,0%
Total dos Custos Operacionais	545,9	62,2%	489,6	67,8%	11,5%	508,9	62,7%	7,3%	1.054,8	62,5%	913,7	66,7%	15,4%

Comentário do Desempenho

As variações absolutas no custo dos produtos vendidos decorreram, principalmente, devido ao aumento de 13,2% e 14,6% no volume de vendas totais nos respectivos comparativos 2T12 versus 2T11 e 1S12 versus 1S11. Adicionalmente, também merecem destaque as seguintes razões:

-  Redução do custo médio do trigo do Grupo, decorrente da queda dos preços praticados no mercado para aquisição desse insumo, de 7,3% no comparativo 2T12 e 2T11, e redução de 7,6% no comparativo 1S12 e 1S11.
-  Aumento do custo médio do óleo vegetal, decorrente do acréscimo de preços praticado no mercado para aquisição de óleo de palma e soja, de 1,6% no período comparativo 2T12 e 2T11, e redução de 1,9% no comparativo 1S12 e 1S11.
-  O acréscimo no custo da mão-de-obra, em função de reajustes por acordos coletivos.



LUCRO BRUTO

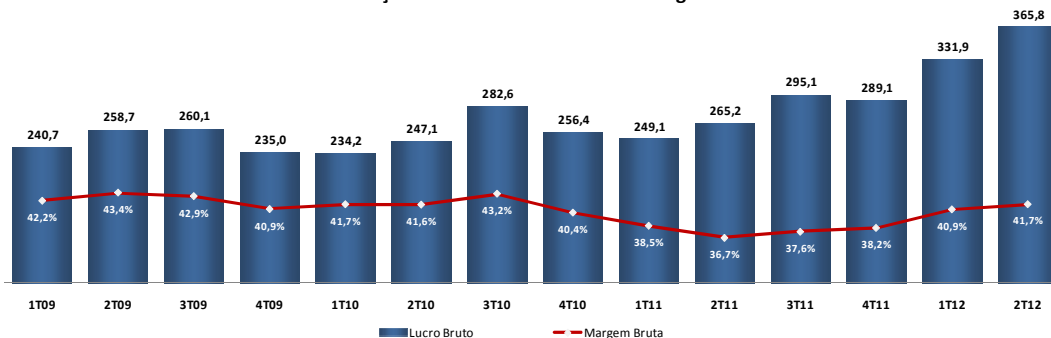
O lucro bruto do Grupo atingiu **R\$ 365,8 milhões** no 2T12, representando um crescimento de **37,9%** sobre 2T11, e de **10,2%** sobre o 1T12. Excluindo-se os efeitos da Pilar, Estrela e do Moinho Santa Lúcia

Comentário do Desempenho

no período, o lucro bruto do Grupo no **2T12** foi **R\$ 328,6 milhões** e representou um crescimento de **26,5%** sobre 2T11.

O lucro bruto contempla as subvenções para investimento estaduais, no montante R\$ 34,0 milhões no 2T12 e R\$ 63,7 milhões no 1S12, que transitam pelo resultado em atendimento ao CPC 07 – Subvenções Governamentais. Importante ressaltar que tais subvenções, não obstante sua inequívoca essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008, no resultado do exercício, quando entrou em vigor o supracitado CPC.

Evolução histórica - Lucro Bruto e Margem bruta



DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2T12	% RL	2T11	% RL	AH% 2T11-2T12	1T12	% RL	AH% 1T12-2T12	1S12	% RL	1S11	% RL	AH% 1S11-1S12
Vendas	167,1	19,0%	132,8	18,4%	25,8%	141,3	17,4%	18,3%	308,4	18,3%	242,8	17,7%	27,0%
Administrativas e gerais	43,3	4,9%	30,1	4,2%	43,9%	40,4	5,0%	7,2%	83,7	5,0%	59,3	4,3%	41,1%
Honorários da administração	2,3	0,3%	2,0	0,3%	15,0%	2,1	0,3%	9,5%	4,4	0,3%	4,0	0,3%	10,0%
Tributárias	4,8	0,5%	3,8	0,5%	26,3%	4,5	0,6%	6,7%	9,3	0,6%	7,5	0,5%	24,0%
Depreciação e amortização	4,6	0,5%	3,1	0,4%	48,4%	4,7	0,6%	-2,1%	9,3	0,6%	6,4	0,5%	45,3%
Outras desp./(rec.) operac.	(0,6)	-0,1%	(0,4)	-0,1%	50,0%	(0,5)	-0,1%	20,0%	(1,1)	-0,1%	1,6	0,1%	-168,8%
TOTAL	221,5	25,2%	171,4	23,7%	29,2%	192,5	23,7%	15,1%	414,0	24,5%	321,6	23,5%	28,7%

As despesas operacionais cresceram 29,2% no comparativo 2T12 versus 2T11, registrando 1,5 p.p. de aumento da representatividade sobre a Receita Líquida no referido período. Apesar do processo de integração das empresas adquiridas ainda em curso, as razões do crescimento estão relacionadas ao incremento das estruturas administrativas e comerciais das referidas empresas ao consolidado de M. Dias Branco, além da expansão dos volumes de vendas que refletiram no aumento das **despesas com vendas** (tais como despesas com fretes, verbas comerciais, bonificações, salários e encargos do pessoal comercial), na ordem de 25,8% no 2T12 em relação ao 2T11, e **despesas administrativas**, em 43,9% no mesmo comparativo trimestral.

Excluindo-se os efeitos das aquisições, as **despesas com vendas** registraram um incremento de 11,6% em relação ao 2T11 (aumento de 0,1 p.p. de representatividade sobre a Receita Líquida), essencialmente em função do crescimento das despesas com fretes (em função de mudança de mix e aumento de atuação em novas áreas geográficas), indenizações com rescisões de representantes comerciais no interior de São Paulo, verbas comerciais, bonificações e reajustes de salários, decorrentes de acordos coletivos. Já as **despesas administrativas** registraram um aumento de 21,8% pelas seguintes razões: i) aumento da provisão de participação nos lucros destinados aos colaboradores, em virtude da elevação do lucro distribuível; (ii) reajustes salariais em função de acordos coletivos, bem como antecipação da data base do reajuste que passou de maio para março, com impacto integral em

Comentário do Desempenho

2T12 e (iii) ampliação da estrutura administrativa para suporte aos projetos em curso no Grupo, diante das perspectivas de crescimento, além de contratação de menores aprendizes para cumprimento de cotas exigidas pela legislação.

No comparativo **2T12** versus **1T12**, o aumento da representatividade das **despesas comerciais** sobre a Receita Líquida em 1,6 p.p. está relacionado a investimentos em campanhas publicitárias, no montante de **R\$ 7,7 milhões** e aumento em verbas comerciais, bonificações e fretes no montante de **R\$ 3,2 milhões**. No caso de **despesas administrativas**, o acréscimo de 7,2%, em relação ao **1T12**, foi decorrente, principalmente, de reajustes salariais promovidos por acordos coletivos e efeitos da aquisição do Moinho Santa Lúcia.

RESULTADOS FINANCEIROS

Para melhor compreensão das variações ocorridas no resultado financeiro, optou-se por evidenciar e analisar as variações cambiais e operações com SWAP do período de forma separada das receitas e despesas financeiras, como demonstrado no quadro abaixo:

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	2T12	2T11	AH% 2T11-2T12	1T12	AH% 1T12-2T12	1S12	1S11	AH% 1S11-1S12
Receitas Financeiras	5,0	6,0	-16,7%	5,6	-10,7%	10,6	11,1	-4,5%
Despesas Financeiras	(12,8)	(11,3)	13,3%	(14,3)	-10,5%	(27,1)	(19,0)	42,6%
Variações Cambiais	(7,8)	4,8	-262,5%	0,2	-4000,0%	(7,6)	7,5	-201,3%
Perdas / Ganhos com SWAP	6,5	-	-	(0,4)	-1725,0%	6,1	-	-
TOTAL	(9,1)	(0,5)	1720,0%	(8,9)	2,2%	(18,0)	(0,4)	4400,0%

A principal mudança no **2T2** e no **1S12** foi a variação cambial que de forma diferente do **2T11** e **1S11** apresentou perda no período decorrente da depreciação da moeda Brasileira frente ao Dólar. Destacamos que o Grupo reduziu essas perdas porque mantém contratos de SWAP, que consiste na troca do risco cambial por CDI, para proteção das transações de importação de insumos, os quais são registrados pelo valor justo e cujos resultados são contabilizados no resultado financeiro.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de Renda e Contribuição Social (R\$ Milhões)	2T12	2T11	AH% 2T11-2T12	1S12	1S11	AH% 1S11-1S12
IRPJ e CSLL	34,7	19,3	79,8%	74,3	42,6	74,4%
Incentivo Fiscal - IRPJ	(16,0)	(8,5)	88,2%	(31,6)	(15,0)	110,7%
TOTAL	18,7	10,8	73,1%	42,7	27,6	54,7%

O **acréscimo de 79,8% no imposto de renda e contribuição social no 2T12** em relação ao 2T11, e o aumento de **74,4%** entre os **1S12** e **1S11** foram decorrentes do aumento do resultado e, conseqüentemente, da base de cálculo dos tributos. Vale salientar que os incentivos fiscais estaduais não integram a base de cálculo do referidos tributos.

Comentário do Desempenho

O valor dos **incentivos fiscais sobre o imposto de renda (IRPJ)** apresentou um aumento de **88,2%** e **110,7%** no **2T12** e **1S12**, respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior, em função do aumento do imposto devido, conforme já mencionado, além de mudança na metodologia de apuração da base de cálculo do incentivo após a incorporação da Adria Alimentos do Brasil Ltda.

Importante salientar que a partir de janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil do ágio. Contudo, tal procedimento não alterou os efeitos fiscais da amortização do ágio que passou a ser realizada nos termos do RTT - Regime Tributário de Transição, previsto na Lei nº 11.941/09. Assim, o Grupo, por força de exigência contida no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599/09) - vem constituindo, a débito da conta de despesa de IRPJ e CSLL inclusa em seu resultado, obrigações fiscais diferidas decorrentes dessa amortização, apenas para fins fiscais, mesmo não vislumbrando a possibilidade de futura realização de tal obrigação. Desde janeiro de 2010, o Grupo vem registrando na despesa de IRPJ e CSLL, por trimestre, o valor equivalente a R\$3,6 milhões, a esse título.

EBITDA E LUCRO LÍQUIDO

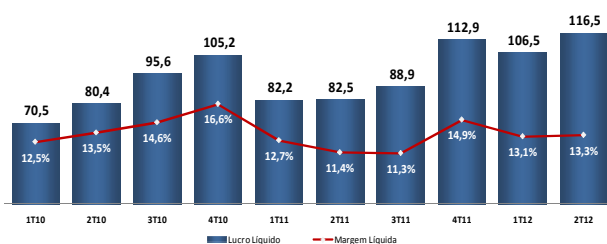
EBITDA A PARTIR DO LUCRO LÍQUIDO:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	2T12	2T11	Variação	1T12	Variação	1S12	1S11	Variação
Lucro Líquido	116,5	82,5	41,2%	106,5	9,4%	223,0	164,7	35,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	34,7	19,3	79,8%	39,6	-12,4%	74,3	42,6	74,4%
Incentivo de IRPJ	(16,0)	(8,5)	88,2%	(15,6)	2,6%	(31,6)	(15,0)	110,7%
Receitas Financeiras	(5,4)	(11,9)	-54,6%	(10,5)	-48,6%	(15,9)	(20,0)	-20,5%
Despesas Financeiras	14,5	12,4	16,9%	19,4	-25,3%	33,9	20,4	66,2%
Depreciação e Amortização sobre CPV	14,2	12,3	15,4%	14,4	-1,4%	28,6	24,1	18,7%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	4,6	3,1	48,4%	4,7	-2,1%	9,3	6,4	45,3%
EBITDA	163,1	109,2	49,4%	158,5	2,9%	321,6	223,2	44,1%
Margem EBITDA	18,6%	15,1%	3,5 p.p	19,5%	-0,9 p.p	19,0%	16,3%	2,7 p.p

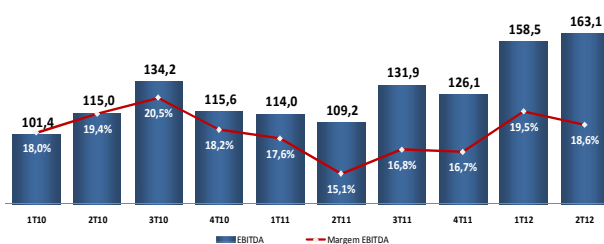
EBITDA A PARTIR DA RECEITA BRUTA:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA (em R\$ milhões)	2T12	2T11	Variação	1T12	Variação	1S12	1S11	Variação
Receita Bruta	1.023,6	854,3	19,8%	943,5	8,5%	1.967,1	1.618,0	21,6%
Impostos e deduções sobre vendas	(145,9)	(132,0)	10,5%	(132,4)	10,2%	(278,3)	(248,5)	12,0%
Custos dos produtos vendidos - CPV	(511,9)	(457,1)	12,0%	(479,2)	6,8%	(991,1)	(855,2)	15,9%
Depreciação e Amortização sobre CPV	14,2	12,3	15,4%	14,4	-1,4%	28,6	24,1	18,7%
Despesas Operacionais	(221,5)	(171,4)	29,2%	(192,5)	15,1%	(414,0)	(321,6)	28,7%
Depreciação e Amortização Despesas Adm/Com	4,6	3,1	48,4%	4,7	-2,1%	9,3	6,4	45,3%
EBITDA	163,1	109,2	49,4%	158,5	2,9%	321,6	223,2	44,1%
Margem EBITDA	18,6%	15,1%	3,5 p.p	19,5%	0 p.p	19,0%	16,3%	0 p.p

Evolução histórica - Lucro líquido (em R\$ milhões) e Margem Líquida



Evolução histórica - EBITDA (em R\$ milhões) e Margem EBITDA



Comentário do Desempenho

No 2T12, excluindo os efeitos da Pilar, Estrela e Moinho Santa Lúcia, o lucro líquido do Grupo foi de R\$ 112,3 milhões, o EBITDA do Grupo atingiu R\$ 154,6 milhões, e a margem EBITDA alcançou 19,8%.

DÍVIDA, CAPITALIZAÇÃO E CAIXA

Capitalização (em R\$ milhões)	30/06/2012	30/06/2011	Variação
Curto Prazo	299,0	149,4	100,1%
Longo Prazo	456,4	268,3	70,1%
Endividamento Total	755,4	417,7	80,8%
(-) Caixa *	(227,2)	(127,5)	78,2%
(=) Dívida Líquida	528,2	290,2	82,0%
(+) Patrimônio Líquido	2.228,8	1.891,4	17,8%
Capitalização	2.984,2	2.309,1	29,2%

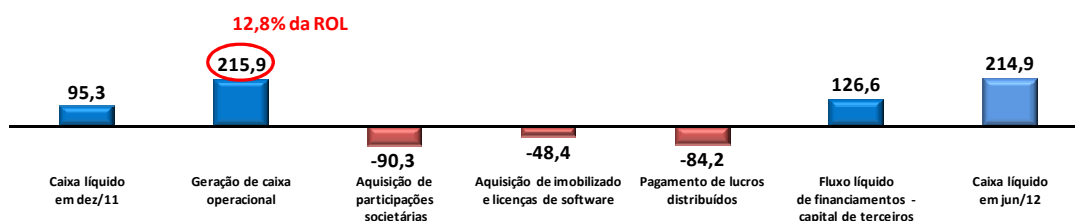
* Inclui Disponibilidades e Títulos e Valores Mobiliários de curto e longo prazo

Indicadores Financeiros	30/06/2012	30/06/2011	Variação
Dívida Líquida / EBITDA (últ. 12 meses)	0,9	0,6	50,0%
Dívida Líquida / PL	23,7%	15,3%	8,4 p.p
Endividamento / Ativo Total	21,9%	16,0%	5,9 p.p

O Grupo possui passivos indexados em moeda estrangeira (dólar em sua maior parte) no montante de R\$ 73,8 milhões no 2T12 (R\$ 108,4 milhões no 2T11 e R\$ 15,6 milhões no 4T11), decorrentes da importação do trigo e de financiamentos de máquinas. O montante de R\$ 70,5 milhões, representado por importação de insumos, encontra-se protegido por operações de swap, que consiste na troca do risco cambial por CDI.

Endividamento (Em Milhões)	Indexador	Juros (a.a.)*	30/06/2012	AV%	30/06/2011	AV%	AH%
Moeda Nacional			681,5	90,2%	309,3	74,0%	120,3%
BNDES - FINAME	TJLP	2,21%	9,0	1,2%	12,4	3,0%	-27,4%
BNDES - PSI	R\$	5,33%	102,9	13,6%	68,9	16,5%	49,3%
BNDES - PSI	URTJLP	5,79%	1,7	0,2%	-	0,0%	0,0%
Financ. de Trib. Estad. (PROVIN)	TJLP	-	20,2	2,7%	16,6	4,0%	21,7%
Financ. de Trib. Estad. (DESENVOLVE)	TJLP	-	3,9	0,5%	3,2	0,8%	21,9%
Financ. BNB-FNE	Pré Fixada	10,00%	118,4	15,7%	84,6	20,3%	40,0%
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,44%	0,9	0,1%	2,0	0,5%	-55,0%
Financ. BNB -FNE-Capital de Giro	Pré Fixada	10,00%	-	0,0%	0,3	0,1%	-100,0%
Capital de Giro-Pré Fixada		17,99%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Capital de Giro -CDI		5,54%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	Outros	2,49%	0,2	0,0%	-	0,0%	0,0%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	TJLP	2,49%	0,5	0,1%	0,7	0,2%	-28,6%
Financiamentos – BNDES AUTOMÁTICO	Tx Variável	2,49%	0,2	0,0%	0,2	0,0%	0,0%
Instrumento de Cessão de Quotas da Vitarella	100% CDI	-	105,2	13,9%	95,0	22,7%	10,7%
Instrumento de Cessão de Quotas da Pilar	100% CDI	-	23,8	3,2%	25,4	6,1%	-6,3%
Instrumento de Cessão de Quotas da Estrela	100% CDI	-	94,5	12,5%	-	0,0%	0,0%
Instrumento de Cessão de Quotas do Moinho Santa Lúcia	100% CDI	-	45,4	6,0%	-	0,0%	0,0%
Debêntures	100% CDI	0,50%	154,7	20,5%	-	0,0%	0,0%
Moeda Estrangeira			73,8	9,8%	108,4	26,0%	-31,9%
Financ. de importação insumos	USD	2,87%	70,5	9,3%	104,4	25,0%	-32,5%
Financ. de Máquinas e Equipamentos	CHF	(Libor* + 1,50%)	3,3	0,5%	4,0	1,0%	-17,5%
TOTAL			755,3	100,0%	417,7	100,0%	80,8%

O Grupo registrou um aumento nas disponibilidades de R\$ 119,6 milhões no 1S12. Houve geração de caixa nas atividades operacionais de R\$ 215,9 milhões, e de R\$ 126,6 milhões do fluxo líquido de financiamentos – capital de terceiros. Em contraponto, foi aplicado R\$ 48,0 milhões, na aquisição de ativo imobilizado e 0,4 milhão em licenças de softwares, R\$ 90,3 milhões no pagamento da dívida e de aquisições em participações societárias, e R\$ 84,2 milhões no pagamento de lucros distribuídos.



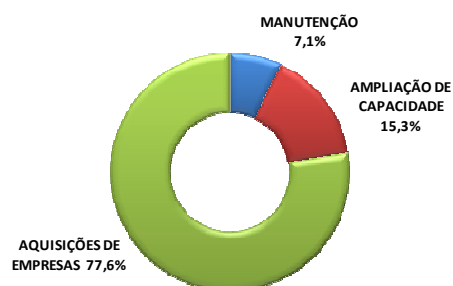
Comentário do Desempenho

INVESTIMENTOS

Investimentos (R\$ milhões)	2T12	2T11	Variação	1S12	1S11	Variação
Instalações	2,0	1,0	100,0%	4,6	1,8	155,6%
Máquinas e Equipamentos	15,2	20,3	-25,1%	33,5	45,7	-26,7%
Obras Cíveis	3,8	2,5	52,0%	6,3	6,6	-4,5%
Veículos	0,9	0,6	50,0%	1,0	0,8	25,0%
Computadores e Periféricos	0,5	0,4	25,0%	0,7	0,8	-12,5%
Móveis e utensílios	1,2	0,6	100,0%	2,6	1,1	136,4%
Outros	2,3	1,0	130,0%	2,8	2,2	27,3%
Total	25,9	26,4	-1,9%	51,5	59,0	-12,7%

Obs:desconsiderando aquisições de empresas.

Investimentos 2T12 - R\$ 115,9 milhões



Os **investimentos** (desconsiderando aquisições de empresas) totalizaram **R\$ 25,9 milhões no 2T12**, distribuídos entre expansão e manutenção. Os principais itens que compuseram os gastos com investimentos no **2T12** foram: (i) a aquisição, montagem e melhorias de linhas de biscoitos e massas em unidade localizada no Estado de Pernambuco (Vitarella); (ii) ampliação do sistema de armazenagem e mistura de farinha de trigo e montagem de novas linhas de massas na unidade industrial localizada no Rio Grande do Sul; (iii) construção de instalações industriais complementares em unidade localizada no Estado de Pernambuco (Vitarella); (iv) recuperação da cobertura da unidade localizada no Estado da Bahia; (v) montagem de nova linha de biscoitos e modernização em outra linha de biscoitos em unidade industrial localizada no Ceará; (vi) aquisição de veículos para transporte de farinha em unidade industrial localizada no Estado de Pernambuco (Vitarella); (vii) montagem de silos em aço na unidade de moagem de trigo localizada na Paraíba e melhorias no processo de recepção de trigo na unidade de moagem localizada no Rio Grande do Norte e (viii) aquisição de nova linha de produção para margarinas.

No 2T12, além dos investimentos demonstrados acima, merece destaque a aquisição do Moinho Santa Lúcia, realizada em 25 de maio de 2012 no valor de R\$ 90,0 milhões, sendo R\$ 45,0 pagos à vista, na data do Contrato, R\$ 27,0 milhões a serem pagos em cinco parcelas anuais de R\$ 5,4 milhões a partir de maio de 2013 e R\$ 18,0 a serem pagos ao final de seis anos.

Para o restante do ano de 2012 o Grupo deverá prosseguir com esse processo de expansão de capacidade, com previsão de investimentos para construção de unidade de moagem no Estado de Pernambuco, além de expansões em linhas de produção de biscoitos e massas para atendimento da demanda.

Durante o **primeiro semestre de 2012** foram investidos **R\$ 2,2 milhões em Pesquisa e Desenvolvimento de novos produtos**.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. – Vitarella; Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.; M. Dias Branco International Trading LLC; M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. e M. Dias Branco Argentina S.A.. As movimentações desses investimentos estão relacionadas nas Notas Explicativas das Informações financeiras intermediárias.

Informações Financeiras sem os efeitos das aquisições da Pilar, Estrela e Moinho Santa

Em 26 de abril de 2011, 23 de dezembro de 2011 e 25 de maio de 2012, a Companhia adquiriu o controle da Pilar, Estrela e Moinho Santa Lúcia, respectivamente, e, portanto, os resultados ora

Comentário do Desempenho

divulgados contemplam os efeitos dessas aquisições. No sentido de possibilitar uma análise do crescimento orgânico do Grupo, estamos apresentando a demonstração do resultado e a receita líquida por linha de produto sem os efeitos dessas aquisições. Ao longo desse documento foram feitos os devidos destaques sobre os efeitos dessa aquisição no resultado do Grupo, quando julgado relevante.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em R\$ milhões)	2T12	2T11	AH% 2T11-2T12	1T12	AH% 1T12-2T12	1S12	1S11	AH% 1S11-1S12
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	911,2	828,5	10,0%	844,2	7,9%	1.755,4	1.592,2	10,2%
Venda de Produtos ou Serviços	911,2	828,5	10,0%	844,2	7,9%	1.755,4	1.592,2	10,2%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(131,9)	(127,9)	3,1%	(120,8)	9,2%	(252,7)	(244,4)	3,4%
Imposto/deduções sobre vendas	(131,9)	(127,9)	3,1%	(120,8)	9,2%	(252,7)	(244,4)	3,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	779,3	700,6	11,2%	723,4	7,7%	1.502,7	1.347,8	11,5%
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	(482,7)	(472,4)	2,2%	(452,5)	6,7%	(935,2)	(896,5)	4,3%
SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTOS ESTADUAIS	32,0	31,6	1,3%	28,4	12,7%	60,4	57,6	4,9%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	328,6	259,8	26,5%	299,3	9,8%	627,9	508,9	23,4%
DESPESAS OPERACIONAIS	(189,8)	(167,0)	13,7%	(165,0)	15,0%	(354,8)	(317,2)	11,9%
Vendas	(144,8)	(129,7)	11,6%	(122,9)	17,8%	(267,7)	(239,7)	11,7%
Administrativas e gerais	(35,2)	(28,9)	21,8%	(32,7)	7,6%	(67,9)	(58,1)	16,9%
Honorários da administração	(2,3)	(2,0)	15,0%	(2,1)	9,5%	(4,4)	(4,0)	10,0%
Despesas tributárias	(4,2)	(3,4)	23,5%	(4,0)	5,0%	(8,2)	(7,1)	15,5%
Despesas com depreciação e amortização	(3,6)	(3,4)	5,9%	(3,6)	0,0%	(7,2)	(6,7)	7,5%
Outras receitas (despesas) operacionais	0,3	0,4	-25,0%	0,3	0,0%	0,6	(1,6)	-137,5%
RESULTADO OPERACIONAL - antes do Resultado Financeiro	138,8	92,8	49,6%	134,3	3,4%	273,1	191,7	42,5%
Receitas Financeiras	4,9	11,8	-58,5%	9,6	-49,0%	14,5	19,9	-27,1%
Despesas Financeiras	(13,0)	(10,0)	30,0%	(16,3)	-20,2%	(29,3)	(18,0)	62,8%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO	130,7	94,6	38,2%	127,6	2,4%	258,3	193,6	33,4%
Impostos de renda e contribuição social	(18,4)	(10,7)	72,0%	(22,9)	-19,7%	(41,3)	(27,5)	50,2%
LUCRO LÍQUIDO	112,3	83,9	33,8%	104,7	7,3%	217,0	166,1	30,6%
EBITDA	154,6	108,2	42,9%	150,3	2,9%	304,9	222,2	37,2%
Margem EBITDA	19,8%	15,4%	4,4 p.p.	20,8%	-0,9 p.p.	20,3%	16,5%	3,8 p.p.

Linhas de Produto	2T12			2T11			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	425,6	108,5	3,92	387,0	103,1	3,75	10,0%	5,2%	4,5%
Massas	163,1	63,4	2,57	145,6	64,0	2,28	12,0%	-0,9%	12,7%
Farinha e Farelo	146,1	161,7	0,90	138,2	150,1	0,92	5,7%	7,7%	-2,2%
Margarinas e Gorduras	43,1	14,7	2,93	27,7	10,3	2,69	55,6%	42,7%	8,9%
Diversos	1,4	1,9	0,74	2,1	1,0	2,10	-	-	-
TOTAL	779,3	350,2	2,23	700,6	328,5	2,13	11,2%	6,6%	4,7%

* Receita Líquida sem Pilar em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Linhas de Produto	2T12			1T12			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	425,6	108,5	3,92	393,4	100,8	3,90	8,2%	7,6%	0,5%
Massas	163,1	63,4	2,57	153,1	62,1	2,47	6,5%	2,1%	4,0%
Farinha e Farelo	146,1	161,7	0,90	140,7	162,8	0,86	3,8%	-0,7%	4,7%
Margarinas e Gorduras	43,1	14,7	2,93	34,8	12,3	2,83	23,9%	19,5%	3,5%
Diversos	1,4	1,9	0,74	1,4	2,2	0,64	-	-	-
TOTAL	779,3	350,2	2,23	723,4	340,2	2,13	7,7%	2,9%	4,7%

* Receita Líquida sem Pilar em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

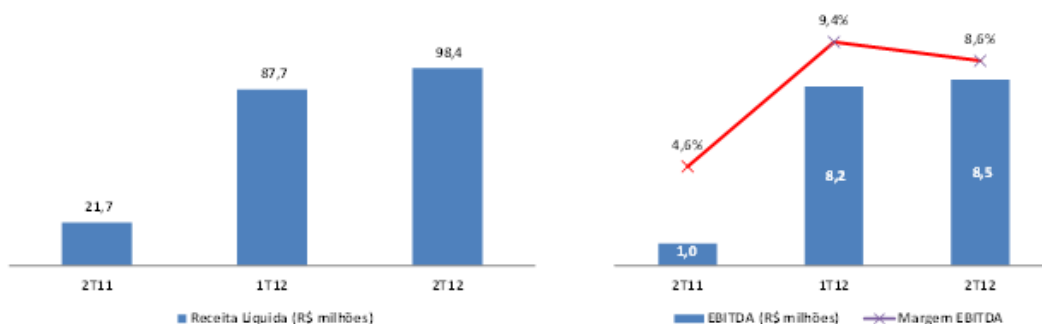
Linhas de Produto	1S12			1S11			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	819,0	209,3	3,91	734,9	196,5	3,74	11,4%	6,5%	4,5%
Massas	316,2	125,5	2,52	281,4	125,0	2,25	12,4%	0,4%	12,0%
Farinha e Farelo	286,8	324,5	0,88	275,4	304,6	0,90	4,1%	6,5%	-2,2%
Margarinas e Gorduras	77,9	27,0	2,89	52,4	19,7	2,66	48,7%	37,1%	8,6%
Diversos	2,8	4,1	0,68	3,7	3,1	1,19	-	-	-
TOTAL	1.502,7	690,4	2,18	1.347,8	648,9	2,08	11,5%	6,4%	4,8%

* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

Comentário do Desempenho

A Receita Líquida das empresas adquiridas a partir de abril de 2011 atingiu R\$ 98,4 milhões no 2T12, representando um crescimento de 12,2% em relação ao 1T12, em sua maior parte em função de crescimento orgânico. No tocante ao EBITDA, o resultado de R\$ 8,5 milhões no 2T12 representou uma expansão de 3,7% em relação ao 1T12, com uma margem EBITDA de 8,6%, impactada em um primeiro momento pelo aumento das despesas operacionais em função da aquisição do Moinho Santa Lúcia anunciada em maio de 2012. O Grupo prossegue com os trabalhos referentes à integração das referidas empresas adquiridas, com o objetivo de elevar suas margens para os padrões do consolidado de M. Dias Branco.

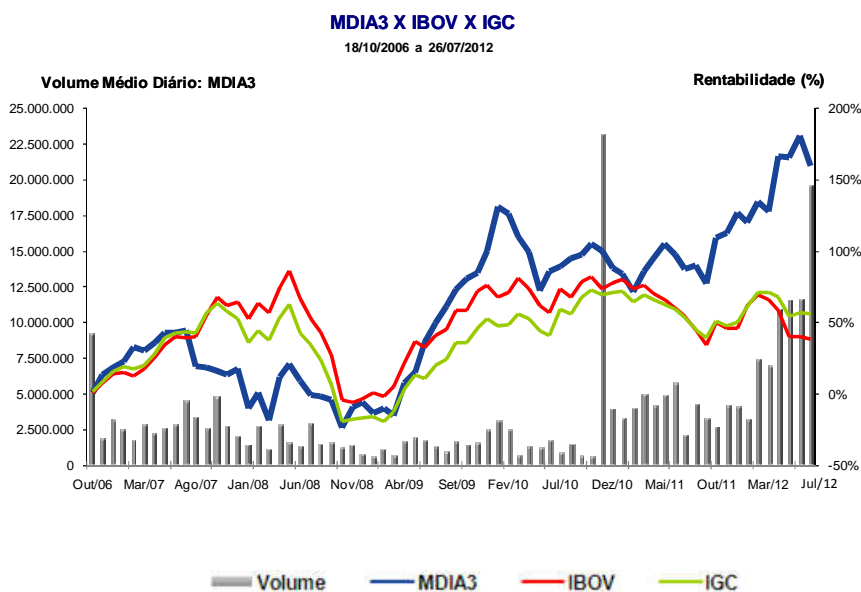
EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS ADQUIRIDAS



Obs: Dados apresentados consideram as aquisições da Pilar a partir de 26/04/2011, Estrela a partir de 23/12/2011 e Moinho Santa Lúcia a partir de 25/05/2012.

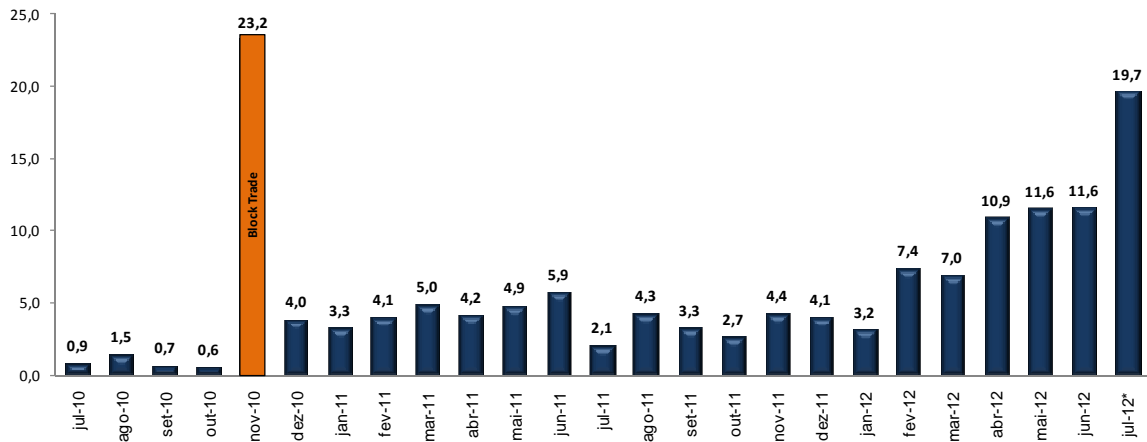
MERCADO DE CAPITAIS

O desempenho das ações da Companhia entre o período de 18 de outubro de 2006 (IPO) a 30 de junho de 2012 é demonstrado no gráfico abaixo. Em 26 de julho de 2012, as ações **MDIA3** estavam cotadas em **R\$ 54,50**, representando um **valor de mercado de R\$ 6,18 bilhões**. A **média do volume diário** negociado no 2T12 foi de **R\$ 11,4 milhões**. O Ibovespa fechou aos 54.002 pontos e o IGC em 6.961 pontos em 26 de julho de 2012.



Comentário do Desempenho

Vale ressaltar a elevação do volume médio diário negociado de MDIA3 após a operação de *Block Trade* realizada em novembro de 2010. Considerando o período de quatro meses anteriores e vinte meses posteriores a novembro de 2010, constatamos que a média mensal do volume diário negociado evoluiu de R\$ 0,9 milhão para R\$ 6,2 milhões, registrando um crescimento de 558%, conforme apresentado no gráfico a seguir.



Obs.: O volume médio diário negociado em novembro de 2010 foi R\$ 23,2 milhões.

*dados de julho de 01/07 até 26/07/2012

Evolução de Preços, Liquidez e Performance da Ação	2T12	2T11
MDIA3		
Cotações - R\$*	59,00	41,50
Volume de Ações Negociado (Milhões)	11.386,1	5.014,8
Performance nos respectivos períodos		
MDIA3	23,43%	6,41%
Ibovespa	-15,74%	-9,02%
IGC	-8,15%	-6,04%

*Preço de fechamento no final do período

AUDITORIA INDEPENDENTE

O auditor independente da Companhia é a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S que, contratada desde 01 de janeiro de 2012, não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, domiciliada no Brasil, com ações listadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no segmento Novo Mercado (MDIA3). Iniciou suas atividades em 1951 e sua sede está situada na Rodovia BR 116 KM 18 s/n, Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha de trigo, atuando, também, na fabricação, na comercialização e na distribuição de margarinas e gorduras vegetais. O processo de produção utilizado pela Companhia é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas: farinha de trigo e gordura vegetal, além de três de seus moinhos de trigo estarem fisicamente integrados às fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção de biscoitos e massas.

O sistema de comercialização e distribuição adotado pela Companhia é formado por uma combinação de canais diretos — em que os clientes são atendidos por força de venda própria — e canais indiretos — as vendas são realizadas com a intermediação de atacadistas e distribuidores.

A Companhia possui seis unidades de produção situadas em quatro Estados da Região Nordeste do Brasil (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia), nas quais operam quatro moinhos de trigo, quatro fábricas de massas alimentícias, duas fábricas de biscoitos e uma fábrica de gorduras e margarinas vegetais. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia também possui seis unidades destinadas a armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, as quais estão localizadas nos seguintes Estados: Ceará, Piauí, Maranhão, Sergipe, Pará, e no Distrito Federal. Em 30 de março de 2012 houve a incorporação da controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda., adquirida em 22 de setembro de 2003, passando a Companhia a contar diretamente com mais quatro unidades de produção, sendo três no Estado de São Paulo e uma no Estado do Rio Grande do Sul, nas quais funcionam duas fábricas de biscoitos e três fábricas de massas alimentícias. Esse complexo é integrado a três outras Unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de seus produtos, situadas nos Estados do Paraná, do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. O acervo de incorporação está demonstrado na Nota Explicativa nº 3.

A atuação nacional da Companhia é também promovida mediante operações integradas com a estrutura de produção, comercialização e distribuição das seguintes controladas:

- a. Indústrias de Alimentos Bomgosto Ltda. (“Vitarella”) — 99,9996% de participação no capital total — adquirida em 7 de abril de 2008. Possui uma unidade de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a três unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas nos Estados da Bahia, da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Em 30 de março de 2012, a NPAP Alimentos S.A. foi incorporada pela Vitarella, que passou a contar com mais uma unidade de produção localizada no Estado de Pernambuco, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a uma unidade destinada a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situada no Estado da Bahia. O acervo líquido incorporado está demonstrado na Nota Explicativa nº 3.
- b. Pelágio Oliveira S.A.— 100% de participação indireta no capital total — adquirida em 23 de dezembro de 2011, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.b. Possui uma unidade de produção localizada no Estado do Ceará, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a treze unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas nos Estado do Ceará, Piauí, Maranhão,

Notas Explicativas

Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Pará, Rio Grande do Norte, Amazonas e Bahia. Em 30 de abril de 2012, a J.Brandão Comércio e Indústria Ltda. foi incorporada pela Pelágio Oliveira S.A., que passou a contar com mais uma unidade de produção localizada no Estado do Ceará, na qual funciona uma fábrica de snacks, bolos e tortinhas, que operam integradas a uma unidade destinada a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situada no Estado do Ceará.. O acervo líquido incorporado está demonstrado na Nota Explicativa nº 3; e

- c. Moinho Santa Lúcia Ltda.— 100,00% de participação direta no capital total — adquirida em 25 de maio de 2012, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.c. Possui uma unidade de produção localizada no Estado do Ceará, na qual funciona uma fábrica de biscoitos e uma fábrica de massas alimentícias, que operam integradas a uma unidade destinada a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situada no Estado do Amazonas.

A Companhia detém, entre outras, as seguintes marcas no mercado nacional: Fortaleza, Richester, Adria, Isabela, Basilar, Zabet, Vitarella, Treloso, Pilar, Estrela, Pelaggio, Salsito, Predilieto e Bonsabor.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia abrangem a Companhia, suas controladas e controlada em conjunto (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2 Combinação de negócios

a. *Aquisição da NPAP Alimentos S.A. (“Pilar”)*

Em 26 de abril de 2011, a Companhia celebrou por meio da sua controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda - Vitarella, Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social de NPAP Alimentos S.A., empresa detentora da marca Pilar, que industrializa e comercializa biscoitos e massas e está sediada no município do Recife – PE.

A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 69.922, sendo (i) R\$ 45.072 pagos à vista, (ii) R\$ 3.850 pagos em 90 (noventa) dias, após a assinatura do contrato, reduzidos dos valores necessários à constituição de provisão para perda do valor recuperável de contas a receber, e (iii) o saldo remanescente, no valor de R\$ 21.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das possíveis contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida após a data da celebração daquele contrato.

A NPAP Alimentos S.A. auferiu Receita Líquida de R\$ 107,5 milhões no ano de 2010, sendo 56% deste total referente a biscoitos e 44% a massas. A capacidade de produção anual atual é de 30 mil toneladas para biscoitos e 41 mil toneladas para massas. Com esta aquisição a liderança do mercado nacional do Grupo M. Dias no Brasil passou, em volume, para 23,8% no mercado de biscoitos e para 24,0% no mercado de massas alimentícias (Ac Nielsen, Mar-Abr 2011).

A operação está inserida na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor, ampliando sua liderança nacional nos segmentos de massas e biscoitos, além de agregar valor pelo ganho decorrente da verticalização, fortalecendo sua atuação no Nordeste do Brasil.

No sentido de apurar o custo de aquisição na combinação de negócio, bem como o ágio pago

Notas Explicativas

na operação, nos termos da Deliberação CVM nº 580/09, a Companhia contratou uma consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação de valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, à data de aquisição. O laudo de avaliação apresentou o seguinte resultado de alocação do preço de aquisição:

	R\$
Preço de aquisição	69.922
Valor justo dos ativos e passivos	(14.422)
Impostos diferidos sobre diferença de valor justo	<u>6.256</u>
Preço de aquisição excedente	<u>61.756</u>
Ativos intangíveis identificáveis	<u>(35.818)</u>
Marca Pilar	33.815
Força de trabalho	2.003
Ágio (excluindo Força de Trabalho)	<u>25.938</u>

O ativo intangível “Força de Trabalho”, embora estimado no processo de análise não pode ser reconhecido como um ativo separado do ágio da transação. Assim, o valor do ágio que representa expectativa de rentabilidade futura é R\$ 27.941.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição estão assim demonstrados:

	Acervo líquido adquirido em 26.04.11	Ajustes ao valor justo		Acervo líquido adquirido a valor justo
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	232	-		232
Contas a receber	20.553	-		20.553
Estoques	5.392	-		5.392
Outros créditos	<u>1.591</u>	<u>-</u>		<u>1.591</u>
Total do ativo circulante	<u>27.768</u>	<u>-</u>		<u>27.768</u>
Ativo não circulante				
Ativo realizável a longo prazo	4.162	6.377	(d)	10.539
Investimentos	119	-		119
Imobilizado	53.286	(15.415)	(a)	37.871
Intangível	<u>156</u>	<u>61.756</u>	(b)	<u>61.912</u>
Total do ativo não circulante	<u>57.723</u>	<u>52.718</u>		<u>110.441</u>
Total do ativo	<u>85.491</u>	<u>52.718</u>		<u>138.209</u>
Passivo circulante				
Fornecedores	7.488	-		7.488
Financiamentos e empréstimos	13.182	-		13.182
Obrigações sociais e trabalhistas	2.518	-		2.518
Impostos e contribuições	644	-		644
Adiantamento de clientes	738	-		738
Contas a pagar	<u>4.373</u>	<u>-</u>		<u>4.373</u>
Total do passivo circulante	<u>28.943</u>	<u>-</u>		<u>28.943</u>
Passivo não circulante				
Financiamentos e empréstimos	13.383	-		13.383
Impostos e contribuições	9.960	12.633	(d)	22.593
Provisão para contingências	<u>3.368</u>	<u>-</u>		<u>3.368</u>
Total do passivo não circulante	<u>26.711</u>	<u>12.633</u>		<u>39.344</u>

Notas Explicativas

	Acervo líquido adquirido em 26.04.11	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Patrimônio líquido	<u>29.837</u>	<u>40.085</u> (c)	<u>69.922</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>85.491</u>	<u>52.718</u>	<u>138.209</u>

- (a) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens do ativo imobilizado e será realizado pela vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação.
- (b) Refere-se ao valor do ativo Marca “Pilar” e ágio pago por rentabilidade futura.
- (c) Refere-se a contrapartida dos ajustes (a) e (b) no patrimônio líquido.
- (d) Refere-se a Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre diferença de valor justo de ativos, representada pelos ajustes do item (a) e ativo intangível Marca.

Importante salientar que a Companhia elaborou projeções de fluxos de caixa com intuito de estimar o valor da NPAP. O valor presente líquido projetado supera o valor pago pela empresa, o que demonstra que o ágio pago não apresenta perda de valor recuperável.

A parcela do ágio que será dedutível para fins fiscais é R\$27.941 e está representada pelo valor pago por expectativa de rentabilidade futura, pautada em benefícios futuros esperados com a sinergia proporcionada pelo aumento da verticalização do Grupo, tendo em vista que seu processo de produção é integrado e permite que parte substancial das principais matérias-primas (farinha de trigo e gordura vegetal) utilizadas na fabricação de massas e biscoitos seja produzida internamente.

Caso a combinação de negócio tivesse ocorrido em 01 de janeiro de 2011, a Administração estima que a receita líquida consolidada teria sido de R\$ 2.944.780, enquanto que o lucro líquido do exercício de 2011 teria sido de R\$ 353.966. Esses valores estimados foram determinados a partir da demonstração de resultado histórica da empresa adquirida, sem refletir efeitos baseados em estimativas e julgamentos sobre como as práticas e decisões operacionais da administração poderiam ou não ter afetado as demonstrações contábeis históricas em decorrência da transação. Assim, essas estimativas não contemplam todos os efeitos decorrentes da combinação de negócios e não devem ser lidas como uma projeção ou indicação dos resultados futuros da empresa. Estas informações estimadas em relação à empresa adquirida não foram auditadas por auditores independentes antes da combinação de negócios.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com advogados e auditores e foram incluídas na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas.

A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 10 de agosto de 2011 e foi ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas em 10 de outubro de 2011, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

b. Aquisição da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e Pelágio Participações S.A.

Em 23 de dezembro de 2011, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. e da Pelágio Participações S.A., empresa que detém a totalidade das ações da Pelágio Oliveira S.A.

A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 240.000, sendo (i) R\$ 100.000 pagos à vista, (ii) R\$ 100.000 em 4 (quatro) parcelas de R\$ 25.000 com vencimento em 30/03/2012, 29/06/2012, 28/09/2012 e 28/12/2012, as quais deverão ser pagas acrescidas do valor equivalente à aplicação da taxa do CDI sobre o valor da parcela, desde a data de aquisição até a data do efetivo pagamento, (iii) o saldo remanescente, no valor de até R\$ 40.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida.

As referidas empresas atuam sob o nome fantasia “Estrela”, comercializando biscoitos, massas, bolos e snacks nas regiões Nordeste e Norte do País, com as marcas “Estrela”, “Pelaggio” e “Salsito”. A Estrela iniciou suas atividades em 1946 como uma pequena padaria na cidade de Fortaleza-CE, e após anos de desenvolvimento e crescimento na atividade se transformou em uma indústria de alimentos com atuação regional, com duas unidades industriais localizadas no município de Maracanaú – CE, tendo auferido no ano de 2010 uma Receita Líquida de R\$ 190,6 milhões. Com esta aquisição a liderança da M. DIAS no Brasil passou, em volume, de 24,4% para 25,6% do mercado nacional de biscoitos e de 24,6% para 25,3% do mercado nacional de massas alimentícias, de acordo com dados da Ac Nielsen referentes aos meses de novembro e dezembro de 2011.

Assim como na aquisição da Pilar, essa operação também está inserida na estratégia da Companhia de participar do processo de consolidação do setor, ampliando sua liderança nacional, além de agregar valor pelo ganho de eficiência nas unidades moageiras e na fábrica de gorduras vegetais da Companhia.

Durante o segundo trimestre de 2012 foi concluído o trabalho de emissão dos laudos de avaliação do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis, à data de aquisição. O laudo de avaliação apresentou o seguinte resultado de alocação do preço de aquisição:

	Pelágio Participações S.A	J. Brandão
Preço de aquisição	205.000	35.000
Valor justo dos ativos e passivos	(123.149)	(36.172)
Impostos diferidos sobre diferença de valor justo	<u>39.550</u>	<u>7.653</u>
Preço de aquisição excedente	<u>121.401</u>	<u>6.481</u>
Ativos intangíveis identificáveis	<u>(191.010)</u>	<u>(12.431)</u>
Marca	69.609	5.950
Força de trabalho	2.988	-
Ágio(excluindo Força de Trabalho)	118.413	6.481

O ativo intangível “Força de Trabalho”, embora estimado no processo de análise não possa ser reconhecido como um ativo separado do ágio da transação. Assim, o valor do ágio que representa

Notas Explicativas

expectativa de rentabilidade futura é R\$ 127.882.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição estão assim demonstrados:

	Pelágio Participações S.A			J. Brandão		
	Acervo líquido adquirido em 23.12.11	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo	Acervo líquido adquirido em 23.12.11	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Ativo circulante						
Caixa e equivalente de caixa	2.563	-	2.563	93	-	93
Contas a receber	32.808	-	32.808	4.436	-	4.436
Estoques	18.312	-	18.312	1.255	-	1.255
Outros créditos	9.202	-	9.202	2.941	-	2.941
Total do ativo circulante	62.885	-	62.885	8.725	-	8.725
Ativo não circulante						
Ativo realizável a longo prazo	(d) 4.919	4.908	9.827	10	-	10
Imobilizado	(a) 83.234	46.713	129.947	8.224	16.559	24.783
Intangível	(b) 2.945	191.010	193.955	22	12.431	12.453
Total do ativo não circulante	91.098	242.631	333.729	8.256	28.980	37.236
Total do ativo	153.983	242.631	396.614	16.981	28.980	45.961
Passivo circulante						
Fornecedores	20.091	-	20.091	1.191	-	1.191
Financiamentos e empréstimos	65.840	-	65.840	468	-	468
Obrigações sociais e trabalhistas	6.711	-	6.711	353	-	353
Impostos e contribuições	1.761	-	1.761	359	-	359
Adiantamento de clientes	803	-	803	-	-	-
Contas a pagar	6.168	-	6.168	23	-	23
Total do passivo circulante	101.374	-	101.374	2.394	-	2.394
Passivo não circulante						
Financiamentos e empréstimos	43.768	-	43.768	924	-	924
Impostos e contribuições	(c) 67	39.550	39.617	-	7.653	7.653
Provisão para contingências	(d) -	4.908	4.908	-	-	-
Contas a pagar	1.947	-	1.947	-	-	-
Total do passivo não circulante	45.782	44.458	90.240	924	7.653	8.577
Patrimônio líquido	(e) 6.827	198.173	205.000	13.663	21.337	35.000
Total do passivo e patrimônio líquido	153.983	242.631	396.614	16.981	28.980	45.961

(a) Refere-se ao ajuste a valor justo dos bens do ativo imobilizado e será realizado pela vida útil econômica dos ativos expressa no laudo de avaliação.

(b) Refere-se ao valor do ativo Marca “Estrela, Pellagio e Salsito” e ágio pago por rentabilidade futura, no montante de R\$75.559 e R\$127.882, respectivamente.

(c) Refere-se a Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre diferença de valor justo de ativos, representada pelos ajustes do item (a) e ativo intangível Marca.

(d) Refere-se ao valor justo dos passivos contingentes trabalhistas que foi determinado, preliminarmente, com base na avaliação de consultores externos, os quais atribuíram a esses processos uma probabilidade de perda possível. Em virtude do contrato de aquisição prever a indenização de toda e qualquer contingência que venha da ser exigida à Companhia, por fatos ocorridos anteriores a aquisição, foi constituído, em contrapartida, um ativo de indenização de igual valor.

(e) Refere-se a contrapartida dos ajustes (a), (b) e (c) no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Assim como na Pilar, a Companhia elaborou projeções de fluxos de caixa com intuito de estimar o valor das empresas adquiridas. O valor presente líquido projetado supera o valor pago pela empresa, o que demonstra que o ágio pago não apresenta perda de valor recuperável.

A parcela do ágio que será dedutível para fins fiscais é R\$127.882 e está representada pelo valor pago por expectativa de rentabilidade futura, pelas as mesmas razões apresentadas na Pilar.

Os gastos relacionados com a transação estão representados, principalmente, por despesas com advogados e auditores e foram incluídas na demonstração do resultado consolidado como despesas administrativas.

A aquisição foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e será submetida à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76.

c. Aquisição do Moinho Santa Lúcia Ltda.

Baseada na estratégia de continuar o processo de consolidação do setor e agregar valor pelo ganho de eficiência nas unidades moageiras e na fábrica de gorduras vegetais da Companhia, em 25 de maio de 2012, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social do Moinho Santa Lúcia Ltda.

A aquisição foi realizada pelo valor máximo de R\$ 90.000, sendo (i) R\$ 45.000 pagos à vista, (ii) R\$ 27.000 em 5 (cinco) parcelas de R\$ 5.400 com vencimento em 25/05/2013, 25/05/2014, 25/05/2015, 25/05/2016 e 25/05/2017, as quais deverão ser pagas acrescidas do valor equivalente à aplicação da taxa do CDI sobre o valor da parcela, desde a data de aquisição até a data do efetivo pagamento, (iii) o saldo remanescente, no valor de até R\$ 18.000 a ser pago ao final de 6 (seis) anos, descontado do valor das contingências decorrentes de atos ou fatos ocorridos até a celebração do Contrato e que venham a ser exigidas da sociedade adquirida.

A referida empresa atua sob o nome de fantasia “MOINHO SANTA LÚCIA”, na atividade de moagem de trigo e fabricação de seus derivados, além da industrialização e comercialização de biscoitos e massas alimentícias em geral. A empresa iniciou suas atividades em 1999 e atualmente suas principais marcas são “PREDILLETTO” e “BONSABOR”, tendo auferido no ano de 2011 uma Receita Líquida de R\$ 88,1 milhões. De acordo com dados da Ac Nielsen referentes a março e abril de 2012, o MOINHO SANTA LÚCIA detém 0,2% do mercado de biscoitos e 0,5% do mercado de massas do Nordeste, respectivamente.

A Administração está em fase de análise dos ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos nessa aquisição e no sentido de apurar o custo de aquisição na combinação de negócio, bem como o ágio pago na operação. Desta forma, a Companhia contratou uma consultoria especializada e independente para elaboração de laudo de avaliação. O referido trabalho encontra-se em andamento na data de encerramento destas informações financeiras intermediárias. Assim, a Companhia encontra-se em período de mensuração e até o momento os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos apresentam a seguinte composição:

Notas Explicativas

	Acervo líquido adquirido em 25.05.12	Ajustes ao valor justo	Acervo líquido adquirido a valor justo
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4.689	-	4.689
Contas a receber	8.411	-	8.411
Estoques	7.007	-	7.007
Outros créditos	<u>3.277</u>	-	<u>3.277</u>
Total do ativo circulante	<u>23.384</u>	-	<u>23.384</u>
Ativo não circulante			
Ativo realizável a longo prazo	388		388
Imobilizado	29.384		29.384
Intangível	<u>5</u>	<u>89.090</u> (a)	<u>89.095</u>
Total do ativo não circulante	<u>29.777</u>	<u>89.090</u>	<u>118.867</u>
Total do ativo	<u>53.161</u>	<u>89.090</u>	<u>142.251</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	4.039	-	4.039
Financiamentos e empréstimos	19.553	-	19.553
Obrigações sociais/trabalhistas e impostos e contribuições	4.504	-	4.504
Adiantamento de clientes	<u>650</u>	-	<u>650</u>
Total do passivo circulante	<u>28.746</u>	-	<u>28.746</u>
Passivo não circulante			
Financiamentos e empréstimos	20.585	-	20.585
Outros débitos	<u>2.920</u>	-	<u>2.920</u>
Total do passivo não circulante	<u>23.505</u>	-	<u>23.505</u>
Patrimônio líquido	<u>910</u>	<u>89.090</u> (a)	<u>90.000</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>53.161</u>	<u>89.090</u>	<u>142.251</u>

(a) Refere-se a diferença entre o valor pago na aquisição e o patrimônio líquido da empresa adquirida que foi alocado ao ativo intangível até que o laudo seja concluído. A Administração estima que a parcela substancial do ágio esteja representada pelos ativos marca e ágio pago por rentabilidade futura.

A aquisição encontra-se em processo de análise junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e será submetida à ratificação pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, convocada com este objetivo, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 256 da Lei nº 6.404/76, após aprovação daquele órgão.

Notas Explicativas

3 Reorganizações Societárias

Conforme já mencionado, em 30 de março de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da controlada Adria Alimentos do Brasil Ltda., pela Companhia, e a incorporação na NPAP Alimentos S.A., por parte da controlada Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. Em 30 de abril de 2012, foi aprovada a incorporação da J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. pela a Pelágio Oliveira S.A.

Os acervos líquidos incorporados pela Companhia e suas controladas estão assim representados:

	J. Brandão Comércio e Indústria Ltda.	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	NPAP Alimentos S.A.
Ativo circulante	10.629	147.122	28.280
Ativo não circulante	8.088	176.536	36.512
Total do ativo	<u>18.717</u>	<u>323.658</u>	<u>64.792</u>
Passivo circulante	1.827	70.488	9.588
Passivo não circulante	1.859	43.828	3.762
Total do passivo	<u>3.686</u>	<u>114.316</u>	<u>13.350</u>
Acervo líquido incorporado	<u>15.031</u>	<u>209.342</u>	<u>51.442</u>

Tais reorganizações societárias tiveram por objetivo a simplificação da estrutura societária da Companhia, bem como ganhos de sinergias pela redução de custos operacionais, promovidos pelo compartilhamento de estruturas, sobretudo administrativas.

Por se tratarem de controladas integrais, as incorporações realizadas não produzem qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, no resultado ou composição societária da Companhia.

4 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (em relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia foram preparadas em conformidade com os International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, elaboradas de acordo com o BR GAAP, e, no caso do Grupo, apresentam práticas contábeis que diferem das IFRS aplicáveis para informações financeiras intermediárias separadas, em função da avaliação dos

Notas Explicativas

investimentos em controladas e controlada em conjunto (joint venture) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo. Além disso, a Companhia optou pela manutenção do ativo diferido nas informações financeiras intermediárias individuais, conforme facultado pelos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40. Dessa forma, há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas informações financeiras intermediárias individuais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Lucro líquido</u>	
	30/06/12	30/06/11
Controladora	221.170	162.657
Amortização do ativo diferido	2.475	2.729
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(840)	(927)
Complemento de equivalência patrimonial ⁽¹⁾	<u>230</u>	<u>230</u>
Amortização do ativo diferido	349	349
Impostos diferidos	<u>(119)</u>	<u>(119)</u>
Consolidado	<u>223.035</u>	<u>164.689</u>

¹ Efeito da baixa do ativo diferido nas controladas.

	<u>Patrimônio líquido</u>	
	30/06/12	31/12/11
Controladora	2.229.281	2.008.129
Efeito da baixa do saldo do ativo diferido	(746)	(3.570)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<u>255</u>	<u>1.214</u>
Consolidado	<u>2.228.790</u>	<u>2.005.773</u>

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011.

A autorização para conclusão dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi dada pela diretoria em reunião realizada em 23 de julho de 2012.

b. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

d. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em conformidade com as IFRS e os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução do valor recuperável de contas a receber e estoques, Imposto de Renda diferido ativo, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

a. Consolidação

i. Controladas e controlada em conjunto

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa. Nos casos em que o controle é tido em conjunto, a consolidação das informações financeiras intermediárias é feita proporcionalmente ao percentual de participação.

Na elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das informações financeiras intermediárias consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

ii. Empresas incluídas nas informações financeiras intermediárias consolidadas:

	Porcentagem de participação			
	30/06/12		31/12/11	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda. (a)	33,33	-	33,33	-
M.Dias Branco International Trading LLC (b)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (b)	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. (c)	100,00	-	98,33	1,66
Adria Alimentos do Brasil Ltda. (e)	-	-	100,00	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	99,9996	-	99,9996	-
NPAP Alimentos S.A. (e)	-	-	-	99,9996
Pelágio Participações S.A (d)	100,00	-	100,00	-
Pelágio Oliveira S.A.	-	100,00	-	100,00
J.Brandão Comércio e Industria Ltda. (f)	-	-	99,9999	-
Moinho Santa Lúcia Ltda.	100,00	-	-	-

(a) Investimento com controle compartilhado.

(b) Investimentos no exterior.

(c) Investimentos no exterior em fase pré-operacional.

(d) Holding que detém 100% do capital da Pelágio Oliveira S.A.

(e) Empresas incorporadas em 30 de março de 2012.

(f) Empresa incorporada em 30 de abril de 2012 pela Pelágio Oliveira S.A.

Características principais das entidades incluídas na consolidação

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda.

A Tergran foi constituída em 22 de setembro de 1996, com prazo de duração até 30 de setembro de 2026, e tem como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, importação, exportação e comercialização de grãos e subprodutos. Seus atuais sócios são J. Macedo S.A. e Grande Moinho Cearense S.A., dois concorrentes no segmento de moagem de trigo, e a própria Companhia, os quais detêm participações iguais no capital social, nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado da administração da Tergran. A Tergran encarrega-se da descarga e da armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos na descarga dos navios cargueiros de trigo para os três sócios.

M. Dias Branco International Trading LLC

A M. Dias Branco International Trading LLC, sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A.

A M. Dias Branco International Trading Uruguay S.A. é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compra de matérias-primas, principalmente, o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo.

Notas Explicativas

M. Dias Branco Argentina S.A.

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, Argentina, com os objetivos principais de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Criada com o intuito de reduzir o custo da Companhia com a compra do trigo em grão e da farinha de trigo, a mencionada sociedade até o momento não iniciou suas atividades.

Indústria de Alimentos Bomgosto, Pelágio Oliveira S.A e Moinho Santa Lúcia Ltda.

As controladas Indústria de Alimentos Bomgosto, Pelágio Oliveira S.A e Moinho Santa Lúcia Ltda tem como objeto social, entre outros, a industrialização, a comercialização e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos e massas. A Pelágio Oliveira S.A., a partir da incorporação da J. Brandão passou a operar também com bolos e *snacks*, produtos derivados do trigo e milho. As demais características dessas entidades já foram mencionadas na Nota Explicativa nº 1.

b. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, que representa o momento em que o controle é transferido para o Grupo. Os ativos e passivos adquiridos numa combinação de negócios são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

O Grupo mensura o ágio na data de aquisição como:

- O valor da contraprestação transferida; mais
- O montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; menos
- O montante líquido (geralmente a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do período.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais o Grupo incorre em relação a uma combinação de negócios, serão reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

c. Conversão de saldos em moeda estrangeira

i. Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o

Notas Explicativas

período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

ii. *Operações no exterior*

Os ativos e passivos de operações no exterior foram convertidos para Real pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real (moeda funcional) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As variações cambiais de investimentos no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido.

d. *Instrumentos financeiros*

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa. O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados:

- (i) Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado: um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial e quando o Grupo gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo.
- (ii) Investimentos mantidos até o vencimento: quando o Grupo tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderá resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedirá o Grupo de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Notas Explicativas

- (iii) Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalente de caixa, clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo.

- (iv) Ativos financeiros disponíveis para a venda: quando o Grupo destina como tal ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Passivos financeiros não derivativos

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, há um direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar.

Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em Estatuto, são reconhecidos como passivo no encerramento do exercício.

Notas Explicativas

Instrumentos próprios de capital que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados relativos à compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos próprios de capital da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e o valor da transação é reconhecida em outras reservas de lucro.

Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamentos de insumos (trigo e óleo). Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Tais derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado.

e. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Investimentos

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Controladora, os investimentos em controladas e controlada em conjunto que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável.

g. Ativo imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 11 — Imobilizado — e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. As benfeitorias realizadas em terrenos arrendados são amortizadas pelo prazo do contrato. Gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos e vida útil do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

Notas Explicativas

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado de seu uso ou sua venda. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva.

h. Ativos intangíveis

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis do Grupo compreendem:

- (i) Os ativos intangíveis com vida útil definida – *softwares que* são amortizados por um prazo de cinco anos, definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível, cujo registro é feito na demonstração do resultado do período, na rubrica “Depreciações e amortizações”.
- (ii) Os ativos adquiridos por meio de combinação de negócios que correspondem a ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e marca. Tais ativos têm vida útil indefinida, não são amortizados e tem o seu valor recuperável testado anualmente. O custo desses ativos corresponde ao valor justo na data da aquisição, e após o reconhecimento inicial, esses ativos intangíveis são apresentados ao custo, deduzidos das perdas acumuladas de valor recuperável.

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis nas informações financeiras intermediárias consolidadas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i. Redução ao valor recuperável

- (i) Ativos financeiros

Na data de cada demonstração financeira, o Grupo analisa se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros,

Notas Explicativas

não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, dentre outras.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (principalmente recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Esses ativos individualmente importantes são incluídos em um grupo de ativos com características de risco similares e são avaliados em conjunto.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva o Grupo utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Para monitorar a adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes, a Administração avalia constantemente o valor e as características dos créditos da Companhia e, para registrar uma provisão, leva em consideração: (i) seu histórico de perdas; (ii) o atraso no recebimento de valores relevantes; e (iii) a análise caso a caso de que os valores registrados poderão não ser recebidos em sua totalidade. A Companhia não registra uma provisão para redução do valor recuperável quando os créditos possuem garantias sólidas ou quando existem outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos.

(ii) Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido

Notas Explicativas

como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

O teste de perda por redução do valor recuperável do ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou sempre que houver uma indicação de desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a unidade geradora de caixa são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a ela (ou grupo de unidade geradora de caixa), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta unidade geradora de caixa (ou grupo de unidade geradora de caixa) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável e relevante os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

k. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Grupo possui uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando o Grupo espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

l. Benefícios a empregados

O Grupo concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

m. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

n. Pagamentos de arrendamentos

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente.

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultado em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

O Grupo possui exclusivamente contratos de arrendamento operacional, cujos pagamentos efetuados são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

o. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, o que em geral ocorre na sua entrega, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens

Notas Explicativas

vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

q. Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são reconhecidos na demonstração do resultado do período, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em que os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido, na conta “Outros resultados abrangentes”.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. O Grupo é beneficiário de incentivos fiscais do imposto de renda, conforme mencionado na Nota Explicativa nº - 21 Subvenções governamentais.

i. Correntes

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

ii. Diferidos

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos na extensão

Notas Explicativas

de todas as diferenças temporárias e de créditos fiscais não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço e é reduzido até o limite em que não se torna mais provável que os lucros tributáveis disponíveis poderão permitir a utilização do crédito fiscal.

Os montantes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos e passivos se relacionam com o Imposto de Renda e a Contribuição Social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 19.

Conforme dispunha o artigo 15 da MP nº 449/08 (atual art. 15 da Lei nº 11.941/09), o Grupo optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, de forma a garantir, na determinação dos valores efetivamente devidos desses tributos, a neutralidade quanto a eventuais efeitos tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

r. Resultado por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

s. Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente da empresa para o qual haja informação financeira individualizada disponível, que é avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações da empresa na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

O Grupo atua no segmento alimentício com quatro linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo, margarinas e gorduras vegetais, bolos e *snacks*. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte do Grupo não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado, nem com informação financeira individualizada disponível.

Dessa forma, tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios

Notas Explicativas

consolidados e que decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

t. Ajuste a valor presente

O Grupo não mantém saldo em aberto de direitos nem obrigações de longo prazo que requer o registro do ajuste a valor presente. No entanto, tem como prática avaliar os saldos de direitos e obrigações de curto prazo, em especial clientes e fornecedores, no sentido de evidenciar efeitos de caráter relevante no ajuste a valor presente.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base em uma taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco da transação que em geral está baseada na taxa CDI. Quando relevante, a contrapartida dos ajustes a valor presente de clientes é contabilizada contra a receita bruta no resultado, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. No caso de ajuste a valor presente de fornecedores, a contrapartida é contabilizada contra o custo dos produtos vendidos, e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é considerada despesa financeira e será apropriada ao longo do prazo da transação com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

u. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações financeiras intermediárias conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

Notas Explicativas**6 Caixa e equivalentes a caixa**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Caixa e bancos	17.329	17.419	26.245	25.919
Aplicações financeiras em renda fixa	<u>131.149</u>	<u>49.163</u>	<u>188.679</u>	<u>69.404</u>
	<u>148.478</u>	<u>66.582</u>	<u>214.924</u>	<u>95.323</u>

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 99,99% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100,96% em 31 de dezembro 2011) e estão destinadas à negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. O resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

7 Contas a receber de clientes*Composição dos saldos*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Circulante:				
No país	294.985	164.331	419.669	366.495
No exterior	1.542	-	1.542	1.970
(-) Provisão para redução a valor recuperável	<u>(8.639)</u>	<u>(5.646)</u>	<u>(16.430)</u>	<u>(15.779)</u>
Total	<u>287.888</u>	<u>158.685</u>	<u>404.781</u>	<u>352.686</u>
(-) Partes relacionadas	<u>(38.211)</u>	<u>(22.275)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Contas a receber	<u>249.677</u>	<u>136.410</u>	<u>404.781</u>	<u>352.686</u>

Notas Explicativas**Composição**

Descrição	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
A vencer	<u>247.251</u>	<u>142.351</u>	<u>360.417</u>	<u>314.620</u>
Vencidas	<u>49.276</u>	<u>21.980</u>	<u>60.794</u>	<u>53.845</u>
1 a 60 dias	29.262	17.174	30.929	30.816
61 a 90 dias	8.645	171	2.503	855
91 a 180 dias	3.382	366	3.553	2.317
181 a 360 dias	1.280	664	3.657	3.971
mais de 360 dias	<u>6.707</u>	<u>3.605</u>	<u>20.152</u>	<u>15.886</u>
Subtotal	<u>296.527</u>	<u>164.331</u>	<u>421.211</u>	<u>368.465</u>
(-) Provisão para redução a valor recuperável	<u>(8.639)</u>	<u>(5.646)</u>	<u>(16.430)</u>	<u>(15.779)</u>
Contas a receber	<u>287.888</u>	<u>158.685</u>	<u>404.781</u>	<u>352.686</u>

A provisão para redução do valor recuperável é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes nessa situação, levando-se em consideração o conhecimento da Administração do mercado de atuação do Grupo, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada hipótese.

A movimentação da provisão para redução do valor recuperável foi como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.646</u>	<u>15.779</u>
Constituição de provisão	4.540	6.893
Reversões/ Baixas	(5.591)	(6.242)
Incorporação-Adria	4.044	-
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>8.639</u>	<u>16.430</u>

As contas classificadas no ativo circulante foram trazidas a valor presente em 30 de junho de 2012 com base na taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário, correspondente a 10,63% a.a. Contudo, tal avaliação, assim como a realizada em 31 de dezembro de 2011, não apresentou diferenças significativas, diante do curto prazo médio de recebimento de 44 dias (45 dias aproximadamente para 31 de dezembro de 2011) da maioria dos créditos do Grupo. Por essa razão, tais diferenças não foram levadas a efeito no resultado, a exemplo do que ocorreu com as

Notas Explicativas

contas a pagar de curto prazo.

8 Estoques

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Produtos acabados	50.032	29.233	79.165	67.153
Produtos em elaboração	12.672	14.933	13.372	15.385
Matérias-primas	93.406	93.820	127.795	141.690
Materiais de embalagens e almoxarifado	43.350	34.301	61.808	61.314
Materiais auxiliares e de manutenção	9.422	6.261	12.002	10.089
Importações em andamento	59.158	12.325	59.158	12.325
	<u>268.040</u>	<u>190.873</u>	<u>353.300</u>	<u>307.956</u>

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
ICMS	104.615	86.273	122.580	105.746
Imposto de renda e contribuição social	1.472	28.019	9.382	35.970
PIS e COFINS	-	245	1.658	4.650
Imposto de renda retido na fonte	1.509	1.012	1.591	1.211
Outros	5.099	4.633	5.137	4.770
Total	<u>112.695</u>	<u>120.182</u>	<u>140.348</u>	<u>152.347</u>
Circulante	(36.902)	(47.853)	(56.876)	(71.953)
Não circulante	<u>75.793</u>	<u>72.329</u>	<u>83.472</u>	<u>80.394</u>

Os impostos a recuperar têm a seguinte origem: (i) ICMS: trata-se substancialmente de (a) créditos de aquisição de ativo imobilizado e (b) créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ n°s 46/00 e 50/05, e para Zona Franca de Manaus, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, entre outros; (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), decorrente, principalmente, da exclusão nas bases de cálculos dos tributos, dos juros sobre o capital próprio creditado aos acionistas em dezembro de 2011 e 2010; (iii) PIS e COFINS, crédito decorrente de pagamento a maior e sobre aquisição de insumos; (iv) Imposto de Renda Retido na Fonte: crédito decorrente de rendimentos de aplicações financeiras.

Notas Explicativas

10 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Participações em companhias controladas	1.025.933	1.106.953	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	219.509	219.509	-	-
Adiantamento para subscrição de capital	87.744	7.805	-	-
Subtotal dos investimentos em controladas diretas	1.333.186	1.334.267	-	-
(-)Lucros não realizados em operações com controlada	-	(3.380)	-	-
Outros	126	89	140	140
	1.333.312	1.330.976	140	140

b. Movimentação dos investimentos em controladas diretas

	M.Dias Argentina S.A.	Tergran-Terminal de Grão de Fortaleza Ltda.	M.Dias Branco International Trading LLC	Adria Alimentos do Brasil Ltda.	Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda	Pelágio Participações S.A.	J.Brandão Comércio e Indústria Ltda.	Moinho Santa Lúcia Ltda.	Total
Saldos em 31 dezembro de 2011	<u>5</u>	<u>3.335</u>	<u>156</u>	<u>207.652</u>	<u>875.783</u>	<u>212.173</u>	<u>35.163</u>	-	<u>1.334.267</u>
Equivalência patrimonial		(62)	(11)	1.690	37.683	(817)	1.542	(1.686)	38.339
Variação cambial	-	-	(17)	-	-	-	-	-	(17)
Aquisição	-	-	-	-	-	-	-	90.000	90.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	61.256	732	17.950	79.938
Acervo Patrimonial -Adria	1								1
Baixa-Incorporação Adria	-	-	-	(209.342)	-	-	-	-	(209.342)
Transferência de saldo em virtude de Incorporação-J.Brandão	-	-	-	-	-	37.437	(37.437)	-	-
Saldos em 30 junho de 2012	<u>6</u>	<u>3.273</u>	<u>128</u>	<u>-</u>	<u>913.466</u>	<u>310.049</u>	<u>-</u>	<u>106.264</u>	<u>1.333.186</u>

Notas Explicativas

c. Informações das controladas e controlada em conjunto

	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.		Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.		M. Dias Branco Argentina S.A		Adria Alimentos do Brasil Ltda.		M. Dias Branco International Trading LLC		Pelágio Participações S.A		J.Brandão Com. e Indústria Ltda.		Moinho Santa Lúcia Ltda.			
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11		
Capital social	9.204	9.204	663.918	661.202	134	131	-	55.191	113	113	82.592	64.592	-	8.000	(776)			
Quotas (ações) possuídas	3.038	3.038	663.918	661.202	134	131	-	55.191	113	113	82.592	64.592	-	8.000	(776)			
Ativo circulante	5.403	5.420	238.766	170.340	6	5	-	144.260	69	75	72.096	60.723	-	8.055	24.699			
Ativo não circulante	5.178	5.109	1.002.959	992.716	-	-	-	173.728	86	107	101.030	92.204	-	8.243	29.411			
Total de Ativos	10.581	10.529	1.241.725	1.163.056	6	5	-	317.988	155	182	173.126	152.927	-	16.298	54.110			
Passivo circulante	761	523	194.664	88.616	-	-	-	66.054	-	-	52.915	94.751	-	1.521	13.716			
Passivo não circulante	-	-	133.592	198.654	-	-	-	44.282	27	26	99.466	51.644	-	1.288	41.170			
Total de passivos	761	523	328.256	287.270	-	-	-	110.336	27	26	152.381	146.395	-	2.809	54.886			
Patrimônio líquido	9.820	10.006	913.469	875.786	6	5	-	207.652	128	156	20.745	6.532	-	13.489	(776)			
(a) Equivalência patrimonial	(62)	257	37.683	55.168	-	(5)	-	21.064	(11)	(200)	(817)	(295)	-	(175)	(1.686)			
Participação no capital social no final do período - % (b)	33,33%	33,33%	100,00%	100,00%	98,33%	98,33%	-	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	-	100,00%	100,00%			
Participação no patrimônio líquido (a x b)	3.273	3.335	913.466	875.783	6	5	-	207.652	128	156	20.745	6.532	-	13.489	(776)			
	Tergran - Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.																	
	30/06/12		30/06/11		30/06/12		30/06/11		30/06/12		30/06/11		30/06/12		30/06/11		30/06/12	
Receitas	4.633	2.812	489.615	190.064	-	-	178.445	172.544	-	-	133.845	-	8.923	-	7.352			
Despesas	(4.819)	(2.377)	(451.952)	(178.667)	-	(1)	(176.755)	(164.282)	(11)	(200)	(134.662)	-	(7.382)	-	(9.038)			
Lucro (prejuízo) líquido do período	(186)	435	37.683	11.397	-	(1)	1.690	8.262	(11)	(200)	(817)	-	1.542	-	(1.686)			

Notas Explicativas**11 Imobilizado*****Movimentação do imobilizado - Custo (Controladora)***

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	321.717	566.517	26.296	34.700	86.490	104.759	1.140.479
Incorporação Adria	32.824	125.946	11.699	5.120	3.658	50.509	229.756
Adições	-	1.390	289	704	241	22.104	24.728
Baixas	-	(278)	(84)	(317)	-	(999)	(1.678)
Transferências	<u>238</u>	<u>27.143</u>	<u>411</u>	<u>111</u>	<u>183</u>	<u>(28.086)</u>	-
Saldo em 30 de junho de 2012	354.779	720.718	38.611	40.318	90.572	148.287	1.393.285

Movimentação do imobilizado - Depreciação (Controladora)

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(95.147)	(335.592)	(16.839)	(30.281)	(47.488)	(24.350)	(549.697)
Incorporação Adria	(14.396)	(89.095)	(4.765)	(4.353)	(1.986)	(1.652)	(116.247)
Depreciação/Amortização	(5.162)	(13.143)	(1.268)	(283)	(2.245)	(796)	(22.897)
Baixas	-	238	56	65	-	612	971
Transferências	-	<u>(463)</u>	<u>(3)</u>	<u>88</u>	-	<u>378</u>	-
Saldo em 30 de junho de 2012	(114.705)	(438.055)	(22.819)	(34.764)	(51.719)	(25.808)	(687.870)
Saldos líquidos							
Saldo em 31 de dezembro de 2011	226.570	230.925	9.457	4.419	39.002	80.409	590.782
Saldo em 30 de junho de 2012	240.074	282.663	15.792	5.554	38.853	122.479	705.415

Notas Explicativas***Movimentação do imobilizado - Custo (Consolidado)***

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	446.901	884.239	40.130	45.760	129.027	349.801	1.895.858
Combinação de negócio	2.791	40.205	497	1.443	5.881	919	51.736
Adições	9.568	51.595	185	715	242	53.487 ⁽¹⁾	115.792
Baixas	-	(566)	(89)	(317)	(63)	(1.433)	(2.468)
Transferências	<u>1.155</u>	<u>44.162</u>	<u>834</u>	<u>397</u>	<u>7.345</u>	<u>(53.893)</u>	-
Saldo em 30 de junho de 2012	460.415	1.019.635	41.557	47.998	142.432	348.881	2.060.918

Nota: ¹ refere-se substancialmente a máquinas em montagem (R\$44.690), Obras em andamento (R\$6.738) e Outros (R\$ 2.059)

Movimentação do imobilizado - Depreciação (Consolidado)

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(112.776)	(457.970)	(23.651)	(35.747)	(54.723)	(29.676)	(714.543)
Combinação de negócio	(1.050)	(17.718)	(311)	(1.416)	(1.557)	(380)	(22.432)
Depreciação/Amortização	(7.824)	(21.771)	(1.946)	(755)	(3.633)	(1.955)	(37.884)
Baixas	-	391	61	66	4	872	1.394
Transferências	-	<u>(462)</u>	<u>(4)</u>	<u>88</u>	-	<u>378</u>	-
Saldo em 30 de junho de 2012	(121.650)	(497.530)	(25.851)	(37.764)	(59.909)	(30.761)	(773.465)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	334.125	426.269	16.479	10.013	74.304	320.125	1.181.315
Saldo em 30 de junho de 2012	338.765	522.105	15.706	10.234	82.523	318.120	1.287.453

Notas Explicativas

As taxas de depreciação que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim demonstradas:

	Taxas de depreciação (a.a)	
	30/06/2012	31/12/11
Máquinas e equipamentos	6,99%	6,93%
Instalações	6,53%	6,73%
Edificações	3,37%	3,37%
Benfeitorias	3,25%	3,33%
Veículos	11,13%	10,52%
Móveis e utensílios	10%	10%
Equipamentos de computação	20,06%	20%
Outros	10,67%	10,39%

A depreciação reconhecida no resultado consolidado em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 37.968 (R\$ 30.482 em 30 de junho de 2011).

Em 30 de junho de 2012, o valor dos bens dado em garantia em operações diversas representava o montante de R\$286.260 (R\$351.831 em 31 de dezembro de 2011) sem considerar depreciações acumuladas.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período findo em 30 de junho de 2012 foi de R\$ 190 (R\$671 em 31 dezembro de 2011). A taxa média utilizada para capitalização foi de 6,44% em 30 de junho de 2012 (4,51% em 31 de dezembro de 2011).

Anualmente, em 31 de dezembro, ativo imobilizado do Grupo é submetido a análises de indicação de perda de seu valor recuperável. Em 30 de junho de 2012, após análise de fontes externas e internas de informação, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização, ou dano físico, que pudessem comprometer o fluxo de caixa futuro do Grupo.

12 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Marcas	2.514	1.655	238.367	216.377
Software	11.276	10.786	14.862	14.745
(-) Amortização acumulada	<u>(6.303)</u>	<u>(5.765)</u>	<u>(26.698)</u>	<u>(26.037)</u>
	7.487	6.676	226.531	205.085
Ágio pago por rentabilidade futura	73.417	-	719.040	686.134
(-) Amortização acumulada	<u>(29.996)</u>	-	<u>(29.996)</u>	<u>(29.996)</u>
	43.421	-	689.044	656.138
	<u>50.908</u>	<u>6.676</u>	<u>915.575</u>	<u>861.223</u>

Notas Explicativas

O saldo de ágio pago sobre rentabilidade futura tem vida útil indefinida e está representado pelas seguintes transações: (i) ágio decorrente de acervo líquido de empresa Craiova Participações Ltda. incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda., controlada recentemente extinta também por incorporação, em data anterior a sua aquisição, no montante de R\$ 9.384; (ii) aquisição da Adria Alimentos do Brasil Ltda, no valor de R\$ 34.037; (iii) aquisição da Vitarella, no montante de R\$ 400.710; (iv) aquisição da Pilar, no montante de R\$ 27.941; (v) aquisição da Pelágio e J. Brandão, no montante de R\$127.882 (R\$ 184.066 em 31 de março de 2012, preliminarmente); (vi) aquisição do Moinho Santa Lúcia, no montante de R\$ 89.090 ainda estimado.

Desde janeiro de 2009 foi vedada a amortização contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, passando estes ativos a serem submetidos anualmente ao teste de recuperabilidade (impairment), conforme disposto no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os ativos marcas, software e ágio pago por rentabilidade futura apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora			Consolidado		
	Software (vida útil estimada -5 anos)	Marcas (*)	Ágio (na Aquisição de investimentos)	Software (vida útil estimada -5 anos)	Marcas (*)	Ágio (rentabilidade futura) (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>5.021</u>	<u>1.655</u>	=	<u>7.742</u>	<u>197.343</u>	<u>656.138</u>
Aquisições	406	111	-	441	21.998	32.906
Amortizações	(483)	-	-	(993)	=	=
Incorporação Adria	<u>29</u>	<u>748</u>	<u>43.421</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo em 30 de Junho de 2012	<u>4.973</u>	<u>2.514</u>	<u>43.421</u>	<u>7.190</u>	<u>219.341</u>	<u>689.044</u>

(*) vida útil indefinida

No caso das marcas e patentes, o valor está substancialmente representado pela marca Vitarella, no valor de R\$ 107.011 e marca Pilar, no valor de R\$ 33.815 e marcas da Pelágio e J. Brandão, no montante de R\$75.559 (R\$53.703 em 31 de março de 2012 como valor estimado).

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, a Companhia está em fase de avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos na transação de compra do Moinho Santa Lúcia Ltda. para fins de alocação do preço de aquisição. Desta forma, até que a referida avaliação seja concluída, o valor atribuído ao ágio pago por rentabilidade futura na transação é provisório, porém reflete a melhor estimativa da Companhia no momento.

O Grupo não possui ágio gerado internamente, e registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento no valor de R\$ 2.246 no período findo em 30 de junho de 2012 (R\$ 1.481 em 30 de junho de 2011).

Notas Explicativas

Teste de valor recuperável do ágio e marca

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo aplicou teste de recuperação do valor contábil dos ágios e do ativo intangível marca, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado das unidades que lhes deram origem - as controladas Adria, Vitarella e PILAR - tomando por base o conjunto de bens utilizados em suas operações.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual do Grupo, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um exercício de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 4,6% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico do Grupo, e sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetado;
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 11,3% (12,2% em 2010). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do exercício de 5 anos foi de 4,5% (4,5% em 2010).

Nesse processo de avaliação, o valor das empresas obtidos nos testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

Em 30 de junho de 2012, os ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio e marcas) não apresentavam indicativos de perda.

13 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado dos períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo, profissionais-chave da administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador. O acionista controlador é DIBRA Fundo de Investimentos em Participações.

Notas Explicativas

A seguir apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação:

<u>Partes Relacionadas</u>	<u>Principal natureza das transações</u>
Controladas	
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda. (Vitarella)	Compra e venda de produtos industrializados;
Adria Alimentos do Brasil Ltda. (*)	Compra e venda de produtos industrializados;
NPAP Alimentos S.A. (*)	Compra e venda de produtos industrializados;
Pelágio Oliveira S.A.	Compra de produtos industrializados;
J. Brandão Comércio e Indústria Ltda. (*)	Compra de produtos industrializados;
Moinho Santa Lúcia Ltda.	Compra e venda de produtos industrializados;
M. Dias Trading LLC	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Trading Uruguay	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período;
M. Dias Branco Argentina S.A.	Compra de matéria-prima (pré-operacional);
Controlada em conjunto	
Tergran Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviço na descarga de trigo;
Outras partes relacionadas	
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	Ressarcimento de despesas comuns;
Idibra Participações Ltda.	Prestação de serviço em construção civil;
Petroposto Com. de Derivados de Petróleo Ltda.	Compra de combustível;
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviço de hospedagem de funcionários e prestadores de serviço;
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas;
Terminal Portuário Cotegipe S.A.	Prestação de serviço na descarga de trigo e venda de ativos imobilizados;
Porto Cotegipe Logística Ltda.	Não houve transações no período;
Rowena S.A.	Arrendamento de aeronave;

(*) *Empresas incorporadas em 2012*

Há também as seguintes empresas que se enquadram como parte relacionada, contudo o Grupo não mantém transações: IWS Construções Ltda, IMC Intermediação e Administração de Negócios Ltda., Apodi Transporte e Locação Ltda., Companhia Industrial de Cimento Apodi e Hotel Praia Mar Ltda.

A controladora M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos é avalista em dois contratos firmados pela sociedade Terminal Portuário Cotegipe Ltda., antiga controlada, junto ao Banco do Nordeste do Brasil para financiamento das obras físicas e pela hipoteca do imóvel onde está instalada a unidade industrial no município de Salvador (BA). Nessa operação não foi cobrada nenhuma contraprestação pela concessão de aval, o contrato tem vencimento em junho de 2015 e o saldo em aberto em 30 de junho de 2012 é de R\$13.329 (R\$15.555 em 31 de dezembro de 2011). A Companhia não tem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indiquem situação de desconformidade com qualquer desses contratos nos quais é avalista.

A Companhia é comodante em alguns contratos de comodato de bens móveis e imóveis com a Vitarella, bem como com as partes relacionadas Dias Branco Administração Participações Ltda. e Idibra Participações Ltda.

A controlada Vitarella firmou contrato de prestação de serviço de empreitada com Idibra Participações Ltda. para execução de obras civis destinadas a ampliação de suas instalações. Até 30 de junho de 2012 o valor pago por tais serviços foi de R\$1.842.

Notas Explicativas***Condições das transações com as principais partes relacionadas***

As operações entre as partes relacionadas são realizadas em condições e prazos acordados entre as partes, vigentes à época de cada transação, onde os preços praticados podem variar conforme o tipo de produto que é vendido. No caso das transações realizadas com as controladas Adria, Vitarella, Pilar, Pelágio e J.Brandão a condição de venda é com prazo de pagamento de 20 dias após o faturamento. No caso das controladas M. Dias Branco International Trading LLC e M. Dias Branco International Trading Uruguay, fazem o processo de intermediação da compra de trigo para Companhia, repassando o produto adquirido no exterior pelo preço de aquisição, o qual segue rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigente no momento de cada operação. O pagamento a essas controladas é feito à vista, com recursos obtidos em financiamento no exterior, com prazo de 360 dias para pagamento.

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Ativo circulante				
Contas a receber				
Adria Alimentos do Brsil Ltda.	-	12.167	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	9.869	9.453	-	-
NPAP Alimentos S.A.	-	655	-	-
Pelágio Oliveira S.A.	26.400	-	-	-
Moinho Santa Lúcia Ltda.	1.942	-	-	-
	<u>38.211</u>	<u>22.275</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adiantamento de fornecedor				
Idibra Participações Ltda.	-	-	-	126
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>126</u>
Outras contas a receber				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	31	-	-
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	58	68	58	68
	<u>58</u>	<u>99</u>	<u>58</u>	<u>68</u>
Passivo circulante				
Fornecedores				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	110	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	4	-	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda	177	-	-	-
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.	-	42	-	42
LDB Transporte de Cargas Ltda.	641	590	641	590
Pelágio Oliveira S.A	25	-	-	-
	<u>847</u>	<u>742</u>	<u>641</u>	<u>632</u>
Outras contas a pagar				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	74	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.200	1.200	-	-
	<u>1.200</u>	<u>1.274</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Passivo não-circulante				
Contas a pagar				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	-	10	-	-
M.Dias Branco Tradding LLC	3	3	-	-
	<u>3</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Resultado				
Receita de venda de produtos				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	51.209	87.538	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	78.251	107.148	-	-
NPAP Alimentos S.A	1.958	50	-	-
Pelágio Oliveira S.A	31.685	-	-	-
J.Brandão Comércio e Indústria Ltda	325	-	-	-
Moinho Santa Lúcia Ltda.	1.770	-	-	-
	<u>165.198</u>	<u>194.736</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Custo dos produtos vendidos				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	800	-	-	-
Indústria de Alimentos Bomgosto Ltda.	1.713	2	-	-
Tergran-Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.317	2.255	-	-
NPAP Alimentos S.A	1.541	67	-	-
Pelágio Oliveira S.A	725	-	-	-
J.Brandão Comércio e Indústria Ltda.	5.307	-	-	-
	<u>11.403</u>	<u>2.324</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesas de vendas				
Petroposto Coml. de Derivados de Petróleo Ltda.	1.624	1.651	1.624	1.651
LDB Transporte de Cargas Ltda.	11.399	8.162	11.399	8.162
	<u>13.023</u>	<u>9.813</u>	<u>13.023</u>	<u>9.813</u>
Despesas administrativas				
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	(2.896)	(2.271)	(2.896)	(2.271)
Rowena S.A.	2.138	1.339	2.138	1.339
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	99	16	99	16
	<u>(659)</u>	<u>(916)</u>	<u>(659)</u>	<u>(916)</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 30 de junho de 2012, a Companhia registrou o montante de R\$5.524 (R\$ 5.013 em 30 de junho de 2011) relativo à remuneração do pessoal-chave da administração a título de benefícios de curto prazo. Vale salientar que o valor dos honorários da administração evidenciados na demonstração de resultado do período contempla apenas a remuneração direta, tais como salários, pró-labore e gratificações.

Notas Explicativas

A Companhia não concede ao seu pessoal-chave qualquer benefício que não seja de curto prazo, inclusive e especialmente, licença por anos de serviços e benefícios pós-emprego, tais como pensões, benefícios de aposentadoria, salvo o plano de concessão de opções (*stock options*) cuja única e última outorga se deu apenas no ano de 2006 e o direito de exercer expirou em 31 de dezembro de 2010.

14 Financiamentos e empréstimos com Instituições Financeiras

Controladora

	Indexador	Juros (a.a.)	Data de vencimento	30/06/12	31/12/11
Moeda nacional					
		1,46%(1,94% em 31.12.11)	15/09/2016	3.609	1.814
BNDES-FINAME	TJLP				
		5,48%(5,45% em 31.12.11)	15/09/2021	69.594	38.207
BNDES- PSI	R\$				
BNDES- PSI	TJLP	3,31%	15/09/2016	180	127
BNB – FNE	-	10,00%	29/09/2015	31.051	35.837
		1,01%(1,02% em 31.12.11)	15/03/2013	674	1.344
MODERMAQ (Pós)	TJLP				
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	434	539
BNDES Automático	Tx.Variável	2,49%	15/07/2014	<u>212</u>	<u>244</u>
				<u>105.754</u>	<u>78.112</u>
Moeda estrangeira					
		2,87%(2,52% em 31.12.11)	28/12/2012	70.473	11.245
Financiamentos de importação de insumos	USD				
		Libor* +			
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	1,50%	30/10/2014	<u>3.319</u>	<u>3.738</u>
				<u>73.792</u>	<u>14.983</u>
				<u>179.546</u>	<u>93.095</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				(91.266)	(27.534)
Passivo não circulante				<u>88.280</u>	<u>65.561</u>

* *Libor semestral*

Notas Explicativas**Consolidado**

Moeda nacional	Indexador	Juros (a.a.)	Data de	30/06/12	31/12/11
			vencimento		
BNDES-FINAME	TJLP	2,21%(1,97% em 31.12.11)	15/09/2016	8.996	11.832
BNDES- PSI	-	5,33%(5,07% em 31.12.11)	15/09/2021	102.890	94.785
BNDES- PSI	URTJLP	5,79%(6,11% em 31.12.11)	15/12/2021	1.664	1.480
BNB – FNE	-	10,00%	19/07/2016	118.434	95.304
MODERMAQ (Pós)	TJLP	1,44%(1,03% em 31.12.11)	15/05/2014	943	1.684
MODERMAQ	-	12%	15/04/2012	-	8
BNDES Automático	TJLP	2,49%	15/07/2014	434	539
BNDES Automático	UMBNDDES	2,49%	15/07/2014	212	244
CAPITAL DE GIRO- Pré Fixada	-	(18,49% em 31.12.11)	15/06/2012	-	18.487
CAPITAL DE GIRO-CDI	-	(4,49% em 31.12.11)	06/12/2012	-	27.677
CONTA GARANTIDA- Pré Fixada	-	23,46%	28/03/2012	-	1.513
CONTA GARANTIDA- CDI	-	4,58%	11/05/2012	-	10.027
PEC- BNDES	URTJLP	6,47%	15/01/2013	-	10.922
LEASING	-	19,82%	15/10/2012	57	-
BNDES- Cartão	-	11,84%	07/11/2013	<u>103</u>	-
				<u>233.733</u>	<u>274.502</u>
Moeda estrangeira					
Financiamentos de importação de insumos	USD	2,87%(2,52% em 31.12.11)	28/12/2012	70.473	11.245
Financiamentos de máquinas e equipamentos	USD	(4,96% em 31.12.11)	25/10/2012	-	626
Financiamentos de máquinas e equipamentos	CHF	Libor* + 1,50%	30/10/2014	<u>3.319</u>	<u>3.738</u>
				<u>73.792</u>	<u>15.609</u>
				<u>307.525</u>	<u>290.111</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante				<u>(122.458)</u>	<u>(120.149)</u>
Passivo não circulante				<u>185.067</u>	<u>169.962</u>
* <i>Libor semestral</i>					

Os contratos do BNDES e FNE têm o exercício de carência de 12 meses a 36 meses. Os juros são pagos trimestralmente durante o exercício de carência e após o exercício de carência, o vencimento passa a ser mensal, tanto para o valor principal quanto para os juros. Os financiamentos externos para capital de giro, importações de máquinas e equipamentos e financiamentos nacionais de insumos - EGF têm vencimentos semestrais de principal e juros. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos anuais de principal e juros. Já os financiamentos de capital de giro em moeda nacional têm vencimentos mensais de juros e principal.

Notas Explicativas

As parcelas a longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Ano de vencimento:				
2013	20.694	16.007	48.686	48.389
2014	19.261	15.939	47.375	37.266
2015	11.541	12.134	33.432	32.420
2016 a 2021	36.784	21.481	55.574	51.887
Total	88.280	65.561	185.067	169.962

Os financiamentos e empréstimos (consolidado) estão garantidos por notas promissórias e alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 331.661 (R\$ 312.170 em 31 de dezembro de 2011).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e FNE e capital de giro contêm cláusulas restritivas, habituais para esse tipo de operação, que caso não sejam atendidas, podem fazer com que algumas dessas operações tenham seus vencimentos antecipados.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois não poderá haver alteração ou modificação da composição do capital social nem incorporação, cisão ou fusão da mesma, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância da instituição financeira contratada; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos, (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia, teriam um efeito prejudicial sobre a condição financeira ou que prejudicariam sua capacidade de cumprir suas obrigações contratuais; (iii) bem como, a exigência de que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pela instituição financeira contratada e o FINAME. Atualmente, o Grupo não está incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

15 Financiamentos de impostos – PROVIN, PROADI e DESENVOLVE

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 21 - Subvenções governamentais. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos e estão baseados no ICMS devido apurado mensalmente.

Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo dos financiamentos apresentavam a seguinte composição:

Notas Explicativas**Controladora**

	Indexador	Data de vencimento	30/06/12	31/12/11
Moeda nacional				
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROADI)	TR	10/09/2012	19	30
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	30/06/2015	18.732	17.787
Financ. de Tributos Estaduais (DESENVOLVE)	TJLP	20/06/2013	3.937	4.057
			<u>22.688</u>	<u>21.874</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante			(7.570)	(6.857)
Passivo não circulante			<u>15.118</u>	<u>15.017</u>

Consolidado

	Indexador	Data de vencimento	30/06/12	31/12/11
Moeda nacional				
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROADI)	TR	10/09/2012	19	30
Financiamentos de Tributos Estaduais (PROVIN)	TJLP	30/06/2015	20.180	17.972
Financ. de Tributos Estaduais (DESENVOLVE)	TJLP	20/06/2013	3.937	4.057
			<u>24.136</u>	<u>22.059</u>
Parcela a amortizar classificada no passivo circulante			(8.151)	(6.928)
Passivo não circulante			<u>15.985</u>	<u>15.131</u>

Os financiamentos de tributos PROADI têm vencimento trimestral. Já o PROVIN, o prazo de vencimento é por triênio, enquanto o DESENVOLVE é anual.

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Ano de vencimento:				
2013	11.781	12.088	12.570	12.147
2014	3.337	2.929	3.415	2.984
Total	<u>15.118</u>	<u>15.017</u>	<u>15.985</u>	<u>15.131</u>

Os financiamentos do PROVIN e PROADI estão garantidos por notas promissórias.

Notas Explicativas

16 Financiamentos diretos - Aquisições de empresas

Trata-se de dívida contraída junto aos próprios vendedores para pagamento das quotas da Vitarella, Pilar, J.Brandão , Moinho Santa Lúcia e das ações da Pelágio Participações S.A

No caso da dívida de aquisição da Vitarella, o saldo existente em 30 de junho de 2012 está representado pela parcela retida do preço de aquisição, no montante de R\$ 105.211, a qual se presta à garantia das contingências exigidas em discussão judicial ou administrativa, a ser amortizada em duas parcelas com vencimentos em 04/10/2012 e em 04/04/2013. Todas as parcelas do preço de aquisição são remuneradas à taxa de 100% do CDI.

No que diz respeito à dívida contraída na aquisição da Pilar, o saldo existente em 30 de junho de 2012 está representado por um montante de R\$ 23.760, atualizado pela taxa 100% do CDI que será pago em 6 anos. Esse montante se presta à garantia das contingências que por ventura venham a surgir decorrentes de fatos ocorridos até a data de aquisição.

Já a dívida contraída na aquisição da Pelágio e J. Brandão, o saldo existente em 30 de junho de 2012 está representado por um montante de R\$ 52.733, que será liquidado em 2 parcelas com vencimento em 28/09/2012 e 28/12/2012 e por uma parcela retida do preço de aquisição, no montante de R\$ 41.771 a ser paga no prazo de 6 anos da data de aquisição, a qual se presta à garantia das contingências, ambas atualizadas pela taxa 100% do CDI.

No caso da dívida contraída na aquisição do Moinho Santa Lúcia Ltda., o saldo existente em 30 de junho de 2012 está representado por um montante de R\$ 27.036, que será liquidado em 5 parcelas com vencimento em 25/05/2013, 25/05/2014, 25/05/2015, 25/05/2016 e 25/05/2017 e por uma parcela retida do preço de aquisição, no montante de R\$ 18.312 a ser paga no prazo de 6 anos da data de aquisição, a qual se presta à garantia das contingências, ambas atualizadas pela taxa 100% do CDI.

O pagamento do saldo do instrumento de cessão das quotas da Vitarella está garantido pelo penhor das próprias quotas objeto da compra.

17 Debêntures

Em 30 de janeiro de 2012 foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante de até R\$150 milhões, com prazo de vencimento de 36 meses, contados da data de emissão, com pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescidos de uma sobretaxa de 0,50% ao ano.

Em 30 de junho de 2012 o valor das debêntures estava representado por um montante de R\$154.638 (R\$4.871 no curto prazo e R\$149.767 no longo prazo) já considerando os custos de transação.

Notas Explicativas

18 Provisão para contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia e sociedades controladas.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial, e as interpretações jurisprudenciais variam e se aplicam caso a caso, conforme as características peculiares de cada demanda. Em 30 de junho de 2012, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 1,72% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 98,28% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso. Já em relação aos processos de natureza tributária 61% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 39% estão sendo discutidos em âmbito judicial, em instâncias inferiores e superiores, conforme o caso.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

As provisões registradas estão subdivididas em:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Trabalhistas e cíveis	25.606	12.717	31.680	31.192
Tributárias	18.386	18.180	25.346	24.668
Outros	1.517	1.517	1.517	1.517
	<u>45.509</u>	<u>32.414</u>	<u>58.543</u>	<u>57.377</u>

Movimentação dos processos no período

Controladora	Cíveis e			Total
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Tributárias</u>	<u>Outras</u>	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>12.717</u>	<u>18.180</u>	<u>1.517</u>	<u>32.414</u>
Adições	827	206	-	1.033
Incorporação - Adria	12.062	-	-	12.062
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>25.606</u>	<u>18.386</u>	<u>1.517</u>	<u>45.509</u>

Notas Explicativas

Consolidado	Cíveis e	Tributárias	Outras	Total
	Trabalhistas			
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>31.192</u>	<u>24.668</u>	<u>1.517</u>	<u>57.377</u>
Adições	1.162	678	-	1.840
Baixas/reversões	(674)	-	-	(674)
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>31.680</u>	<u>25.346</u>	<u>1.517</u>	<u>58.543</u>

- **Natureza dos processos**

Cíveis e trabalhistas

O Grupo figura como réu em aproximadamente 708 processos judiciais de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 26.432 e R\$3.883, respectivamente. A maior parte das ações envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por acidente de trabalho e por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição, ações de reparação de danos, dentre outros.

O montante de R\$1.365 relativo a processos judiciais de natureza trabalhista, cuja probabilidade de perda é classificada como possível, foi reconhecido em processo de mensuração de valor justo em combinação de negócios.

Tributárias

A provisão para contingências tributárias está composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Autos de infração do IRPJ e da CSLL				
(a)	14.589	14.383	14.589	14.383
CPMF - Depósito judicial	10	10	10	10
IPI - Depósito judicial (b)	3.787	3.787	3.787	3.787
PIS - Depósito judicial (c)	-	-	1.164	1.080
COFINS - Depósito judicial(c)	-	-	5.360	4.972
Outros	-	-	436	436
	<u>18.386</u>	<u>18.180</u>	<u>25.346</u>	<u>24.668</u>

(a) A Companhia defende-se de autuações fiscais lavradas em 2004 referentes a supostas irregularidades atinentes à apuração do IRPJ e CSLL. O valor de R\$ 14.589 se refere à

Notas Explicativas

parcela dessas autuações onde se estima haver alguma probabilidade de perda provável. O processo encontra-se atualmente no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

- (b) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronaves arrendadas, importadas sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total da ação. O processo encontra-se em 2ª instância, na 6ª turma do TRF da 3ª região.
- (c) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo encontra-se em 2ª instância, na 3ª turma do TRF da 5ª região, aguardando julgamento.

O Grupo não atualizou as provisões para contingências integralmente garantidas por depósitos judiciais os quais, da mesma forma, não são atualizados.

Adicionalmente às provisões constituídas, o Grupo possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no pólo passivo cujas probabilidades de perda, baseadas na opinião de consultores jurídicos internos e externos, são consideradas possíveis, totalizando aproximadamente R\$330.793 (R\$ 264.452 em 31 de dezembro de 2011). Dentre os processos, merecem destaque os seguintes:

Autos de Infração do IRPJ e CSLL: a Receita Federal do Brasil lavrou 2 autos de infração referentes a exigência de IRPJ e CSLL pelas seguintes supostas irregularidades: (i) não inclusão das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará (PROVIN) e Rio Grande do Norte (PROADI) na base de cálculo do IRPJ e da CSLL; (ii) não escrituração do ganho proveniente da referida subvenção no momento em que pagava o tributo (ICMS) sobre o qual o Estado concedente calcula e libera a subvenção para investimento; (iii) não computação de adição da CSLL ao lucro real; (iv) suposta majoração indevida do incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE; e (v) multa isolada. Os dois processos têm valor somado de, aproximadamente, R\$ 94.212, atualizados até 30 de junho de 2012. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), os quais foram julgados procedentes, exceto em relação à suposta majoração de incentivo fiscal federal concedido pela SUDENE, o que foi objeto de embargos de declaração ainda não apreciados, para suprir a omissão de não apreciação de ofício da SUDENE, juntado aos autos, que afirma a inexistência da majoração de incentivo alegada no auto de infração. A Fazenda Nacional apresentou Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais nos dois processos apenas em respeito à não tributação pelo IRPJ e CSLL das subvenções para investimento recebidas dos Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, os quais aguardam julgamento. A Companhia já apresentou suas contra-razões em ambos os recursos, bem como continua aguardando o julgamento dos embargos de declaração para, se for o caso, opor o competente recurso especial. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível, sobre a totalidade da autuação. Contudo, no limite e sendo conservadora, acredita-se existir a probabilidade de perda no montante de até exceto para alguns aspectos onde o valor importa em R\$ 14.589, cuja avaliação é de perda provável, já devidamente provisionado.

Autos de Infração do PIS e COFINS: foram lavrados dois autos de Infração pela Receita Federal do Brasil visando à exigência de débitos relacionados às contribuições ao PIS e a COFINS relativas aos anos-calendários de 1999 a 2003, tendo em vista o cometimento de três

Notas Explicativas

supostas infrações quanto à incidência desses tributos sobre receitas alheias ao faturamento *stricto sensu*: (i) divergências entre os valores declarados em DCTF e os valores devidos; (ii) registro supostamente errôneo das variações monetárias passivas e lançamento dos valores como créditos em contrapartida da diminuição de obrigações em moeda estrangeira; e (iii) não inclusão na base de cálculo os valores escriturados de subvenções para investimento auferidas dos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. Essas três supostas infrações correspondem à aproximadamente 25% do valor total autuado. Em razão disso a Companhia, em sede de preliminar de seu recurso administrativo, requereu a nulidade dos respectivos autos por cerceamento do direito de defesa, vez que desconhece o fundamento para os outros 75% dos valores cobrados. O valor atualizado, até 30 de junho de 2012, dos dois processos, é de, aproximadamente, R\$107.102. Importante ressaltar que os anos-calendários autuados coincidem totalmente, no caso da COFINS, e na maior parte, no caso do PIS, com o período onde a tributação pelo PIS e COFINS não poderia alcançar outras receitas senão o faturamento *stricto sensu*, face ao trânsito em julgado de decisão do STF, em favor da Companhia, que reconheceu a inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo do PIS e COFINS trazida pela Lei nº 9.718/98. A Companhia apresentou impugnações aos referidos autos de infração, as quais foram julgadas improcedentes pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal. Em face de tais decisões, foram interpostos Recursos Voluntários perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (antigo Conselho de Contribuintes), sendo um deles – referente ao PIS - julgado parcialmente procedente, mantendo a exigência do PIS sobre as subvenções, mesmo o Acórdão reconhecendo estar provado nos autos se tratarem de subvenções para investimento e já existindo outras manifestações do mesmo tribunal administrativo reconhecendo a não incidência do PIS sobre tais subvenções. Hodiernamente referente processo encontra-se no CARF para apreciação do Recurso Especial interposto pela Companhia. A Companhia avalia a possibilidade de êxito como possível sobre a totalidade da autuação.

Ações judiciais de cunho ambiental: a Companhia destaca duas ações de cunho ambiental, uma ação civil pública e uma ação popular, as quais se encontram atualmente em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba. Tais ações têm como objetivos principais a declaração de nulidade do processo de licenciamento do empreendimento da unidade industrial da Companhia localizada no Estado da Paraíba, denominada Grande Moinho Tambaú, assim como contempla pedido de indenização por conta de eventuais danos ambientais causados à área da construção e, ainda, pedido de demolição da área construída. De acordo com decisão judicial proferida, os autos foram encaminhados à Justiça Estadual da Comarca de Cabedelo/PB, por não haver interesse de autarquia federal (no caso, o IBAMA) a justificar a sua competência para processar e julgar o feito. Entendeu o juízo federal que as referidas ações discutem matéria de direito edilício, postura e licenciamento municipal, com meros reflexos na área portuária interna e evento visual em relação ao Forte de Santa Catarina de Cabedelo, popularmente conhecido como “Fortaleza de Santa Catarina”, não dizendo respeito à atuação do IBAMA, por não se cogitar de dano ambiental. Atualmente, o processo se encontra na Justiça Estadual, aguardando manifestação desta. Considera-se como possível a probabilidade de perda das ações, porém com risco remoto de demolição da área construída, mas com eventual obrigação de pagamento de indenização por danos ambientais, estimado pelo escritório externo no valor aproximado de R\$ 2.000, na hipótese de desfecho desfavorável à Companhia.

Notas Explicativas

19 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Os impostos ativos diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

A composição dos ativos e passivos diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro estão demonstrados a seguir.

Ativo não circulante	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Provisão para redução a valor recuperável-clientes	1.425	1.528	2.187	2.121
Provisão para contingências	15.473	11.021	18.236	13.739
Lucros não realizados em operações com controladas	1.107	1.150	1.107	1.161
Baixa do ativo diferido mantido nas demonstrações individuais	-	-	254	1.214
Outras provisões	<u>6.680</u>	<u>5.317</u>	<u>9.381</u>	<u>7.801</u>
	<u>24.685</u>	<u>19.016</u>	<u>31.165</u>	<u>26.036</u>
Passivo não circulante				
	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Diferenças de depreciação (taxas fiscais x vida útil)	29.137	11.526	32.235	15.851
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	2.202	-	37.873	30.366
Diferença de valor justo – combinações de negócios	-	-	59.835	30.892
Outras Provisões	<u>168</u>	<u>-</u>	<u>1.428</u>	<u>1.310</u>
	<u>31.507</u>	<u>11.526</u>	<u>131.371</u>	<u>78.419</u>
Total líquido	<u>(6.822)</u>	<u>7.490</u>	<u>(100.206)</u>	<u>(52.383)</u>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias em prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

Notas Explicativas

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram baseadas nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa. A Companhia não reconheceu os efeitos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos sobre diferenças temporárias e base negativa de contribuição social das controladas Pelágio Oliveira S.A e Moinho Santa Lúcia Ltda. em razão da ausência de histórico de base de cálculo positiva de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Com base no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e provisões para redução do valor recuperável de clientes, o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos das informações consolidadas apresentam a seguinte expectativa de realização:

Exercício	30/06/12	31/12/11
2012	10.984	10.098
2013	1.212	1.671
2014	1.264	1.433
2015	1.491	1.399
2016 a 2018	<u>16.214</u>	<u>11.435</u>
Total	<u>31.165</u>	<u>26.036</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	250.713	180.416	265.721	192.275
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	85.242	61.341	90.345	65.374
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	3.296	334	2.184	1.495
Exclusões permanentes:				
Itens não considerados como Receitas pela legislação tributária	(32.880)	(27.189)	(22.103)	(19.700)
Efeito do não reconhecimento do crédito da base negativa da contribuição social na Adria	-	-	-	(1.508)
Outros itens	2.968	(2.503)	3.837	(3.059)
Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção	<u>58.626</u>	<u>31.983</u>	<u>74.263</u>	<u>42.602</u>
Receita isenta de imposto de renda (Subvenção Governamental)	(29.085)	(14.223)	(31.577)	(15.016)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período após isenção	<u>29.541</u>	<u>17.760</u>	<u>42.686</u>	<u>27.586</u>
Alíquota efetiva	<u>11,78%</u>	<u>9,84%</u>	<u>16,06%</u>	<u>14,35%</u>

Notas Explicativas

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda, cuja natureza, prazo e parcela incentivada estão detalhados na Nota Explicativa nº 21- Subvenções governamentais.

20 Patrimônio líquido

a. *Capital social - Controladora*

Em 5 de março de 2012, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social no montante de R\$ 23.494, mediante capitalização de reservas de incentivos fiscais, passando o Capital Social para R\$ 801.290 (R\$ 777.796 em 31 de dezembro de 2011).

O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante a capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

Em 31 de dezembro de 2011 e em 30 de junho, a Companhia possuía 28.362.596 ações ordinárias em circulação, que representavam 25,00% do total.

b. *Reservas*

Reserva legal

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo-se a parcela referente à subvenção governamental, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Reserva Legal da Companhia era de R\$73.293.

Reservas de incentivos fiscais

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia e de suas controladas, conforme detalhado em Nota Explicativa nº 21- Subvenções governamentais. Em 30 de junho de 2012, as Reservas de incentivos fiscais totalizavam R\$632.025(sendo R\$526.569 registrada em Reservas de Lucros e R\$105.456 em Reservas de Capital); em 31 de dezembro de 2011, as Reservas de incentivos fiscais totalizavam R\$655.519(sendo R\$ 550.063 registrada em Reservas de Lucros e R\$ 105.456 em Reservas de Capital).

Reservas para plano de investimento

É constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela Assembleia Geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Em 30 de junho de

Notas Explicativas

2012 e 31 de dezembro de 2011, a Reserva para plano de investimento era de R\$484.931.

Esta reserva observará o limite máximo de 95% do Capital Social.

Reserva especial - Lei nº 8.200/1991

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da Lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. Em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Reserva especial era de R\$16.529.

c. Remuneração de acionistas

Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de créditos aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverá ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

d. Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

21 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pelo Grupo têm a natureza de subvenções para investimentos e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas elas monetárias e registradas pelo seu valor nominal.

O valor das subvenções para investimento recebidas dos Estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

O valor das subvenções para investimento recebidas da União é determinado a partir do Lucro da Exploração gerado por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de Projetos de Investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pela SUDENE, no âmbito da política nacional de fomento ao desenvolvimento regional.

Os recursos recebidos se constituem em fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos Projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas

Notas Explicativas

condições) e concedidas por prazo certo (art. 178, CTN).

Tais subvenções para investimento, não obstante sua inequívoca essência econômica de alocação de capital para suportar investimentos, sem configurar qualquer hipótese de redução de custos ou de despesas, passaram a transitar, a partir do exercício de 2008 no resultado do exercício, em função do que determina a Deliberação CVM nº 555/08 (que aprovou o Parecer Técnico CPC nº 07). No cumprimento dessa determinação regulamentar, as subvenções para investimento estaduais, em razão de serem, em sua maioria, calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado numa linha na demonstração do resultado do exercício, logo abaixo da que registra o custo dos produtos vendidos. Já a subvenção federal, baseada no lucro da exploração, é apresentada como dedução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica.

Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado por força da citada exigência regulamentar, a Companhia utiliza o regime de competência, reconhecendo as subvenções independente do momento em que as realiza em termos financeiros, em face dos seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos.

No encerramento do exercício social, a parcela do lucro que decorre desse mecanismo de trânsito por resultados das subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no Patrimônio Líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, tendo em vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

A Companhia é beneficiária das seguintes subvenções para investimento de origem governamental:

21.1 Incentivos fiscais estaduais

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, a Companhia fez jus a R\$ 63.740 (R\$ 58.881 em 30 de junho de 2011) decorrentes das seguintes subvenções para investimento estaduais:

21.1.1 *DESENVOLVE - Estado da Bahia*

O Governo do Estado da Bahia, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial dotada de um moinho de trigo e uma fábrica de biscoitos e de massas, no município de Salvador - BA. A transferência dos recursos públicos à unidade incentivada ocorre mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81,00% do ICMS devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da unidade industrial referida. A manutenção desses incentivos é condicionada à comprovação contábil e física da integral realização do investimento projetado e da geração de empregos prevista no projeto de investimento. Além desses requisitos quanto ao investimento realizado, exige-se que não haja atraso no pagamento do ICMS devido para não gerar a suspensão do incentivo.

Notas Explicativas

O incentivo é válido até novembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 120 meses.

21.1.2 FDI/PROVIN - Estado do Ceará

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de duas unidades industriais, sendo (i) um moinho de trigo; e (ii) uma fábrica de gorduras e margarinas especiais, ambas sediadas na cidade de Fortaleza - CE. O incentivo consiste, no caso da unidade de moagem de trigo, no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 63,75% desse ICMS com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida. No caso da unidade industrial de Margarinas e Gorduras vegetais, a subvenção consiste na quitação de 56,25% do ICMS devido com recursos do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A legislação atual e os protocolos assinados com o Estado estabelecem parâmetros de pontuação para obtenção do incentivo, considerando o volume de investimento realizado, a geração de empregos, a demanda por matérias-primas e insumos, bem como a localização e aspectos sociais e ambientais. O direito ao recebimento da subvenção está ainda condicionado ao pagamento no vencimento das parcelas devidas do ICMS.

Para ambas as plantas industriais, a mencionada a subvenção para investimentos findará em novembro de 2024.

A J. Brandão também é beneficiária de subvenção para investimentos, que consiste no diferimento do pagamento de parte do ICMS apurado mensalmente e a quitação de 43,35% no final do período com recursos do FDI. O incentivo é válido até novembro de 2014.

21.1.3 PROADI - Estado do Rio Grande do Norte

O Governo do Estado do Rio Grande do Norte, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial, localizada na cidade de Natal - RN, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste no diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e, ao final do prazo, na quitação de 74,25% desse ICMS com recursos do PROADI, correspondentes à subvenção para investimento concedida.

A referida subvenção para investimento foi concedida até agosto de 2020.

21.1.4 FAIN - Estado da Paraíba

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários à construção e implantação de uma unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB, na qual foram instalados um moinho de trigo e uma fábrica de massas alimentícias. O benefício consiste na concessão de um desconto de 81% no valor do ICMS incidente nas aquisições do trigo em grão. O desconto é operado mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

Notas Explicativas

A concessão da mencionada subvenção para investimento se estende até dezembro de 2032.

21.1.5 *PRODEPE - Estado de Pernambuco*

O Governo do Estado de Pernambuco, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma a subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial na cidade de Jaboatão dos Guararapes - PE, na qual foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Vitarella. Tal subvenção foi concedida no bojo do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco - PRODEPE, regulado pelo Decreto nº 21.959/99. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de 75% sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão, consumido pela indústria em equivalente de farinha de trigo. O valor dos recursos correspondentes à subvenção assim calculada é recebido pela indústria mediante a emissão de Nota Fiscal de ressarcimento contra o fornecedor da farinha de trigo adquirida, ou contra o estado, no caso de aquisição do exterior ou de estado não signatário do Protocolo 46/2000 de farinha de trigo ou trigo em grão, ao qual compete receber do Estado de Pernambuco o ressarcimento dos valores correspondentes à subvenção entregues às indústrias de massas e biscoitos incentivadas. Além dos 75% antes mencionados, a subvenção inclui um valor equivalente a 5% do frete incidente sobre as vendas para fora da Região Nordeste, desde que o valor total da subvenção não ultrapasse a um montante equivalente a 85% do ICMS sobre o trigo em grão contido na farinha de trigo consumida.

A concessão da subvenção se estende até março de 2024.

No caso da unidade industrial instalada em Recife-PE (PILAR), adquirida em 26 de abril de 2011 e incorporada em 30 de março de 2012, a subvenção concedida é calculada nos mesmos termos da subvenção concedida à Vitarella. A concessão do benefício ocorreu em 29 de setembro de 2003 e se estende até outubro de 2015.

21.1.6 *FUNDOPEM - Estado do Rio Grande do Sul*

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, concedeu recursos de forma subvencionar os investimentos realizados na construção, implantação e expansão de uma unidade industrial no município de Bento Gonçalves (RS), onde foi instalada uma fábrica de biscoitos e de massas alimentícias, operadas pela controlada Adria. Tal subvenção foi concedida no âmbito da estratégia de fomento ao desenvolvimento industrial definido no FUNDOPEM/RS. A subvenção é calculada mediante a aplicação do percentual de desconto de 60,0% sobre o valor do ICMS devido. O desconto é operado mediante o registro de um crédito presumido na escrita fiscal da unidade incentivada, em valor correspondente à subvenção pactuada.

O prazo da concessão dessa subvenção para investimento encerrou em setembro de 2011.

21.2 **Incentivo fiscal federal**

A Companhia é beneficiária de subvenções Federais obtidas por conta da realização de investimentos na implantação de novas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, nos termos definidos no art. 13 da Lei nº 4.239, de 27.06.1963, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.564, de 29.07.1977, com as alterações introduzidas pelo art. 3º da Lei nº 9.532, de 10.12.1997, art. 1º da Medida

Notas Explicativas

Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001, e art. 32 da Lei nº 11.196, de 21.11.2005.

Segundo esses dispositivos legais, o incentivo fiscal é concedido pelo prazo certo de 10 (dez) anos, para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à SUDENE, a realização de investimentos na Região Nordeste do Brasil, mediante a instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na referida região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obter a contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento da região Nordeste do País.

A teor da legislação referida, o valor a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste num montante equivalente ao resultado da aplicação do percentual de até 75% (setenta e cinco por cento) sobre uma base de cálculo legalmente denominada de lucro da exploração (art. 1º da MP 2.199-14/01 e art. 1º do Decreto nº 6.539/2008). A metodologia legal de quitação desse benefício por parte da União prescreve que será liquidado, a cada período, mediante redução (abatimento) do valor que, segundo a legislação de regência, for considerado devido a título de imposto de renda e adicional (IRPJ), calculado periodicamente sobre o Lucro Real.

Atualmente a Companhia é beneficiária de subvenções equivalentes a 75,0% e 12,5% do Imposto de Renda sobre lucros operacionais derivados de suas atividades principais (lucro da exploração) nas unidades industriais da controladora, e das controladas Vitarella, Pilar, J. Brandão e Pelágio sediadas no Nordeste do Brasil.

Em 30 de junho de 2012, o Grupo fez jus a R\$ 31.577 (R\$ 15.016 em 30 de junho de 2011) decorrentes dessa subvenção para investimento concedida pela União às referidas unidades industriais incentivadas.

Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor estão detalhados a seguir:

Unidades industriais	Percentual de redução do IRPJ	Período de validade
Fábrica de biscoitos e de massas (Eusébio-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75,0%	Jan de 2010 até Dez de 2019
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	75,0%	Jan de 2003 até Dez de 2012
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	12,5%	Set de 2011 até Dez de 2013
Moinho de trigo (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo - PB) Produção de até 114.683 toneladas	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo - PB) Produção de 114.684 a 317.952 toneladas	75,0%	Jan de 2011 até Dez de 2020
Fábrica de massas (Recife – PE)	12,5%	Jan de 2009 até Dez de 2013
Fábrica de biscoitos (Recife – PE)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2012
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75,0%	Jan de 2009 até Dez de 2018
Fábrica de bolos e salgados (Maracanaú- CE)	75,0%	Jan de 2004 até Dez de 2013
Fábrica de bolos (Maracanaú- CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de biscoitos (Maracanaú- CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016

Notas Explicativas

Unidades industriais	Percentual de redução do IRPJ	Período de validade
Fábrica de massas (Maracanaú- CE)	37,5% a 12,5%	Jan de 2003 até Dez de 2013
Fábrica de massas (Maracanaú- CE)	75,0%	Jan de 2006 até Dez de 2015
Fábrica de produtos derivados do milho-Snack(Maracanaú-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2016
Fábrica de biscoitos e massas (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2005 até Dez de 2014
Fábrica de biscoitos wafer (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2011 até Dez de 2020
Fábrica de biscoitos recheados (Aquiraz-CE)	75,0%	Jan de 2007 até Dez de 2015

O Grupo cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, etc., bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes. Até então, o Grupo não descumpriu qualquer condição que impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais que lhe foram concedidas.

22 Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receita bruta:	<u>1.324.121</u>	<u>987.754</u>	<u>1.967.118</u>	<u>1.617.995</u>
Mercado interno	1.320.582	985.813	1.962.044	1.611.851
Mercado externo	3.539	1.941	3.539	4.448
Outras receitas	-	-	1.535	1.696
Devoluções, descontos e cancelamentos	(30.349)	(10.253)	(46.331)	(23.780)
Impostos incidentes sobre vendas	(156.329)	(120.266)	(232.006)	(224.681)
Receita líquida	<u>1.137.443</u>	<u>857.235</u>	<u>1.688.781</u>	<u>1.369.534</u>

23 Informações por segmento

Conforme já mencionado na Nota Explicativa nº 5, item v, a Companhia tem somente um segmento de negócio passível de reporte.

O Brasil é o principal mercado e foi responsável por 99,7% da receita bruta consolidada no período findo em 30 de junho de 2012 (99,6% em 30 de junho de 2011). As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 22.

Abaixo demonstramos a receita líquida da Companhia de acordo com as linhas de produtos:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Biscoitos	453.479	330.191	931.765	746.272
Massas	212.044	132.093	374.830	290.601
Farinha e farelo	360.753	327.340	287.496	276.476
Margarinas e gorduras	111.167	65.785	77.908	52.440
Diversos	-	1.826	4.336	3.745
Bolos	-	-	5.535	-
Snacks	-	-	6.911	-
Receita Líquida	<u>1.137.443</u>	<u>857.235</u>	<u>1.688.781</u>	<u>1.369.534</u>

Em 30 de junho de 2012 não houve cliente que individualmente representasse mais que 7,4% (5,9% em 30 de junho de 2011) das vendas, o que demonstra que a Companhia possui uma base de clientes pulverizada e com pouca dependência.

24 Custo dos produtos vendidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Matéria-prima	<u>501.774</u>	<u>430.420</u>	<u>675.984</u>	<u>617.583</u>
- Trigo	310.665	309.315	337.687	322.861
- Óleo	103.704	72.054	108.327	71.995
- Açúcar	22.006	17.695	48.411	47.746
- Farinha de terceiros	16.648	-	59.903	67.716
- Gordura de terceiros	9.729	-	28.274	35.682
- Outros	39.022	31.356	93.382	71.583
Embalagens	71.397	51.307	120.684	94.643
Mão de obra	78.305	52.076	136.494	103.004
Gastos gerais de fabricação	55.474	43.920	92.976	71.111
Depreciação e amortização	17.940	16.356	28.647	24.100
Diversos	-	<u>2.086</u>	-	<u>3.284</u>
	<u>724.890</u>	<u>596.165</u>	<u>1.054.785</u>	<u>913.725</u>

Notas Explicativas

25 Despesas com vendas, administrativas e gerais - por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Despesas com marketing e vendas	70.264	39.315	120.987	104.596
Despesas com fretes	40.639	27.476	74.986	51.848
Honorários da administração	4.361	3.971	4.361	3.971
Despesas de benefícios a empregados	98.020	71.156	164.642	122.188
Encargos de depreciação e amortização	6.988	6.803	9.320	6.382
Despesas tributárias	5.805	3.919	9.341	7.561
Outras despesas administrativas	<u>18.267</u>	<u>15.229</u>	<u>31.538</u>	<u>23.463</u>
	<u>244.344</u>	<u>167.869</u>	<u>415.175</u>	<u>320.009</u>

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	4.078	5.570	6.596	6.981
Variações cambiais ativas	4.082	8.482	5.191	8.882
Outros	<u>2.727</u>	<u>3.214</u>	<u>4.119</u>	<u>4.119</u>
	10.887	17.266	15.906	19.982
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(4.785)	(4.387)	(11.105)	(7.342)
Juros sobre dívida de participação societária	(6.111)	-	(11.914)	(5.440)
Variações cambiais passivas	(11.246)	(946)	(12.973)	(1.452)
Perdas(Ganhos) em operações com contratos derivativos	6.083	-	6.074	-
Comissões e despesas bancárias	(1.388)	(1.039)	(1.992)	(3.387)
Juros sobre debêntures	(628)	-	(628)	-
Outros	<u>(761)</u>	<u>(1.180)</u>	<u>(1.336)</u>	<u>(2.799)</u>
	(18.836)	(7.552)	(33.874)	(20.420)
Resultado financeiro	<u>(7.949)</u>	<u>9.714</u>	<u>(17.968)</u>	<u>(438)</u>

27 Instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Notas Explicativas

Instrumentos financeiros por categoria

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Ativos financeiros disponíveis para venda				
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	148.478	66.582	214.924	95.323
Contas a receber de clientes	287.888	158.685	404.781	352.686
Outras contas a receber - partes relacionadas	58	99	58	68
Outros créditos	14.303	6.118	20.219	9.820
Investimentos mantidos até o vencimento				
Aplicações financeiras	-	-	12.329	11.792
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	66.032	40.572	87.213	92.995
Financiamentos com instituições financeiras	179.546	93.095	307.525	290.111
Financiamentos diretos	139.852	140.287	268.823	263.357
Contas a pagar	9.694	7.808	26.786	25.691
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo				
Contratos de <i>swap</i>	(4.972)	43	(4.972)	43

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo mantém aplicações financeiras e contratos de *swap* registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no Nível 2.

Em 30 de junho 2012, os valores justos dos instrumentos financeiros, bem como os valores contábeis apresentados das informações financeiras intermediárias estão identificados a seguir:

Notas Explicativas

Moeda	Controladora				Consolidado				
	Saldo	Valor	Saldo	Valor	Saldo	Valor	Saldo	Valor	
	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo	
	30/06/12	30/06/12	31/12/11	31/12/11	30/06/12	30/06/12	31/12/11	31/12/11	
Empréstimos e recebíveis									
Caixa e equivalentes de caixa	148.478	148.478	66.582	66.582	214.924	214.924	95.323	95.323	
Contas a receber de clientes	287.888	287.888	158.685	158.685	404.781	404.781	352.686	352.686	
Outras contas a receber - partes relacionadas	58	58	99	99	58	58	68	68	
Outros créditos	14.303	14.303	6.118	6.118	20.219	20.219	9.820	9.820	
Investimentos mantidos até o vencimento									
Aplicações financeiras	-	-	-	-	12.329	12.329	11.792	11.719	
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Fornecedores	66.032	66.032	40.572	40.572	87.213	87.213	92.995	92.995	
Financiamentos com instituições financeiras	<u>179.546</u>	<u>180.728</u>	<u>93.095</u>	<u>88.376</u>	<u>307.525</u>	<u>308.672</u>	<u>290.111</u>	<u>279.263</u>	
Operações de repasse - BNDES	TJLP	4.897	4.985	3.697	3.672	12.037	12.598	26.457	26.720
PSI-Pré	Pré-fixado	69.594	70.291	38.334	33.640	102.890	103.079	94.785	82.667
Capital de giro e conta garantida	Pré-fixado	-	-	-	-	-	-	20.008	20.607
Capital de giro e conta garantida	CDI	-	-	-	-	-	-	37.704	38.112
FNE	Pré-fixado	31.051	31.051	35.837	35.837	118.434	118.434	95.304	95.304
Financiamentos externos	CHF	3.319	3.319	3.738	3.738	3.319	3.319	3.738	3.738
Financiamentos externos	USD	70.473	70.870	11.245	11.245	70.473	70.870	11.871	11.871
Leasing	Pré-fixado	-	-	-	-	57	57	-	-
Bndes-Cartão	Pré-fixado	-	-	-	-	103	103	-	-
Outros	UMBNDDES	212	212	244	244	212	212	244	244
Financiamentos diretos		139.852	137.744	140.287	140.287	268.823	265.884	263.357	260.866
Contas a pagar		9.694	9.694	7.808	7.808	26.786	26.786	25.691	25.691
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo									
Contratos de swap		(4.972)	(4.972)	43	43	(4.972)	(4.972)	43	43

Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras (equivalentes de caixas)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas informações financeiras intermediárias como equivalentes de caixa aproximam-se dos valores de realização em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Investimentos mantidos até o vencimento

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela variação de 100% do DI futuro apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias.

Notas Explicativas

Empréstimos e financiamentos

O valor justo dos financiamentos atrelados à TJLP foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de juros praticada no mercado, na data de apresentação das informações financeiras intermediárias (spread 2,70% a.a.).

No caso dos financiamentos pré-fixados, o valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas (5,5% a.a.).

Já os financiamentos pelo FNE, o valor justo é igual ao valor contábil, tendo em vista que a taxa cotada na data das informações financeiras intermediárias é a mesma da contratação dos financiamentos.

Com relação as dívidas decorrentes da aquisições da Vitarella, Pilar, J. Brandão, Pelágio e Santa Lúcia, que conforme contratos são atualizados pelo CDI, o valor justo foi determinado considerando um *spread* de 0,50%, de forma a refletir as condições de mercado.

Contratos de swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nas taxas futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

Contas a receber, outros crédito, fornecedores e contas a pagar de curto prazo

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Gerenciamento de riscos

Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia mantém mapeados os principais riscos e seus respectivos controles, definidos os critérios de impacto e probabilidade e faz o acompanhamento dos riscos considerados estratégicos e das ações de mitigação dos mesmos. Desta forma, a Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, atribuindo a todas as áreas a responsabilidade pela gestão de riscos, na qual avalia se as ações praticadas estão sendo feitas de maneira a seguir as políticas adotadas.

A seguir descrevemos, sumariamente, os principais pontos das Diretrizes de Gestão de Riscos:

Identificação - o processo de identificação dos riscos deve tomar por base o planejamento estratégico da Companhia, a partir do qual são mapeados os riscos que podem vir a comprometer o cumprimento das metas caso estes venham se materializar;

Notas Explicativas

Avaliação – os riscos devem ser avaliados de acordo com os critérios de probabilidade de ocorrência e impacto sobre o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia;

Tratamento – os riscos identificados e avaliados devem ser tratados segundo a resposta que a gestão definir para os mesmos, consistindo em: evitar, aceitar, prevenir, reduzir e transferir;

Responsabilidade – cada gestor da Companhia deve ser responsável, no âmbito de atuação das áreas sob sua gestão, pela execução das atividades de controle e/ou de implementação dos planos de ação mitigadores dos riscos, objetivando reduzir o impacto e probabilidade de ocorrência dos mesmos, conforme o tratamento definido;

Monitoramento - as atividades de controle e/ou implementação dos planos de ação devem ser regularmente reportadas aos níveis hierárquicos superiores, cabendo a estes a avaliação da eficácia e eficiência das ações respectivas.

As atividades do Grupo expõem as empresas a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*).

a. Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade do Grupo não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia e de suas controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é R\$ 18,0 milhões com vigência no período de 01 de junho de 2012 a 31 de maio de 2013. Atualmente a cobertura do seguro abrange mais de 100 empresas, no total de R\$ 54 milhões. Além disso, existe cerca de R\$ 32 milhões de garantias constituídas mediante hipoteca e fiança bancária.

Adicionalmente, o Grupo possui provisão para redução do valor recuperável de clientes, no montante consolidado de R\$ 16.430 (R\$ 15.779 em 31 de dezembro de 2011) representativos de 3,90% (4,28% em 31 de dezembro de 2011) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo somente realiza aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

b. Risco de liquidez

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência – além dos valores recebidos a título de

Notas Explicativas

subvenções para investimento Estaduais e Federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a este montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para a expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, pois normalmente tem até um ano de prazo para pagamento de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo este mais longo que os concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos adquiridos. Assim, a Diretoria entende que a Companhia continua apresentando sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados nas Notas Explicativas nº 14, 15, 16 e 17.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em Bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites aprovados não estão destinados a cobrir deficiência de liquidez da Companhia, visto que não tem esta indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de Instituições Financeiras Privadas, como Cédula de Crédito Bancário, FINIMP (Financiamento de Importações) ou outros, por elas apresentadas.

c. Risco de mercado: preço das commodities

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Como política de prevenção de oscilações de curto prazo, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques das principais matérias-primas para aproximadamente três meses de consumo, geridos através de análises do mercado futuro das principais matérias-primas. Este procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, o Grupo acompanha o mercado mundial de commodities, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, dentre outros, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *on-line* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, o Grupo avalia o momento mais oportuno para compra dessas commodities, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, já fixando o preço da *commoditie*, porém sujeito a risco de variação cambial.

Em 30 de junho de 2012, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura no montante de 283.002 toneladas (140.160 toneladas em 31 de dezembro de 2011), equivalente a US\$ 73.037 (US\$ 34.184 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

d. Risco de taxa de câmbio

Os resultados do Grupo estão suscetíveis de sofrer variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano, decorrentes principalmente da importação de trigo em grão e óleo vegetal de soja ou de palma, suas principais matérias primas.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Administração tem adotado, ao longo dos anos, a política de manter ativos suscetíveis também à variação cambial e, assim, evitar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mantendo *hedge* natural, total ou parcial. Além dessa estratégia, o Grupo avalia a contratação de operações de *hedge*, mais usualmente operações de *swaps*, nas transações de importação de insumos.

O Grupo contratou operações de *swap* relacionado a financiamentos de importação (FINIMP) para aquisição de trigo, com vencimento até 28 de dezembro de 2012, onde na ponta ativa recebe em média, dólar mais 3,37% e na ponta passiva paga, em média, 108,58% do CDI. Os valores de referência (nocional) totalizaram R\$62.545 e valor justo a receber desses instrumentos derivativos, em 30 de junho de 2012, somavam R\$ 4.972.

Vale salientar que nenhuma das operações de contratos de *swap* exigiu depósitos de margens em garantia.

Além da análise de descasamentos temporais entre fluxos de caixa ativos e passivos sensíveis a determinado fator de risco, bem como, no caso da variação cambial, as expectativas quanto a oscilação da taxa de câmbio em relação ao Real, a Companhia realiza, periodicamente, análise de sensibilidade de seus passivos financeiros à variação do Dólar.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	73.792	14.983	73.792	15.609
Contratos de <i>swap</i>	(70.470)	(11.244)	(70.470)	(11.244)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	(65)	(71)
Déficit apurado (a-b)	<u>3.322</u>	<u>3.739</u>	<u>3.257</u>	<u>4.294</u>

Em 30 de junho de 2012, o Dólar encerrou com desvalorização no período em relação ao Real de aproximadamente 7,76% (6,31% de desvalorização em 30 de junho de 2011).

Em 30 de junho de 2012, a Companhia encerrou o período com uma exposição ao risco de taxa cambial não relevante, apresentando uma posição de ativos em dólar inferior aos passivos, no montante de R\$ 3.257. Desta forma, diante de um risco imaterial, a Companhia não está apresentando os cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados exigidos pela Deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

Conforme já mencionado, a Companhia também mantinha contratos firmados de compra de

Notas Explicativas

trigo e óleo para pagamento e entrega futura equivalente a US\$ 73.037, sujeito a risco de variação cambial. Assim, a análise de sensibilidade levou em consideração a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia: cotação do dólar em R\$2.0213, no mesmo patamar de fechamento em 30 de junho de 2012; (ii) cenário possível: considerando um aumento de 25% na cotação do dólar, passando para R\$2,5266. Nesse cenário a perda estimada seria de R\$36.907; e (iii) cenário remoto: elevação da cotação do dólar em 50% da utilizada no cenário provável, passando a R\$3,0320, onde a perda estimada seria de R\$73.815.

e. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Em 30 de junho de 2012, os financiamentos atrelados a essas taxas somavam o montante de R\$ 304.977, correspondendo a 50,79% do total do endividamento da Companhia.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>	<u>30/06/12</u>	<u>31/12/11</u>
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	<u>131.149</u>	<u>49.163</u>	<u>201.008</u>	<u>81.195</u>
	<u>131.149</u>	<u>49.163</u>	<u>201.008</u>	<u>81.195</u>
Passivos financeiros				
Taxas pré-fixadas	100.646	74.171	221.484	210.097
Financiamento em moeda estrangeira ⁽¹⁾	73.792	14.983	73.792	15.609
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	167.417	165.828	304.977	349.547
Outros	<u>231</u>	<u>274</u>	<u>231</u>	<u>274</u>
	<u>342.086</u>	<u>255.256</u>	<u>600.484</u>	<u>575.527</u>

Nota 1: vide comentário sobre risco de taxa de câmbio

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado. Portanto, uma alteração nas taxas de juros não alteraria o resultado.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável

Considerando a exposição líquida dos empréstimos e financiamentos atrelados a CDI e TJLP, em 30 de junho de 2012, no valor de R\$399,5 milhões, para a qual a Companhia está deduzindo os saldos das aplicações financeiras, também mantidas a CDI, a análise de sensibilidade levou em consideração um aumento máximo de 25% na taxa CDI (representando um aumento de 2,09% pontos percentuais), o que poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$8,3 milhões. Caso o aumento fosse de 50% (representando um aumento de 4,18% pontos

Notas Explicativas

percentuais), poderia trazer um impacto na despesa financeira de aproximadamente R\$16,7 milhões.

A Administração da Companhia entende que além de irrelevante, o risco de grandes variações no CDI em 2012 é baixo, levando em consideração a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos.

Gestão do capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/ patrimônio líquido), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, debêntures, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras de longo prazo.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão assim demonstrados:

Consolidado

	30/06/12	31/12/11
Dívida de financiamentos e empréstimos	600.484	575.527
Debêntures	154.638	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(214.924)	(95.323)
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	(12.329)	(11.792)
Dívida líquida	527.869	468.412
Patrimônio líquido	2.228.790	2.005.773
Dívida líquida/Patrimônio líquido (%)	23,68%	23,35%

28 Resultado por ação

Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base no resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período findo em 30 de junho de 2012 e 2011 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação nestes períodos, conforme o quadro abaixo:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Em milhares	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Resultado do período	<u>221.171</u>	<u>162.657</u>	<u>223.035</u>	<u>164.689</u>
Lucro atribuível aos acionistas	<u>221.171</u>	<u>162.657</u>	<u>223.035</u>	<u>164.689</u>
Saldo em 1º de janeiro	113.450	113.450	113.450	113.450
Efeito de compra de ações próprias	-	(13)	-	(13)
Efeito de opções de ações exercidas com ações em tesouraria	-	13	-	13
Saldo em 30 de junho	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>	<u>113.450</u>
Média ponderada de ações	<u>113.450</u>	<u>113.448</u>	<u>113.450</u>	<u>113.448</u>
Resultado por ação básico	<u>1,94950</u>	<u>1,43376</u>	<u>1,96593</u>	<u>1,45167</u>

Lucro diluído por ação

Sobre o lucro do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia para os períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011 o resultado por ação diluído foi calculado conforme segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
Em milhares	30/06/12	30/06/11	30/06/12	30/06/11
Média ponderada de ações	<u>113.450</u>	<u>113.448</u>	<u>113.450</u>	<u>113.448</u>
Lucro por ação diluído	<u>1,94950</u>	<u>1,43376</u>	<u>1,96593</u>	<u>1,45167</u>

Em 30 de junho de 2011, 13 opções foram excluídas do cálculo de média ponderada do número de ações ordinárias, uma vez que seu efeito teria sido antidilutivo.

Em 30 de junho de 2012, em virtude da inexistência de instrumentos patrimoniais com efeito diluidor, o lucro por ação diluído é igual ao lucro básico por ação.

Notas Explicativas

29 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguros é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, a distribuição logística de suas 14 plantas industriais e 39 centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de informações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisados pelos nossos auditores independentes.

A Companhia, dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, tem como procedimento contratar serviços de análises dos riscos operacionais a que está sujeita, tanto nas plantas e instalações da controladora, como das controladas, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólices de seguros, a suficiência dos montantes segurados.

O Grupo mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações. As apólices em vigor apresentam as seguintes coberturas:

Tipo de cobertura	Limite máximo de indenização - R\$	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza e queda de aeronave	250 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres	20 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Desmoronamento	10 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Tumultos, greves, lock-out e atos dolosos	5 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Quebra de máquina - Danos materiais	4,5 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Fermentação própria e combustão espontânea	2 milhões	01/12/2011 a 01/12/2012
Incêndio, Raio e Explosão (Básica)	34 milhões	16/07/2011 a 16/07/2012

Notas Explicativas

30 Arrendamento mercantil - operacional

A Companhia é locatária junto à empresa Rowena S.A. de uma aeronave para uso comercial, sem opção de compra prevista, conforme contrato de locação firmado em 27 de fevereiro de 2008. A posição desse contrato em 30 de junho de 2012 é a seguinte:

	Aluguel Trimestral	Prazo da Locação	Opção de Compra
Aeronave Challenger 300	US\$ 550 mil	36 meses	Não prevista

Em face das condições de contratação, a locação da aeronave não a caracteriza como arrendamento financeiro para fins das normas contábeis aplicáveis.

Vale salientar que em função de contrato de compartilhamento de despesa celebrado com Dias Branco Administração e Participações Ltda., metade do encargo é assumido por aquela empresa.

31 Remuneração dos administradores

O Estatuto Social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia e, portanto, não há valor de participação nos períodos findos em 30 de junho de 2012 e 2011. Caso houvesse tal participação, essa seria apresentada separadamente nas demonstrações de resultados dos respectivos períodos, antes do lucro líquido do período e o seu montante por ação do capital social, conforme estabelecido pelo art.187 da Lei nº. 6.404/76.

32 Demonstrações do Valor Adicionado

Conforme requerimento do BRGAAP aplicável às companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, o Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

Notas Explicativas

33 Demonstrações dos fluxos de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/12	31/12/11	30/06/12	31/12/11
Caixa e bancos	17.329	17.419	26.245	25.919
Aplicações financeiras em renda fixa	<u>131.149</u>	<u>49.163</u>	<u>188.679</u>	<u>69.404</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>148.478</u></u>	<u><u>66.582</u></u>	<u><u>214.924</u></u>	<u><u>95.323</u></u>

Na rubrica Caixa e Bancos registra-se o valor em espécie, cheques à vista e considerados à vista (até três dias úteis para serem apresentados) e os valores depositados em contas correntes mantidas junto a instituições financeiras.

As aplicações financeiras em renda fixa referem-se exclusivamente a CDB - Certificados de Depósitos Bancários pós-fixados e Operações Compromissadas, remunerados à taxa média de 100,81% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (100,96% em 31 de dezembro de 2011) e estão destinadas à negociação imediata. Por essa razão foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Vale ressaltar que o resgate antecipado não ocasiona perdas financeiras.

Não houve no período qualquer mudança na política utilizada para a Companhia para determinar os componentes do caixa e dos equivalentes de caixa.

Durante o período findo em 30 de junho de 2012 o Grupo realizou pagamento equivalente a R\$ 14.501 (R\$ 6.956 em 30 de junho de 2011) relativo a juros e variações cambiais e R\$ 4.585 (R\$ 16.694 em 30 de junho de 2011) relativo ao Imposto de Renda e Contribuição Social da pessoa jurídica, conforme detalhado na Demonstração do Fluxo de Caixa - Atividades Operacionais. O pagamento de valores retidos na fonte de terceiros e apenas recolhidos pela entidade estão classificados na demonstração de fluxo de caixa conforme sua origem.

Notas Explicativas**Demonstração do fluxo de caixa decorrente de obtenção de controle - Atividades de Investimentos**

	<u>Pilar</u>	<u>Pelágio S.A (1)</u>	<u>Moinho Santa Lúcia</u>
Caixa e bancos	82	598	1.030
Aplicações financeiras	150	2.058	3.659
Clientes	20.553	37.244	8.411
Estoques	5.392	19.567	7.007
Outros créditos	12.130	21.981	3.664
Ativo imobilizado	37.990	91.459	29.385
Ativo intangível	33.971	56.670	6
Fornecedores	(7.488)	(21.282)	(4.039)
Empréstimos e financiamentos	(26.565)	(111.002)	(41.335)
Outras contas a pagar	(34.234)	(41.359)	(4.758)
Ágio pago por rentabilidade futura	<u>27.941</u>	<u>184.066</u>	<u>86.970</u>
Preço total de compra	69.922	240.000	90.000
Valor da aquisição a ser amortizado (sem juros)	(23.584)	(90.000)	(45.000)
Caixa e bancos	<u>(232)</u>	<u>(2.656)</u>	<u>(4.689)</u>
Fluxo de caixa da aquisição menos caixa da controlada	<u>46.106</u>	<u>147.344</u>	<u>40.311</u>

Nota 1: Contempla dados da J. Brandão, incorporada em 30 de abril de 2012.

34 Evento subsequente

Em 17 de julho de 2012 foi publicado o Decreto estadual nº 33.116, de 17/07/2012, e a resolução do Conselho Deliberativo do programa “Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba (FAIN)”, nº 012/2012, ambos ratificando os termos do Protocolo assinado em 2011 entre o Governo do Estado da Paraíba e a Companhia, mediante o qual se estabeleceu os requisitos, critérios e exigências para a concessão de nova subvenção para investimento à nossa planta industrial situada no município de Cabedelo (Pb), com vencimento final para o ano de 2032.

Notas Explicativas

Francisco Ivens de Sá Dias Branco
Diretor-Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior
Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia
Vice-Presidente Financeira

Magali Carvalho Façanha
Contadora CRC - CE 12410/O-0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Titularidade das Ações

Nosso capital social, em 30 de junho de 2012, é de R\$801,3 milhões, totalmente subscrito, integralizado e dividido em 113.450.000 ações, todas ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A tabela abaixo indica o número de ações detidas direta ou indiretamente, nesta data, pelo Acionista Controlador e pelos membros do nosso Conselho de Administração e Diretores:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/06/2012				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Administradores	13.537.404	11,93	13.537.404	11,93
Conselho de Administração	2.840.303	2,50	2.840.303	2,50
Diretoria	10.697.101	9,43	10.697.101	9,43
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	28.362.596	25,00	28.362.596	25,00
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00
Ações em Circulação	28.362.596	25,00	28.362.596	25,00

Nota: Não há membros do conselho de administração e diretoria que detenham diretamente mais de 5% das ações da Companhia.

De acordo com o artigo 20 do nosso Estatuto social, o Conselho Fiscal não tem caráter permanente e não encontrava-se instalado em 30 de junho de 2012.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO				
Posição em 30/06/2011				
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em unidades)	%
Controlador	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Administradores	13.510.504	11,91	13.510.504	11,91
Conselho de Administração	2.846.003	2,51	2.846.003	2,51
Diretoria	10.664.501	9,40	10.664.501	9,40
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	28.389.496	25,02	28.389.496	25,02
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00
Ações em Circulação	28.389.496	25,02	28.389.496	25,02

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 30/06/2012 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.537.404	11,93	13.537.404	11,93
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.362.596	25,00	28.362.596	25,00
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA				
Companhia: M DIAS BRANCO S.A IND E COM DE ALIMENTOS				
Posição em 30/06/2011 (Em unidades de Ações)				
Acionista	Ações Ordinárias		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
DIBRA Fundo de Investimentos em Participações	71.550.000	63,07	71.550.000	63,07
Membros do Cons. de Administração e Diretoria	13.510.504	11,91	13.510.504	11,91
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros	28.389.496	25,02	28.389.496	25,02
Total	113.450.000	100,00	113.450.000	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
Companhia: DIBRA Fundo de Investimentos em Participações		Posição em 30/06/2012 (Em unidades de Quotas)		
Quotistas	Quotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Francisco Ivens de Sá Dias Branco	539,63	99,82	539,63	99,82
Dias Branco Adm. e Participações LTDA.	0,90	0,17	0,90	0,17
IDIBRA Participações LTDA	0,07	0,01	0,07	0,01
Total	540,60	100,00	540,60	100,00

Cláusula Compromissória de Arbitragem

Pelo Regulamento do Novo Mercado, e pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia, seus acionistas, administradores, os membros do Conselho Fiscal e a BOVESPA obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação do Novo Mercado e do Regulamento da Câmara de Arbitragem.

do ativo diferido.

Fortaleza (CE), 23 de julho de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP015199/O-6-S-CE

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC – PE 020.728/O-7-S-CE

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2012.

Eusébio, 23 de julho de 2012.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco

Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes

Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Vice-Presidente-Financeira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da M.Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as informações financeiras relativas ao exercício encerrado em 30 de junho de 2012.

Eusébio, 23 de julho de 2012.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco

Diretor - Presidente

Geraldo Luciano Mattos Júnior

Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior

Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Francisco Marcos Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Comercial

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes

Vice-Presidente - Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco

Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia

Vice-Presidente-Financeira